

**ENCRUZILHADAS**  
DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI



organização **Rodrigo Castelo**

# ENCRUZILHADAS DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

Tradução dos textos em espanhol **Diego Al Faro**

Tradução do texto em francês **Wanda Brant**

 **PÃO E  
ROSAS**  
Rio de Janeiro, 2010

COPYRIGHT © 2010, Rodrigo Castelo

**Título:** Encruzilhadas da América Latina no século XXI

**Coordenação editorial:** Bruno Cruz e Rodrigo Murtinho

**Tradução:** Diego Al Faro e Wanda Brant

**Revisão:** Vinícius Renaud e Marcos Roque

**Capa e projeto gráfico:** Bruno Cruz

**Imagem da capa:** Istock photos

**Este livro foi composto seguindo o novo Acordo Ortográfico  
da Língua Portuguesa (Decreto nº6.583/2008).**

**Pão e Rosas**

Caixa postal 16216 | CEP 22221-971 | Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3717-2127 | [editorial@paoerosas.com.br](mailto:editorial@paoerosas.com.br)

[www.paoerosas.com.br](http://www.paoerosas.com.br)

**Lema**

Av. Pasteur 250 | Botafogo | Rio de Janeiro | RJ | CEP 22290-240.

Palácio Universitário, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas/UFRJ, sala 106

Tel.: (21) 3873-5306 | [contato@marxismo.com.br](mailto:contato@marxismo.com.br)

[www.marxismo.com.br](http://www.marxismo.com.br)

**realização**



CCJE / UFRJ



Laboratório de Estudos Marxistas  
José Ricardo Tauil

**apoio**



BANCO DO BRASIL

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA LIOARA MANDOJU CRB-75331

E56 Encruzilhadas da América Latina no século XXI/organização Rodrigo Castelo; tradução dos textos em espanhol Diego Al Faro; tradução do texto em francês Wanda Brant. – Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

212p.; 23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-62501-02-2

1. AMÉRICA LATINA – POLÍTICA E GOVERNO – Séc. XXI. 2. AMÉRICA LATINA – POLÍTICA ECONÔMICA – Séc. XXI. 3. AMÉRICA LATINA – INTEGRAÇÃO ECONÔMICA – Séc. XXI. 4. AMÉRICA LATINA – CONDIÇÕES SOCIAIS – Séc. XXI. I. CASTELO, RODRIGO, 1975-.

CDD302.98

*Jurei mentiras  
e vivo sozinho.  
Assumo os pecados.  
Os ventos do norte  
não movem moinhos,  
e o que me resta  
é só um gemido.*

*Minha vida, meus mortos,  
meus caminhos tortos.  
Meu sangue latino.  
Minh'álma cativa.*

*Rompi tratados,  
traí os ritos.  
Quebrei a lança,  
lancei no espaço:  
um grito, um desabafo.  
E o que me importa  
é não estar vencido.*

(Secos e Molhados, 1973)



## Lista de siglas

- Alba** Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América
- Alca** Área de Livre-Comércio das Américas
- APD** Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- Apra** Alianza Popular Revolucionária Americana
- Bird** Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (também conhecido como Banco Mundial)
- Cepal** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CIA** Central Inteligency Agency
- Clacso** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
- EID** Estratégia Internacional de Desenvolvimento
- Farc** Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
- FMI** Fundo Monetário Internacional
- HOS** modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson
- IDE** Investimento Direto Externo
- Iets** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
- IFI** Instituições Financeiras Internacionais
- Invepal** Industria Venezolana Endógena de Papel
- Iseb** Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- ISI** Industrialização baseada na Substituição de Importações
- MAS** Movimiento al Socialismo-Bolivia
- MAB** Master of Business Administration
- Mercosul** Mercado Comum do Sul
- MST** Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
- Nafta** North America Free Trade Association
- OMC** Organização Mundial do Comércio
- ONU** Organização das Nações Unidas
- OPA** Operação Pan-Americana
- Opep** Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- PC** Partido Comunista
- PCB** Partido Comunista Brasileiro
- PIB** Produto Interno Bruto
- Polop** Organização Marxista Revolucionária: Política Operária
- TLC** Tratados de Livre-Comércio
- TPE** Transformação Produtiva com Equidade
- Unctad** United Nations Conference on Trade and Development
- UNT** Unión Nacional de Trabajadores
- URSS** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



# Sumário

Prefácio **Virgínia Fontes, 13**

Apresentação **Rodrigo Castelo (org.), 21**

## Parte I

### **REFORMA, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina, **35**

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.**

Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?, **57**

**Claudio Katz**

Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina:

notas para uma discussão, **81**

**Atilio Boron**

## Parte II

### **CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO**

A crise do desenvolvimentismo, **103**

**Ruy Mauro Marini**

Neoconservadorismo com roupagem alternativa:

a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington, **119**

**Marcelo Carcanholo**

Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica, **143**

**Alexis Saludjian**

Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos, **169**

**Fernando Prado e Monika Meireles**

O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica

do estruturalismo latino-americano, **191**

**Rodrigo Castelo**

## Sobre os autores

### Alexis Saludjian

Doutor em Economia pela Université Paris 13, Villetaneuse. Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador associado do CEPN/ Université Paris 13, Villetaneuse, e membro do Groupe de Recherche sur l'Etat, l'Internationalisation des Techniques et le Développement.

### Atilio Boron

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard. Professor de Teoria Política e Social da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires. Atualmente dirige o Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales do Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini. Autor dos livros *A coruja de Minerva* (Vozes, 2001) e *Socialismo siglo XXI* (Luxemburg, 2008), entre outros. Seu blog é <<http://www.atilioboron.com>>.

### Claudio Katz

Professor da Universidad de Buenos Aires e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Membro do Economistas de Esquerda (EDI). Escreveu inúmeras obras, entre elas citamos *El porvenir del socialismo* (Herramienta e Imago Mundi, 2004) e *Las disyuntivas de la izquierda en America Latina* (Luxemburg, 2008). Seu website é <<http://katz.lahaine.org>>.

### Fernando Prado

Graduado em Economia pelo Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre no Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Unam. Atualmente, trabalha como investigador no Instituto de Estudios Latinoamericanos (Iela) da UFSC.

### Marcelo Carcanholo

Doutor em Economia pela UFRJ. Atualmente, é professor da Faculdade de Economia da UFF e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e Marxismo da mesma instituição. Autor do livro *A vulnerabilidade econômica do Brasil* (Ideias e Letras, 2005).

### **Monika Meireles**

Mestre em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) e doutoranda no Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Unam.

### **Plínio de Arruda Sampaio Júnior**

Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e professor da mesma instituição. Autor do livro *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente* (Vozes, 1999).

### **Rodrigo Castelo**

Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile do Instituto de Economia da UFRJ, doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ e professor do Centro Universitário de Volta Redonda. Organizou, com Marcelo Paixão, o livro *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos de José Ricardo Tauile (1981-2005)* (Editora da UFRJ, 2009).

### **Ruy Mauro Marini**

Formado em Ciências Sociais pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, tornou-se um dos mais destacados membros da teoria marxista da dependência. Lecionou em importantes universidades e centros de pesquisa latino-americanos (Universidade de Brasília, Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidad de Chile). Escreveu diversos livros, entre os quais destaca-se o clássico *Dialética da dependência* (reproduzido no Brasil na publicação *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (orgs.), Expressão Popular, 2005).



## Prefácio

### Novas encruzilhadas e velhos fantasmas

Virgínia Fontes<sup>1</sup>

Nos últimos anos, vêm obtendo bastante sucesso em certos meios políticos e intelectuais latino-americanos, e em especial no Brasil, argumentos solicitando, impulsionando e legitimando um suposto novo-desenvolvimentismo, que agrega uma justificativa modernizadora a processos econômicos de grande concentração de capitais já em curso. Esse novo-desenvolvimentismo promete recuperar os desafios perdidos da América Latina e propulsar, enfim, a recuperação do “atraso” do continente. Essa modernização asseguraria a expansão do consumo, num mercado interno ampliado e plenamente integrado ao mercado mundial. E tudo isso em pleno contexto de crise internacional, embalado e confortado por eleições caras e midiáticas, símbolo da democracia finalmente conquistada.

No Brasil, essa proposição tem um paradoxal sabor duplo, futurista e passadista, sugerindo discreta ou abertamente uma retomada da década de 1950, considerada um período no qual os rumos de um capitalismo autônomo teriam sido truncados pelos golpes militares da década seguinte e pela intervenção estadunidense em muitos países da América Latina. Em diversos meios, argumentos desse jaez, embora com gradações muito variadas, vêm se tornando uma espécie de senso comum e se apresentam como confiáveis e apaziguadores, pois apontam para a superação de

<sup>1</sup> Docente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, da pós-graduação de História da UFF e da Escola Nacional Florestan Fernandes/MST.

situações que a maioria da população criticou asperamente – como a ditadura militar, o neoliberalismo e as privatizações – e acenam com perspectivas respeitadas e apreciadas – como o desenvolvimento, o aumento do consumo, a democracia, o emprego. Onde reside, então, o problema?

O problema é que tais argumentos mesclam elementos verdadeiros de maneira limitada e incompleta. São meias-verdades, como um copo meio cheio que permanece meio vazio. Nos limitaremos aqui a apresentar alguns bordões já bastante difundidos para, em crítica também exposta rapidamente, como convém a um prefácio, identificarmos graves omissões, algumas delas excessivamente marotas.

Com o pensamento exposto acima, forja-se uma espécie de historiografia mitológica e simplificada cujas linhas fundamentais rezam que, nas décadas de 1960 e 1970, ditaduras militares (apoiadas pelos Estados Unidos) teriam esmagado o projeto desenvolvimentista impulsionado pela aliança entre o Estado e as burguesias industriais nacionais, mas dificultado por um esquerdismo radical. Para essa linha de raciocínio, sob a vigência de democracias em todos os países, trata-se de voltar ao tempo perdido e retomar o fio da meada. Seja como resultado das ditaduras ou das democracias, foi descartado o risco maior – o dos grupos “extremistas” que queriam um socialismo impossível e historicamente derrotado.

Ora, de fato, as ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina contaram com o apoio aberto ou velado dos Estados Unidos, tanto no momento de sua implementação quanto ao longo do tempo, na longa noite de torturas e perseguições que matou milhares de latino-americanos. Decerto, ainda, tais ditaduras eliminaram impulsos de uma efetiva democratização que estava em curso, através de reivindicações de reformas universalizantes e substantivas, como a reforma agrária, educacional, de saúde, contra as remessas de lucro para o exterior, entre outras demandas populares. Na metade cheia do copo, a maioria dessas ditaduras sangrentas impôs a ferro e fogo a monopolização capitalista, esvaziando o sentido, se é que houvera, de tais “burguesias nacionais”. Na metade vazia e silenciada do copo, entretanto, as burguesias industriais – assim como as demais burguesias – não foram vítimas desses golpes, mas *suas beneficiárias e cúmplices*. Convocaram as esmagadoras forças estadunidenses contra seus próprios povos; enviaram jovens soldados, que procuravam nas forças armadas uma carreira que os protegesse das intempéries dos mercados instáveis, para terríveis cursos na

Escola das Américas, instituição mantida pelos Estados Unidos para treinamento de militares latino-americanos, sediada no Panamá até 1984 e, em seguida, rebatizada e deslocada para a Geórgia, nos EUA, onde continua a realizar a mesma triste tarefa: adestrar para a violência (legal ou não) contra seus povos em nome da pretensa segurança do continente, leia-se, dos interesses do grande capital.

O massacre realizado pelas ditaduras não apagou o socialismo do continente, nem o poderia: a luta pelo socialismo se recria enquanto houver capitalismo. Ceifou, todavia, uma geração jovem de trabalhadores, de militantes, de sindicalistas, além de tentar adestrar as populações, pela tortura e pelo medo, a moderar suas reivindicações ao nível do infrapossível.

O senso comum deixa à sombra que o retorno às democracias foi lento e penoso e exigiu enorme coragem e luta contra o medo, uma vez que o terror fora institucionalizado em muitos de nossos países. Nessa luta, nossos mortos nos ensinam a cada dia a recuperar as reivindicações socialistas, como nos lembram cotidianamente as avós da Plaza de Mayo. Em muitos países latino-americanos as lutas populares aprofundaram-se, trazendo rumos socializantes e consolidando uma efetiva democratização da vida social.

Ameaças abertas ou veladas de retrocesso ditatorial empanaram em outros países o impulso democratizante da década de 1980, ao lado de intensa atuação no sentido da reconfiguração das lutas populares, capturando para dentro de uma ordem capitalista autocrática e acanhada as reivindicações de uma plena soberania social, de direitos universais, de verdadeiras e amplas reformas sociais. O estado de direito, logo que reconquistado, foi submetido às esdrúxulas alianças entre a grande propriedade, amalgamando oligarquias, terratenentes, burguesias industriais, agrárias, comerciais, bancárias, financeiras, compradoras e outras que, novamente contra suas populações, convocaram capitais e poderes transnacionais para tentar alcançar a última novidade de então, o neoliberalismo. Pela virulência econômica das reestruturações e expropriações, pelas forças policiais, pela mídia latifundiária, e também pela sedução das “parcerias” e de vultosos recursos destinados a desviar para rumos adaptativos (e não mais reivindicativos) a atuação de setores das organizações de trabalhadores, conformou-se um capitalismo cujas feições democráticas se enrijeciam, similares a um doloroso ricto.

O que unificou essas burguesias e certos setores intelectuais? O que lastreia, hoje, tanto conservadores quanto social-liberais? Para além de

uma formação regada a recursos provenientes de fundações e *think tanks*, pela difusão de MBAs (*Master of Business Administration*), esses intelectuais sonham com a derrota de qualquer projeto socialista e se felicitam com as ditaduras por, ao menos temporariamente, tê-los liquidado. Chegaram a ponto de retomar a frase de Pinochet, o mais tristemente célebre ditador latino-americano, e designar as ditaduras da nossa região como “ditabrandas”! Uma versão peculiar e particularmente enviezada da história recente vem sendo adotada por diversos historiadores e politólogos no Brasil, que requeentam velhos mitos e os apresentam como novidades, de maneira muito conveniente às novas formas de dominação do capital-imperialismo no interior da América Latina.

Ao longo dos últimos 20 anos, lutas sociais se acirraram na América Latina, evidenciando claramente que o combate ao neoliberalismo envolve enfrentar a própria expansão do capital-imperialismo sob todas as suas formas e disfarces. Não existem mais “burguesias revolucionárias” dispostas a enfrentar oligarquias que impedem sua expansão, ou com veleidades de autonomizar um capitalismo nacional – hoje, os grandes proprietários estão associados, embora de maneira desigual, e integram as fileiras do grande capital. As burguesias locais, produto da dependência aos grandes capitais forâneos, amoldaram-se plasticamente a essa subalternidade, introjetando-a como sua própria forma de ser. Almejam atuar imperialisticamente enquanto patinam na dependência, sem pejo de lançar o custo das crises às suas populações.

O mito das origens se duplica através de outros bordões. Volta à cena um personagem que, antes apontado como necessário e inevitável, agora passa a ser esgrimido como o principal inimigo: o neoliberalismo. A ele se atribui o mérito de modernizar a vida social, mas teria cometido um engano dramático ao esmagar o Estado com algumas das privatizações e ao aprofundar a desindustrialização e o desemprego. Frente a tal inimigo, o receituário proposto é um Estado forte e que promova o desenvolvimento econômico, amenizando, se possível, o sofrimento dos mais vulneráveis, para assegurar uma inserção competitiva na ordem internacional.

Certamente, o vagalhão neoliberal, iniciado na década de 1980 na América Latina, foi imposto explicitamente por agências internacionais (capital-imperialistas) e teve uma acolhida inicialmente hesitante entre alguns setores da burguesia local. Em seguida, contudo, com ritmos diferenciados nos diversos países, *recebeu dela entusiástica adesão*. Resultou no crescimento exponencial do desemprego, na redução de direitos laborais e sociais

e, em muitos países, em expressiva desindustrialização e em crises sociais agudas. Mas também resultou em saltos gigantescos de concentração e centralização de capitais, e na ressubordinação de enormes massas de trabalhadores pelas expropriações massivas e através da incorporação subalternizada de suas entidades representativas. Historicamente, o neoliberalismo pode ser apresentado como uma “vingança” do capital contra o trabalho ou, em outros termos, como uma revanche contra as tentativas populares de impor freios e limites ao capital por intermédio da consolidação de direitos sociais, no chamado Estado de Bem-Estar Social. Não se pode, porém, esquecer que o neoliberalismo nasceu exatamente das entranhas daquele Estado que, não por acaso, era também a base da expansão do imperialismo multinacionalizado. A contraposição entre um capitalismo benfazejo, do “bem-estar”, e um capitalismo malfazejo e neoliberal olvida a relação de continuidade entre eles, deixa na sombra a gestação peculiar do capital-imperialismo que, apresentando-se como novidade histórica (a “globalização” e o “neoliberalismo”), resultou do aprofundamento a níveis nunca antes vistos da concentração de capitais nos países centrais exatamente no período do “bem-estar”. Na atualidade, a enorme concentração da propriedade sob o predomínio do capital monetário resultou em imbricação íntima dos diferenciados setores do capital no plano internacional – industrial, comercial, bancário, fictício – em proporções e escala que exigem uma análise mais acurada do que permite este espaço.

Quanto ao Estado, é verdade que o chamado período neoliberal envolveu profundas modificações. Porém, contrariamente ao apregoado, não para reduzi-lo, e sim para “enxugar suas gorduras” (leia-se, eliminar direitos sociais) e remusculá-lo, torná-lo “sarado” e enxuto, um “Estado *pitbull*”, com o fito de defender o capital frente a eventuais ameaças da população. Tratou-se, portanto, de fortalecer o Estado para sustentar o capital, reduzindo todas as adiposidades que representavam as conquistas populares. O uso da violência – destruição de greves e de sindicatos combativos, estruturas policiais reforçadas, blindagem de setores estratégicos da economia, criminalização de movimentos populares – se fez ao lado do crescimento de formas intensificadas de convencimento, reconfigurando e limitando o alcance das democracias recém-conquistadas. Nunca se deve esquecer que o Estado não paira acima da sociedade, sendo dela parte integrante e respondendo à correlação de forças entre as classes sociais.

Nas décadas de 1980 e 1990, agigantaram-se o desemprego e a perda de direitos ligados ao contrato de trabalho. De fato, as privatizações e os

pagamentos das dívidas retiraram dos setores populares não apenas recursos públicos, mas também capacidade de interferir nas políticas, doravante concentradas na gestão econômica e social direcionada para o capital. Porém, o neoliberalismo é apenas uma das facetas do capital-imperialismo na sua configuração contemporânea. Ele integra um processo de expansão internacional da concentração do capital, consolidando os *global players* mimados – pois se tornaram “grandes demais para quebrar” – ao lado do aumento e aprofundamento de múltiplas expropriações do conjunto da população.

As novas expropriações são homólogas às dos momentos formadores do capitalismo, quando incidiam sobretudo sobre a terra e os meios diretos de produção dos trabalhadores rurais, mas não são idênticas. São homólogas, pois envolvem a supressão de todos os limites socialmente impostos à plena disponibilização das populações para o mercado. Mas alastram-se para muito além da expulsão de trabalhadores rurais (que segue se aprofundando), chegando mesmo à eliminação de direitos laborais e ao monopólio da natureza comum, convertida em propriedade – como as águas doces e salgadas, a capacidade de reprodução biológica dos principais produtos agrícolas alimentares mediante sementes transgênicas (trigo, milho e arroz, dentre outras) etc. As expropriações atingem a própria composição orgânica do ser humano, por meio do patenteamento de elementos humanos.

A exacerbação atual do uso de recursos públicos para “salvar” o capitalismo das garras de certos capitalistas ou para confortar e produzir *global players* tupiniquins transnacionalizados (ainda que em boa parte para produzir *commodities*) aprofunda a intimidade entre Estado e entidades empresariais do grande capital, forjando em alguns países um imperialismo nanico e dependente, mas problemático. Isso envolve recolocarmos em debate as formas de integração latino-americana que intentam reproduzir internamente o desenvolvimento desigual e combinado, quando existem possibilidades de uma efetiva cooperação entre os povos. A questão fundamental segue sendo: a quem responde e serve este Estado?

Este último mito embala outro problema, maior e mais complexo, que é a suposição de um desdobramento linear entre expansão da produção capitalista e bem-estar social. Ora, todo o período ditatorial no continente aprofundou a expansão capitalista interna a cada país, mantendo e estreitando os elos da dependência que os submetia, de maneira exacerbadamente desigual, aos países centrais. Agravou as desigualdades sociais. Mas

também aprofundou os laços que atavam os diversos países aos desiguais estágios capital-imperialistas *no interior da própria América Latina, agravando as disparidades sociais no continente*. A expansão capital-imperialista nos tempos contemporâneos aponta não para a generalização de direitos, mas para a sua supressão. As brutais expropriações de direitos laborais, que fazem parte da história dramática de toda a América Latina, hoje são também evidentes nos países centrais. Tais dramas sociais parecem desaparecer da visão dos que supõem que o desenvolvimento econômico (considerado como sinônimo de industrialização, de mercantilização generalizada, de liberalismo puro ou nuançado de social-liberalismo, de concentração desenfreada) desemboca em padrões de civilidade e civilização. Supõem uma burguesia produtiva “boa” enfrentando os maus capitalistas financeiros, deixando à sombra o fato de que estão intimamente mesclados. Esquecem a barbárie na qual estão mergulhados os países centrais, que seguem apresentando como modelo – mesmo quando neles se expandem expropriações sucessivas de direitos, quando há um acirramento brutal da concorrência laboral (que chegou a conduzir a uma grande quantidade de suicídios, como na França), e quando se institucionalizam racismos predatórios, como as perseguições aos refugiados de diversas procedências perpetradas pelos Estados Unidos, a Itália ou a Espanha e a construção de muros vergonhosos (vide Estados Unidos, Israel, Espanha) bloqueando o acesso de ondas de migrantes a direitos mínimos.

Este livro engaja o bom combate e organiza uma crítica sistemática às falácias políticas, sociais e econômicas que vêm sendo brandidas para a defesa desse requentado novo-desenvolvimentismo. Mergulha a fundo nos argumentos políticos que evidenciam os novos equívocos e, com maestria, avança na crítica dessa suposta retomada do modelo cepalino, agora retraduzido para um formato no qual se abandonou inclusive o que havia de mais rico e instigante nas formulações originais. Permite reafirmar que, se de fato vivemos um drama real nas décadas desenvolvimentistas, hoje o que pretendem nos apresentar como novidade se limita a uma perigosa farsa.



# Apresentação

Rodrigo Castelo

## 1. A encruzilhada

O neoliberalismo tem uma longa história na América Latina. Essa história se inicia nos anos 1970, com o golpe do general Augusto Pinochet que derrubou o governo de Salvador Allende e liquidou a via democrática do socialismo chileno. Apoiado pelos Estados Unidos, pelas grandes multinacionais e pelos setores mais reacionários da sociedade chilena, o golpe armado pavimentou o caminho para os tecnocratas importados diretamente da Escola de Chicago, então comandada por Milton Friedman, implementarem o receituário típico do neoliberalismo, tais como controle da emissão monetária, aumento da taxa de juros, privatização dos bens e serviços públicos. Essas medidas, na prática, objetivavam o desmonte do projeto da Unidade Popular. No seu lugar, emergia outro projeto, agora afeito aos interesses das classes dominantes, nacionais e internacionais. Nascia, assim, sob os auspícios da autocracia burguesa, o neoliberalismo na América Latina.

Anos mais tarde, já na década de 1980, após as vitórias dos conservadores na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha, o neoliberalismo latino-americano retoma o fôlego, sob uma roupagem hegemônica, sem, contudo, descartar medidas coercitivas de repressão às resistências populares. Nesse período, o objetivo do neoliberalismo era se apresentar como uma alternativa ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista, prometendo acabar com a crise da dívida externa e a alta inflação. Dessa forma, im-

plementou-se uma nova agenda de política econômica e de integração regional ao mercado mundial. A partir de então, a América Latina, por meio da política adotada pelas suas classes dominantes, ficaria presa ao Consenso de Washington.

Nesse período, temos a aplicação quase integral de tal receituário nos países latino-americanos. Seguindo de perto as recomendações elaboradas por economistas neoclássicos dos principais centros universitários estadunidenses e por tecnocratas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), governos de Argentina, Brasil, Colômbia, México, Venezuela e tantos outros colocaram em prática medidas preconizadas pelo Consenso de Washington, tais como a alta das taxas de juros, o equilíbrio fiscal, a privatização das empresas públicas, a redução dos gastos sociais, a liberalização financeira e comercial e a garantia dos direitos de propriedade. Além disso, podemos constatar a desnacionalização e o desmonte dos parques produtivos nos países que haviam logrado algum grau mais avançado de industrialização, bem como uma espécie de inserção neocolonial na divisão internacional do trabalho, com o aumento do peso de produtos primários na pauta de exportações dos países latino-americanos. Por mais ou menos 20 anos, o neoliberalismo foi o modelo de integração subordinada da América Latina à nova fase imperialista do grande capital, reafirmando o caráter espoliativo, dependente e iníquo do modo de produção capitalista na região.

No final da década de 1990, o neoliberalismo demonstrou seus primeiros sinais de esgotamento. As promessas não foram cumpridas, e a América Latina continuou imersa na dependência e no subdesenvolvimento. Todas as contrarreformas propostas pelo Consenso de Washington resultaram no aumento das desigualdades econômicas, sociais, culturais e regionais entre classes, povos e países da América Latina. Uma série de desequilíbrios macroeconômicos e sociais se manifestou, como o do balanço de pagamentos e a degradação do mundo do trabalho, expressa no desemprego estrutural, na precarização das relações trabalhistas, na redução dos direitos sociais e no aumento do pauperismo. Tais sinais de enfraquecimento do projeto neoliberal abriram novos espaços de luta e confrontos na América Latina, que viu surgir novos sujeitos históricos organizados em torno de movimentos sociais.

A reação popular ao regime de acumulação financeira e à inserção da região na nova divisão internacional do trabalho, que privilegia a expropriação de bens naturais das populações “originárias” e camponesas, não

tardou a aparecer. Os movimentos indígenas na América Andina e em Chiapas, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil, os *piqueteros* na Argentina e o Fórum Social Mundial são exemplos marcantes da resistência popular ao neoliberalismo e da busca de alternativas políticas ao capitalismo dependente.

Portanto, desde o final da década de 1990, a América Latina vivencia uma guinada política à esquerda, capitaneada pelos movimentos populares. Diversos governantes alinhados ao Consenso de Washington foram derrubados pela mobilização das classes subalternas, e lideranças políticas e sociais com posições antineoliberais foram democraticamente eleitas com maciço apoio popular. Iniciou-se, assim, um processo político de ruptura com o neoliberalismo, levando alguns autores a falar apressadamente, já em 1994, em uma fase pós-neoliberal. Alternativas surgiram, umas mais à esquerda, outras mais ao centro. Cada uma delas tem bases ideológicas e programáticas diferentes e, em alguns casos, divergentes. Podemos dividi-las esquematicamente em três grandes propostas: o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo e o socialismo do século XXI. Façamos esse percurso indo da direita para a esquerda.

O social-liberalismo é uma proposta de revitalização do neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da “questão social”. Ele ganha força a partir da publicação dos trabalhos de Anthony Giddens, sobre a Terceira Via; de Alain Touraine, sobre a Via 2 ½; de Amartya Sen, sobre o desenvolvimento humano, entre outros. Tais propostas ganham materialidade institucional por meio de políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos e comunidades e de medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado. Aqui na América Latina o social-liberalismo é representativo no Chile e no Brasil, mas está presente em diversos outros países.

Adotando posições centristas moderadas, o novo-desenvolvimentismo, que em quase nada lembra o velho desenvolvimentismo latino-americano, coloca em discussão projetos nacionais de crescimento econômico combinados a uma melhora substancial nos padrões distributivos da América Latina. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas periféricas. Nesse caso, podemos constatar

a influência das ideias keynesianas. Sua força é crescente e se faz sentir na Argentina e em setores do governo Lula.

Do lado mais à esquerda do espectro político, temos o socialismo do século XXI, iniciado com a Revolução Bolivariana de Chávez em 1998. Ainda marcado por fortes pressões contrárias, como movimentos separatistas das elites descontentes, golpes militares com o apoio dos Estados Unidos e campanha difamatória orquestrada pela grande mídia, o socialismo do século XXI busca consolidar o rompimento dos elos de dominação imperialista que ligam a periferia ao centro; busca também combater as relações capitalistas, coloniais e racistas internas a cada um dos países da região andina. Sua principal iniciativa de integração político-econômica é a Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba), e suas raízes ideológicas, ainda muito frágeis do ponto de vista teórico, remontam aos antigos líderes independentistas, como Simon Bolívar e José Martí, ou revolucionários como Zapata e Sandino, bem como a ramos da teoria marxista, como o da Dependência.

Aos trancos e barrancos, a América Latina experimenta, dessa forma, avanços democráticos em algumas nações da região, todos eles conquistados por ampla mobilização popular. Diversos sujeitos históricos (res) surgiram na cena política e demandaram novas institucionalidades que atendessem seus interesses econômicos, políticos e culturais. Venezuela, Bolívia e Equador são os exemplos mais significativos do recente avanço das lutas populares em *nuestra América*.

Já em outros países, como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, assistimos à transição das ditaduras para regimes democráticos, nos quais setores da antiga resistência às autocracias assumiram o poder, mas não foram capazes de avançar no desmonte das estruturas oligárquicas. Nessas nações, prevaleceram governos de feição social-democrata com práticas efetivas de antigos dirigentes de direita, uma mescla *sui generis* entre medidas do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo.

Apesar das significativas diferenças existentes entre os dois blocos de países supracitados – uns trilhando o caminho do socialismo, outros o do reformismo (sem reformas estruturais) –, podemos perceber um avanço da democracia no continente, marcado constantemente por golpes executados pelas elites locais sob o patrocínio do imperialismo estadunidense.

O avanço democrático experimentado nos últimos anos na América Latina, por mais limitado que seja, soou como um alarme de incêndio nas classes dominantes locais. Na cabeça dessas elites era necessário acio-

nar o freio e parar o avanço das forças populares, que tiveram a ousadia então inimaginável de recolocar o socialismo como palavra de ordem e programa político.

A autocracia burguesa latino-americana, tão bem descrita na obra de Florestan Fernandes, ensaia novas experiências diante da guinada à esquerda da região. A contrarrevolução autocrática começou a ser orquestrada e operacionalizada no centro da democratização latino-americana. O golpe que Chávez sofreu em 2002 alçou ao poder, com o apoio dos Estados Unidos e do FMI, um típico representante das elites venezuelanas. Em menos de uma semana, um milhão de venezuelanos tomaram as ruas de Caracas e exigiram, com a Constituição nacional nas mãos, a volta do presidente eleito. Assim foi feito e o presidente eleito retornou às suas funções. Isso, contudo, não significou o fim da contrarrevolução autocrática na América Latina. Era apenas o primeiro *round* de uma intensa batalha que perdura até hoje e que não nos dará trégua tão cedo, pelo menos enquanto durar a luta dos povos pelo socialismo.

O segundo *round* aconteceria na Bolívia. Após sucessivas derrotas eleitorais e políticas, as elites dos departamentos mais ricos do país iniciaram um processo de separatismo e de criminalização dos movimentos sociais indígenas. Lideranças e militantes foram mortos e uma conspiração direitista passou a ser tramada no país. Após uma onda perturbadora de incidentes e crimes contra as organizações populares, o movimento separatista perdeu seu ímpeto e não teve forças de impedir a reeleição do presidente Evo Morales, que saiu fortalecido de todo o processo.

O terceiro *round* foi orquestrado no norte do continente. Em julho de 2008, após mais de 50 anos extinta, a Quarta Frota da marinha estadunidense foi reativada. Foi uma demonstração velada, e ao mesmo tempo contundente, do profundo desconforto nutrido pelos Estados Unidos com os rumos políticos de muitos países ao sul do Rio Grande. Nenhum grande destacamento naval foi dirigido para a região, mas o governo estadunidense sinaliza que pode fazê-lo caso a situação política saia do seu controle imperial.

O quarto *round* constitui-se em mais uma ingerência dos Estados Unidos na América do Sul. Na Colômbia, o presidente Uribe deferiu o pedido da Grande Águia do Norte de instalação de sete bases militares no seu país. A justificativa oficial é o combate ao narcotráfico, a mesma

desculpa usada no passado pelo Plano Colômbia, que nada mais foi do que um plano de combate às guerrilhas revolucionárias daquele país, plano que conta com o suporte de organizações paramilitares financiadas pelo Estado colombiano e por empresas multinacionais. Vale também lembrar que a Colômbia foi palco de um incidente na sua fronteira com o Equador, quando comandos militares daquele país invadiram o território vizinho na busca, captura e execução de membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

De acordo com os fatos listados, podemos dizer que os conflitos políticos estão gradativamente se deslocando para o plano militar. A democracia latino-americana, impulsionada por governos revolucionários, anti-imperialistas e reformistas, e limitada pelos governos social-liberais e novo-desenvolvimentistas, é crescentemente ameaçada pelo poder das armas e do grande capital. Estamos, assim, diante de uma militarização da “questão social” latino-americana.

Com isso, o investimento em armamentos na região tem crescido nos últimos anos e valiosos recursos que deveriam ser aplicados em saúde, educação, habitação, saneamento, transportes etc. estão sendo desviados para combater a contrarrevolução em marcha, ameaçando o aprofundamento do combate às expressões mais agudas da “questão social”.

A resposta popular foi o avanço político das reformas propostas e não o recuo. Diante da militarização da “questão social”, tivemos a radicalização das demandas populares. Diante dessa radicalização, temos outra, liderada pelas oligarquias regionais. Honduras surge nesse clima da necessidade burguesa de saídas golpistas, de decretação de estados de sítio para a contenção dos avanços populares, alguns deles caminhando para a revolução socialista. Isso, contudo, não surpreende aqueles que conhecem a história latino-americana, marcada por sucessivas contrarrevoluções preventivas e/ou de reação a situações revolucionárias.

O que está se desenhando neste início de século XXI na América Latina é, em resumo, uma complexa encruzilhada política. A arena da luta de classes latino-americana, para a qual confluem diversos interesses estrangeiros, é ocupada por forças muito díspares e divergentes entre si, tais como os socialistas, os novo-desenvolvimentistas, os social-liberais e os contrarrevolucionários. Somente a dinâmica da luta de classes na região – e alhures – determinará quais serão os caminhos trilhados pelos povos latino-americanos nesta intrincada encruzilhada na qual a região se vê enredada.

## 2. O livro

Diante desta complexa e indefinida conjuntura latino-americana, marcada pela encruzilhada entre diferentes projetos políticos, o Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema) decidiu colocar em debate os rumos da América Latina diante da crise capitalista, das reações populares frente ao projeto neoliberal e da contrarrevolução autocrática burguesa. Para isso, congregamos, em torno da presente publicação, um conjunto de pesquisadores sul-americanos que vem refletindo e atuando no debate por meio da combinação entre a batalha das ideias e a militância política.

O livro está estruturado em duas partes: a primeira – Reforma, revolução e contrarrevolução na América Latina – agrupa textos que tratam das estruturas econômicas e políticas e de movimentos sociais que emergiram na região após o neoliberalismo. Nela, o leitor terá um painel dos principais acontecimentos históricos dos últimos 30 anos na América Latina, bem como uma análise profunda e bemfundamentada desses fatos. A segunda parte – Contribuições à crítica do novo-desenvolvimentismo – está assentada na reunião de textos que apontam para uma revisão crítica da ideologia desenvolvimentista latino-americana, tanto na sua versão clássica quanto na contemporânea. Tal crítica, no nosso entender, se faz mais necessária do que nunca, tendo em vista tanto os limites políticos contidos nas ideias desenvolvimentistas quanto na sua recente aceitação de certas teses do neoliberalismo.

No primeiro artigo do livro, intitulado “Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina”, Plínio de Arruda Sampaio Jr. nos apresenta um largo panorama das transformações econômicas e políticas operadas na América Latina durante a era neoliberal, enfatizando a tese da reversão neocolonial, pela qual a região aprofunda seus laços de dependência e subdesenvolvimento com o imperialismo das nações centrais.

O segundo artigo é uma contribuição de Claudio Katz. “Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?” debruça-se, como o título deixa patente, sobre o embate entre as forças revolucionárias e reformistas latino-americanas. O economista argentino argumenta ao longo do texto que o ressurgimento do desenvolvimentismo nesta etapa histórica da América Latina reforça e repõe hesitações de luta contra o capitalismo, justamente em um momento de revitalização do socialismo na região. Cabe a nós, diz Katz, desarmar essa ofensiva ideológica e política do novo-desenvolvimentismo e trabalhar pela via socialista de superação da “questão social” latino-americana.

No último texto da primeira parte, “Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão”, Atilio Boron explora a ideia de que o capitalismo é a principal barreira para o pleno desenvolvimento da democracia na região, e como essa democracia, entendida como socialista, só pode ser fruto da luta e das aspirações das classes subalternas.

O primeiro texto da segunda parte é fruto de um resgate póstumo da obra de Ruy Mauro Marini, pensador e ativista revolucionário da Teoria Marxista da Dependência, que durante anos ficou esquecido e relegado ao segundo plano no pensamento social latino-americano. Aqui, apresentamos “A crise do desenvolvimentismo”, no qual Marini disserta sobre os limites teóricos e práticos do nacional-desenvolvimentismo para a efetiva ruptura da América Latina com a dependência e o subdesenvolvimento.

Logo a seguir, temos dois artigos de crítica à Nova Cepal. Marcelo Carcanholo, em “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington”, trabalha com a hipótese de que a Cepal abandonou, desde a era neoliberal, suas principais referências teóricas críticas do passado e passou a se inserir nos marcos do pensamento ortodoxo-conservador. Já o artigo “Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e os neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica”, de Alexis Saludjian, além de uma breve trajetória da antiga Cepal, traz uma cuidadosa revisão crítica das bases analíticas da Nova Cepal, demonstrando como essa instituição caminha progressivamente para o uso do instrumental neoclássico e, com isso, perde seu vigor reformista.

A penúltima contribuição – “Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos” – é assinada por Fernando Prado e Monika Meireles. Nela, os autores buscam resgatar as principais formulações teóricas e políticas das distintas correntes da Teoria da Dependência, com destaque para a vertente marxista-revolucionária de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e, principalmente, Ruy Mauro Marini. O objetivo é mostrar a Teoria da Dependência como marco analítico relevante e oportuno para o entendimento das atuais determinações econômicas, políticas e sociais da América Latina, oferecendo uma alternativa ideológica ao novo-desenvolvimentismo.

Por fim, o texto “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano” desenvolve a tese sobre a decadência

ideológica do pensamento burguês na América Latina, expressa nas recentes formulações teóricas e práticas do novo-desenvolvimentismo. Tais formulações, no entender do autor, subtraem considerações a respeito de temas como as funções do Estado no novo imperialismo, a fusão operada entre frações do capital e as novas configurações do mundo do trabalho, esvaziando o estruturalismo latino-americano de análises sobre fatores estruturais.

### **3. Agradecimentos**

Todo livro é uma construção coletiva. Muitos companheiros e profissionais participaram, direta e/ou indiretamente, da elaboração desta obra. Em primeiro lugar, agradeço aos membros do Lema. Ao longo dos últimos cinco anos temos desenvolvido uma camaradagem ímpar dentro do Laboratório, da qual este livro é apenas um dos frutos. Neste caso em particular, devo destacar Agnaldo Fernandes e Maria Malta, certamente os principais responsáveis pela viabilização do livro, em especial nos seus trâmites dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, dirijo publicamente minha gratidão aos coautores. Todos eles atenderam prontamente as solicitações, desde a cessão dos direitos de publicação até as demandas das sucessivas etapas de revisão. Sem eles, nada disso seria possível.

Virgínia Fontes e Denise Gentil trazem textos que iluminam os múltiplos caminhos possíveis de serem percorridos pelos leitores. Tanto o prefácio, escrito por Virgínia, quanto as orelhas, redigidas por Denise, ajudam-nos a entender as teses centrais dos artigos organizados, costurados pelo fio vermelho da necessidade de compreender a atual realidade latino-americana por meio do pensamento crítico, no qual o marxismo tem uma posição de destaque. No nosso entendimento, tal compreensão é necessária para servir de base a futuras transformações estruturais.

Por último, mas não menos importante, registro a competência e seriedade de toda a equipe da Pão e Rosas. Os editores comandaram com argúcia e sensibilidade o trabalho que envolve a produção de um livro: preparação dos originais, copidesque, revisões, projeto gráfico, diagramação, impressão. Sem dúvida, não poderia ter feito escolha mais feliz quanto à editora.

A todos, muito obrigado!

**O organizador**

Rio de Janeiro, junho de 2010



# PARTE I



REFORMA, **REVOLUÇÃO** E  
CONTRARREVOLUÇÃO NA **AMÉRICA LATINA**



# Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.**

Ao contrário do propalado pelos apologistas da ordem, o colapso da União Soviética e a crise do movimento socialista não deram início a um período de prosperidade, democracia e paz. Antes o contrário. O capitalismo contemporâneo – a etapa superior do imperialismo – caracteriza-se pela instabilidade econômica, pela escalada do irracionalismo, pelo agravamento do desemprego estrutural, pela ampliação das desigualdades sociais, pela degradação acelerada do meio ambiente, pela intensificação das tendências autocráticas do regime burguês, bem como pela revitalização de formas mais ou menos explícitas de neocolonialismo. O acirramento dos antagonismos do modo de produção capitalista prenuncia um futuro de grandes turbulências sociais, dramáticas comoções políticas e catastróficos desastres ecológicos. Em seu livro *Socialismo ou barbárie*, o filósofo István Mészáros (2003, p.45) sintetizou a gravidade do momento histórico nos seguintes termos:

(...) não é exagero afirmar – tendo em vista também o antes inimaginável poder destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX – que entramos na *fase mais perigosa do imperialismo em toda a história*; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, ainda que tolerando certas ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital

globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A questão é que tal racionalidade (...) é ao mesmo tempo a forma mais extrema de irracionalidade na história, incluindo a concepção nazista de dominação do mundo, no que se refere às condições necessárias para a sobrevivência da humanidade.

Para os povos que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial, os novos tempos tornaram-se particularmente sombrios. As janelas de oportunidades que seriam abertas pela participação na ordem global revelaram-se verdadeiras guilhotinas que deceparam o sonho de um futuro melhor. As políticas de liberalização da economia desarticularam os centros internos de decisões, deixando os países à mercê dos capitais internacionais. As promessas de que as ondas de inovação tecnológica e os movimentos de internacionalização de capital permitiriam uma aceleração do crescimento e uma socialização dos novos métodos de produção não foram cumpridas. A difusão desigual do progresso técnico acentuou as assimetrias na divisão internacional do trabalho e exacerbou as características predatórias do capital, ampliando o hiato que separa o desenvolvimento do subdesenvolvimento e revitalizando formas, que se imaginavam ultrapassadas, de superexploração do trabalho e de depredação do meio ambiente. A modernização dos padrões de consumo e dos estilos de vida ficou restrita a uma exígua parcela de privilegiados. Submetidas à ferocidade da concorrência global e ao despotismo das potências imperialistas, as sociedades que fazem parte da periferia do sistema capitalista tornaram-se presas de um processo de reversão neocolonial que coloca em questão a própria sobrevivência do Estado nacional como instituição capaz de controlar as taras do capital. Não é que o Estado tenha se enfraquecido. Quando é para reprimir o trabalho e defender e impulsionar os interesses do grande capital, o poder estatal se revela mais forte do que nunca. O que fica definitivamente comprometido é o caráter público do Estado, sua atuação em função de interesses que, de alguma forma, contemplem os interesses e as necessidades do conjunto da população. Por essa razão, na periferia da economia mundial o descontrole da sociedade nacional sobre o desenvolvimento capitalista foi levado ao paroxismo.

Campo de operação de conglomerados internacionais e zona de influência dos Estados Unidos – a potência plenipotenciária da era global –, o novo contexto histórico afetou a América Latina em todas as dimensões

de sua vida econômica, sociocultural e política. O verniz de modernidade decorrente da incorporação das novas ondas de progresso técnico veio acompanhado de uma sistemática deterioração das condições de vida da maioria da população. O aumento assustador do desemprego, a aceleração da precarização das relações de trabalho, o surpreendente retorno de formas de trabalho escravo que fazem lembrar o período colonial, a emigração em massa da força de trabalho em busca de melhores condições de vida, a crise da industrialização nas economias que haviam logrado avançar no processo de substituição de importações, o avanço do agonegocio sobre as terras dos pequenos e médios agricultores e sobre as áreas virgens do que ainda restam de floresta, a falta de moradia e a deterioração das condições de vida nas grandes e médias cidades, a escalada da violência urbana e rural que vitima milhares de pessoas e provoca grandes deslocamentos populacionais, a ausência de recursos para financiar serviços públicos mais elementares, ao mesmo tempo que volumes gigantescos da receita tributária são canalizados para o pagamento da dívida pública, o retorno de epidemias e endemias que já eram dadas como erradicadas, o atropelo das populações indígenas e de seu modo de vida, a escalada sem precedentes da depredação do meio ambiente, a corrupção em proporção amazônica que gangrena os aparelhos de Estado em todas as suas dimensões, a assinatura de pactos internacionais espúrios que violentam abertamente a soberania nacional, a chocante tutela da comunidade econômica e financeira internacional sobre as decisões estratégicas do Estado nacional, a proliferação de bases militares norte-americanas em todos os pontos do continente, a descrença nas instituições e a crise política monumental – latente em algumas regiões, em franca ebulição em outras –, a profunda crise da identidade nacional que coloca em questão a própria noção de sociedade nacional, todos esses processos são fenômenos pura e simplesmente incompreensíveis sem uma reflexão sistemática sobre o imperialismo de nosso tempo e sua forma específica de funcionamento na América Latina.

Quem observa a história recente da América Latina constata facilmente que não faltaram energia, nem disposição de luta para resistir à nova onda de saque e pilhagem que se abateu sobre o continente. Os ares de rebelião sopraram por todos os lados. A enumeração das trincheiras de combate daria uma lista interminável: as ações armadas de autodefesa da guerrilha zapatista no sul do México em defesa da cultura dos indígenas de Chiapas, a disputa por dentro da ordem institucional, para a conquista do poder

pelo voto, do Partido dos Trabalhadores brasileiro, da Frente Ampla uruguaia e da *Concertación* chilena, a mobilização de massas dos Sem-Terra no Brasil em prol da reforma agrária, as ocupações de terrenos urbanos e prédios desocupados pelos Sem-Teto em praticamente todas as grandes cidades, os levantes dos *cocaleros* andinos em defesa dos pequenos agricultores e de seu modo de vida, a luta dos seringueiros no meio da mata amazônica em defesa da floresta, a espetacular e heroica ação dos guerrilheiros Tupac Amaru para denunciar os desmandos e a brutalidade do governo de Fujimori, as rebeliões cívicas que depuseram presidentes na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Peru, as ações diretas das massas venezuelanas, capazes de protagonizar um inusitado contragolpe popular que recolocou Hugo Chávez na presidência da Venezuela, dando, contra vento e maré, um fôlego adicional à revolução bolivariana, a revolta popular contra o golpe que retirou o presidente Zelaya do poder em Honduras, as inúmeras insurreições indígenas na Bolívia e no Equador, lideradas pelos levantes de Ciudad del Alto e pelo cerco de Quito, comandado pelo Congresso dos Povos Indígenas sob a liderança dos Pachakutis, a desobediência civil dos *piqueteros* argentinos – trabalhadores desempregados que não aceitam a sua situação de marginalidade social –, as campanhas cívicas e os plebiscitos populares contra a dívida externa e contra a assinatura da Alca, o retorno do clima de rebelião nas minas de cobre no Chile, a crescente presença dos estudantes nas ruas em defesa do ensino público em quase todos os países da região, que têm nos *pinguins* – estudantes secundaristas chilenos – um exemplo de ousadia e coragem, os protestos multitudinários para denunciar a escandalosa fraude eleitoral (mais uma) contra o candidato da oposição no pleito presidencial mexicano, a renitente sobrevivência das Farc ao Plano Colômbia, a revolta dos professores de Oaxaca, que resultou na formação de um governo popular que durante meses desafiou a oligarquia mexicana, a memorável e heroica resistência do povo cubano ao “período especial”. Tudo isso, que não passa de um resumo apertado da resistência do povo latino-americano, é um sintoma inequívoco do sentimento de profunda insatisfação e revolta reinante na região. Visto em conjunto, o panorama das lutas sociais dá a impressão de que a região é um vulcão preste a entrar em erupção.

A intensidade e a diversidade das lutas políticas que marcaram o passado recente transformaram a América Latina em um verdadeiro laboratório de luta de classes. Não é aqui o lugar de fazer um balanço crítico das experiências de luta das últimas décadas, mas não é exagero afirmar

que, no desespero de enfrentar uma situação particularmente adversa, as classes subalternas dispararam para todos os lados. Houve iniciativas radicais, ultraradicais, moderadas e ultramoderadas; houve ações que ficaram circunscritas aos marcos institucionais, as que recorreram ao expediente da desobediência civil e ainda as que desafiaram abertamente a ordem legal; movimentos de massa, que mobilizaram milhões de pessoas, processos que priorizaram a ocupação dos aparelhos de Estado e a conquista do poder institucional pela via eleitoral e operações vanguardistas protagonizadas por pequenos grupos armados; processos políticos que colocaram explicitamente o objetivo da conquista do poder do Estado e outros que procuraram mudar a situação pela construção de um difuso contrapoder popular; ações de caráter meramente defensivo e as que desafiaram abertamente a ordem estabelecida; organizações políticas de inspiração desenvolvimentista, nacionalista, comunista, anarquista e indigenista; movimentos imediatistas e outros com perspectivas milenaristas; processos políticos que eclodiram de maneira espontânea e outros que resultaram de um longo acúmulo de forças; ações ousadas e convencionais, atitudes intransigentes e rendições incondicionais; sacrifícios heroicos e vergonhosas traições.

A ordem burguesa mobilizou todos os expedientes imagináveis para neutralizar a reação popular. O que não pôde ser isolado ou cooptado foi pura e simplesmente esmagado. O inventário dos mártires dessa resistência daria uma história sem fim. O incomensurável sacrifício humano despendido na luta contra a nova investida do imperialismo não foi suficiente, no entanto, para deter o avanço da barbárie e abrir novos horizontes para a América Latina. O estado de rebelião permanente não se traduziu em transformações efetivas que mudassem qualitativamente o curso dos acontecimentos. O caso argentino é emblemático. Após derrubar quatro presidentes em poucas semanas, a insurreição popular que começou com a palavra de ordem ultraradical de negação absoluta do poder instituído – *“que se vayan todos”* – terminou com a retomada de políticas neoliberais muito bem comportadas e a restauração dos métodos e dos personagens do velho peronismo. Nesse contexto, a Venezuela, a Bolívia e o Equador – as situações mais radicalizadas da América Latina – aparecem como exceção. A força popular que move tais processos de mudança abre brechas que, se bem aproveitadas, podem quebrar os obstáculos que bloqueiam a mudança e desencadear uma dinâmica de transformação irreversível. Até o momento, entretanto, o desfecho do

processo encontra-se indeterminado, pois as forças contrarrevolucionárias, ainda que desarticuladas e desmoralizadas, não foram liquidadas. A tragédia colombiana, em que as formas mais radicalizadas de revolução e contrarrevolução se manifestam em plenitude, é um caso à parte que, paradoxalmente, sintetiza todo o terrível impasse latino-americano e parece prefigurar o seu destino.

Ainda que os sacrifícios humanos para barrar a ofensiva imperialista no continente não tenham sido em vão, pois foram indispensáveis para diminuir o impacto destrutivo das políticas neoliberais e alimentar um precioso aprendizado político que, se devidamente digerido, poderá ser fundamental em embates futuros, a verdade é que o imperialismo demonstrou uma surpreendente capacidade de contornar os obstáculos que se lhe antepunham, neutralizar as iniciativas que pudessem subverter a ordem e impor o desiderato do padrão de acumulação neoliberal-periférico às sociedades latino-americanas. Quando posta em perspectiva de longa duração, a impotência para deter a nova ofensiva do imperialismo reproduz uma sequência de oportunidades perdidas que mantém a América Latina presa ao círculo de ferro do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento.

Como não faltaram momentos de crise política profunda, que abriam oportunidades reais para a mudança, nem disposição de luta e sacrifício para enfrentar a nova ofensiva contra a dignidade dos povos, talvez o impasse latino-americano esteja associado à falta de instrumentos políticos adequados para enfrentar a situação, carência que fez com que os esforços despendidos ficassem aquém do necessário para fazer face à força do adversário, perdendo-se em processos estéreis ou, pior, em equívocos recorrentes que redundaram em graves derrotas. Algumas décadas atrás, essa era a hipótese de Florestan Fernandes. Infelizmente, ao que parece, seu balanço sobre o estado da luta de classes na região no final da década de 1970 não foi ultrapassado: “O diagnóstico correto, embora terrível para todos nós, é que nunca fizemos o que deveríamos ter feito”. E mais: “(...) ainda não sabemos quais são os caminhos que nos levarão à desagregação do nosso capitalismo selvagem e a soluções socialistas apropriadas à presente situação histórica” (Fernandes, 1978, p.XII e XIV).

É o abismo entre a evidente necessidade de profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais e a patente incapacidade para realizá-las que reclama uma profunda reflexão sobre a teoria da revolução latino-americana. Para evitar soluções abstratas descoladas da realidade,

o ponto de partida dessa reflexão deve se guiar pelo esforço de compreender o sentido das mudanças que abalam o continente e suas possíveis trajetórias, único meio de definir as transformações efetivamente inscritas na História.

## 1. Etapa superior do imperialismo e reversão neocolonial

Em resposta à exaustão do ciclo de expansão capitalista do pós-guerra – fenômeno que começa a se manifestar no final dos anos 1960 com a progressiva diminuição na produtividade do trabalho e que se torna patente na década subsequente, quando a economia mundial entra em crise aberta –, os grandes conglomerados que controlam a economia mundial introduziram profundas mudanças na forma de organizar a produção e os mercados nacionais e internacionais. Apoiando-se em políticas neomercantilistas patrocinadas pelos Estados Unidos, o capital financeiro impulsionou mudanças na ordem econômica internacional que acabariam por aprofundar o movimento de integração econômica e financeira iniciado em Bretton Woods. O controle absoluto do capital financeiro sobre o processo de acumulação provocou grandes transformações no padrão de desenvolvimento capitalista, com graves implicações sobre a capacidade de a sociedade nacional controlar o seu destino.

A centralidade das inovações transformou a usurpação de posições, o bloqueio do acesso às novas tecnologias e o deslocamento de unidades produtivas para as regiões onde a mão de obra é mais barata nas formas dominantes da concorrência capitalista. A intensidade do processo de concentração e centralização do capital provocou um salto de qualidade na composição orgânica do capital, elevando ainda mais as exigências técnicas e financeiras dos investimentos. Nas economias periféricas, a centralização do capital significou uma nova onda de desnacionalização econômica que enfraqueceu ainda mais as já bastante frágeis burguesias dependentes. A mudança qualitativa na composição técnica do capital e sua maior mobilidade espacial ampliaram de maneira brutal a capacidade de o capital comandar trabalho em escala global e intensificaram a volatilidade de seus vínculos com o espaço econômico nacional.

O novo contexto histórico diminuiu sensivelmente o poder de barganha sindical e político do trabalho. A modernização tecnológica provocou uma vasta destruição de forças produtivas obsoletas, levando a um au-

mento exponencial do desemprego aberto. Os saltos na produtividade do trabalho modificaram os parâmetros técnicos que condicionam o multiplicador de empregos, disseminando pelo mundo afora o problema do desemprego estrutural – fenômeno, até então, típico de economias subdesenvolvidas. A incorporação definitiva de todas as regiões do globo no mercado mundial – Rússia, China e Índia à frente – deu lugar à formação de um verdadeiro exército de reserva de mão de obra em escala mundial. A disputa para atrair investimentos e defender os empregos entre as diferentes economias nacionais agravaram as rivalidades inter-regionais, despertando perigosos sentimentos nacionalistas e delicadas rivalidades.

As novas exigências técnicas e econômicas da acumulação capitalista provocaram descontinuidades nas escalas de produção e nas suas formas de organização, estimulando a mundialização do capital produtivo e financeiro. O espetacular avanço no grau de desenvolvimento das forças produtivas gerou uma tendência, mais ou menos generalizada, à superprodução. Para enfrentar as dificuldades de realização, as unidades capitalistas viram-se impelidas a sair pelo mundo afora em busca de mercados para seus produtos. A necessidade de superar os limites à valorização do capital levou o capital financeiro a pressionar as potências imperialistas, a começar pelos Estados Unidos, a brandir a bandeira da liberalização econômica. Tal processo teve sérias implicações sobre as dimensões mínimas do espaço econômico nacional e sobre a divisão internacional do trabalho. Como consequência, o sistema econômico nacional deixou de se inscrever como o desdobramento natural do processo de industrialização.

Os deslocamentos no poder econômico e político decorrentes do novo padrão de desenvolvimento capitalista provocaram uma crise do Estado nacional. A origem das dificuldades prende-se ao fato de que, ao redefinir as fronteiras de tempo e espaço, a nova fase do capitalismo desarticulou as bases do regime central de acumulação e o particular equilíbrio de forças que assegurava a base de sustentação do sistema capitalista mundial no pós-guerra. O caráter predatório da concorrência solapou a capacidade de a sociedade nacional preservar a integridade de seu sistema produtivo e reproduzir os mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. A ilimitada liberdade de movimento e atuação dos conglomerados multinacionais comprometeu a eficácia dos centros internos de decisão, solapando perigosamente o poder dos Estados nacionais de limitar as condições de atuação da iniciativa privada. A disputa pelo monopólio das novas tecnologias, pelo controle dos mercados mundiais e pelo domínio

das fontes estratégicas de matérias-primas deu início a uma terceira divisão do mundo, inaugurando um período de acirradas rivalidades entre os Estados nacionais.

Na era da globalização dos negócios, a crise do Estado nacional decorre da incapacidade da sociedade nacional de estabelecer limites à atuação do capital. O problema está relacionado ao brutal enfraquecimento da classe operária, ao extraordinário fortalecimento da burguesia, à mudança em seu horizonte de acumulação para além das fronteiras nacionais, à perda dos instrumentos de controle do Estado nacional sobre o capital e à diluição das identidades nacionais pela difusão do *american way of life*, que massifica e homogeneiza os padrões de consumo e os estilos de vida em todos os cantos do mundo.

Sem questionar os mecanismos que impulsionavam a mundialização do capital, as economias desenvolvidas reagiram à crise do Estado nacional procurando aumentar a escala de seus espaços econômicos nacionais e a potência de seus aparelhos de poder estatal. Obrigadas a concorrer para atrair investimentos produtivos, defender os empregos industriais, preservar a estabilidade de suas moedas e assegurar o acesso às fontes de matérias-primas estratégicas, as potências hegemônicas desencadearam uma corrida para transformar o espaço econômico da concorrência capitalista em escala global, ao qual se vinculam em base estratégica.

Apoiadas em agressivas políticas neomercantilistas, todas as energias foram canalizadas para aumentar a produtividade do trabalho, melhorar a qualidade da infraestrutura econômica, ampliar a dimensão dos respectivos mercados internos e estender as fronteiras do espaço econômico. Dentro desse movimento mais amplo, que combina a integração e a diferenciação das economias que compõem o sistema capitalista mundial, devemos compreender as articulações para a formação de blocos econômicos regionais, cujos exemplos mais conspícuos são a União Europeia e o Nafta. A política das potências imperialistas parte do suposto de que só haveria uma maneira de se minimizar o caráter destrutivo do processo de valorização do capital impulsionado pela lógica ultraespeculativa do capital financeiro: criar condições objetivas para reduzir a volatilidade dos nexos do capital com o espaço econômico nacional. Isso só seria possível nas economias que conseguissem se diferenciar como *locus* estratégico da concorrência em escala global, pois, nessas circunstâncias, mesmo com grande mobilidade, o circuito de valorização do capital tenderia a ficar ancorado no espaço econômico nacional. O magnetismo exercido sobre o capital internacional

pelos espaços nobres da economia global atenuaria os efeitos desagregadores da volatilidade do capital sobre a sociedade nacional.

Em um contexto de extrema liberdade de movimento dos capitais, a necessidade de transformar o espaço nacional em uma área “diferenciada” estabelece uma lógica predatória de concorrência entre as economias nacionais. A razão é simples. Como nem todas as economias podem ser consideradas áreas prioritárias de valorização do capital, o processo de diferenciação implica, necessariamente, aprofundamento da heterogeneidade estrutural entre os diferentes espaços econômicos que compõem o sistema capitalista mundial. Por essa razão, a estabilidade dos vínculos do capital financeiro em uma determinada economia implica, necessariamente, na volatilidade de seus vínculos com as outras economias do mundo. O estado de “guerra econômica” pela primazia na economia mundial instaura, assim, uma lógica de “salve-se quem puder”, de caráter ultraimperialista que reforça a crise do Estado nacional. O fortalecimento relativo de alguns espaços econômicos como campo estratégico de valorização do capital tem como contrapartida necessária a degradação relativa de outros. Não é de surpreender que, na era do capital financeiro, o capitalismo tenha perdido todas as suas qualidades socialmente construtivas. A conclusão do artigo de Paul Sweezy “The Triumph of Financial Capital” sintetiza de maneira cristalina a realidade: “O que eu quero discutir é que as mudanças recentes, a maioria ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial, modificaram de tal maneira as modalidades da acumulação de capital que esta deixou de ser no todo uma força benigna e positiva e, em vez disso, tornou-se uma força terrivelmente destrutiva” (Sweezy, 1994, p.2). A verdade é que a escolha entre “socialismo ou barbárie” nunca foi tão atual.

A tendência à fragmentação de países que até pouco tempo pareciam inabaláveis, como a União Soviética, a Iugoslávia e a Checoslováquia, a crescente militarização das relações internacionais, com a ostensiva intervenção dos Estados Unidos em todos os cantos do mundo, como é o caso do Plano Colômbia e Plano Puebla-Panamá na América Latina, os inclementes ataques “preventivos” contra as nações suspeitas de fazer parte do chamado “eixo do mal”, como as covardes invasões do Afeganistão e do Iraque, a avassaladora pressão para que os países na periferia do sistema capitalista mundial assinem acordos espúrios, ostensivamente ofensivos a seus interesses nacionais, como foi o caso recente da mal-fadada tentativa de impor a Área de Livre-Comércio das Américas, e a exacerbação de rivalidades regionais em todas as partes do globo são

fenômenos que evidenciam a profundidade das mudanças em curso. Tais mudanças colocam em questão a própria noção de soberania nacional.

A lógica de império que preside a ordem global deixou a economia mundial à mercê dos caprichos dos Estados Unidos – o país que detém o incontestado domínio econômico e militar sobre o mundo. Como disse há muitos anos John K. Galbraith (apud Boron, 2004, p.138): “A globalização não é um conceito sério. Nós, os norte-americanos, a inventamos para ocultar nossa política de penetração econômica – e, poderíamos acrescentar, cultural e militar – no exterior”.

Transformadas em meros “mercados emergentes”, as economias da periferia tornaram-se alvos de verdadeiras operações de pilhagem por parte dos grandes conglomerados internacionais interessados em tirar proveito de privatizações, fusões e aquisições; utilizar o poder de monopólio para controlar segmentos inteiros do mercado nacional e internacional; aproveitar a fragilidade e o desespero dos países endividados para extorquir-lhes polpidos recursos, sob a forma de benefícios fiscais e financeiros; e explorar as vantagens comparativas derivadas do controle de matérias-primas estratégicas, da presença de mão de obra barata e da possibilidade ilimitada de depredar o meio ambiente.

O império norte-americano impôs novas condições para o desenho da territorialidade capitalista. O aumento do poder econômico e político do Estado norte-americano avança à custa de uma profunda redução na escala e no grau de autonomia dos outros Estados nacionais. A superpotência americana requer a impotência dos demais países do globo. A “soberania ampliada” dos Estados Unidos combina-se com a “soberania reduzida” das potências imperialistas de segunda ordem e com a “soberania ultrarreduzida” dos países na periferia do sistema capitalista mundial. É esse o pano de fundo que explica o redesenho do mapa político e econômico mundial.

Subordinadas à fúria da concorrência global e ao arbítrio político dos Estados Unidos, as sociedades latino-americanas ficaram sujeitas aos penosos processos de reversão neocolonial. Ainda que o impacto de tal processo sobre cada formação social possua características próprias, existem certas características que são comuns aos países da região.

O novo padrão de concorrência internacional reforçou a hierarquia da divisão internacional do trabalho, condenando as economias latino-americanas a especializarem-se na produção de mercadorias de baixíssimo conteúdo tecnológico. O deslocamento do centro dinâmico da economia

para o mercado internacional fechou o espaço para a formação de sistemas econômicos nacionais e revitalizou atividades produtivas típicas de uma economia colonial, revigorando o latifúndio baseado na monocultura, na exploração de mão de obra barata e na depredação do meio ambiente.

A desnacionalização indiscriminada das economias da região diminuiu ainda mais o já bem reduzido poder de barganha das burguesias latino-americanas diante das forças imperialistas. De sócia privilegiada do capitalismo monopolista, com seu poder real assentado num parque industrial incipiente mais ou menos desenvolvido, a burguesia latino-americana transformou-se em mera intermediária dos negócios do grande capital financeiro que comanda o processo de globalização. A distância entre uma “burguesia dependente” e uma “burguesia de negócios” pode ser avaliada pela diferença que existe entre a industrialização por substituição de importações, ancorada no espaço econômico nacional, e a valorização especulativa da riqueza que beneficia os grupos econômicos nacionais e internacionais ligados ao comércio exterior, à venda de patrimônio nacional (público e privado) e aos negócios de compra e venda de ativos financeiros e moeda internacional.

O imperialismo cultural comprometeu a capacidade de as sociedades latino-americanas organizarem-se em função de suas verdadeiras necessidades. Ao negar a primazia do poder público sobre o poder econômico – a absoluta hegemonia do neoliberalismo –, simplesmente inviabilizou a afirmação de políticas articuladas em função de um projeto nacional. A aceitação incondicional dos ditames da ordem global submeteu a sociedade latino-americana a uma dupla tutela. Por um lado, a blindagem institucional decorrente da liberalização e da desregulamentação da economia comprometeu o funcionamento dos centros internos de decisões, deixando os países à mercê dos humores do capital internacional. Por outro, a crescente vulnerabilidade externa decorrente do aumento exponencial do passivo externo e da liberalização dos movimentos de capitais subordinou as políticas econômicas aos ditames do capital financeiro, submetendo-as ao implacável monitoramento dos organismos financeiros internacionais. Estes passaram a ditar o conteúdo e a forma das chamadas “reformas”, cuja essência consiste em adaptar a organização econômica, social e jurídica da sociedade latino-americana às exigências do capital estrangeiro.

A ampliação da dependência tecnológica e financeira do exterior teve como contrapartida uma brutal intensificação das transferências de renda ao exterior, acirrando o caráter tributário das economias latino-ame-

ricanas. A especialização na produção de bens primários intensificou a transferência de excedentes ao exterior por conta da conhecida tendência estrutural à deterioração dos termos de troca. O aumento exponencial do passivo externo implicou grandes transferências de recursos para pagamento de despesas com juros, amortizações, remessas de lucro e *royalties*. A lógica do ajuste fiscal permanente destinada a viabilizar a geração de megassuperávits fiscais levou a uma gigantesca sangria de recursos fiscais para as mãos dos credores do Estado. Por fim, num contexto de absoluta integração do mercado financeiro nacional ao internacional, a nova dependência deixou as economias nacionais ainda mais vulneráveis a processos especulativos de fuga de capitais.

Os processos econômicos e sociais desencadeados pela inserção subalterna na ordem global começaram a quebrar os nexos orgânicos entre as regiões, colocando em questão a própria continuidade da unidade territorial. As políticas de ajuste permanente que asfixiam o mercado interno desarticularam as forças centrípetas que, com maior ou menor força, impulsionavam as relações econômicas entre as diferentes regiões dos territórios nacionais. A concorrência sem freios pelos investimentos esgarçou ainda mais a relação entre as regiões. Se não fosse suficiente, a generalização da pobreza e do desemprego estrutural fomentou o aparecimento de políticas ativas de segregação espacial que bloqueiam a livre circulação das pessoas em busca de emprego, acirrando perigosamente as rivalidades inter-regionais.

A nova situação de dependência configura um marco histórico extraordinariamente adverso para os povos latino-americanos. Se no passado foi possível conciliar dependência e industrialização, dando a impressão de que seria possível compatibilizar dependência e desenvolvimento, hoje é impossível ignorar o antagonismo inconciliável entre dependência e desenvolvimento nacional. A crise econômica geral que abala a economia mundial deve aprofundar e acelerar o processo de reversão neocolonial.

## 2. Crise e barbárie

Plenamente integrada nos circuitos mercantis, produtivos e financeiros que impulsionam a valorização de capital em escala global, a América Latina sentirá o impacto da crise capitalista de maneira redobrada. Os países que mais avançaram na liberalização da economia serão, eviden-

temente, os mais expostos aos efeitos destrutivos do novo momento histórico. A crise será transmitida pelo padrão histórico tradicional – queda do comércio internacional, contração dos preços das *commodities*, paralisação dos fluxos de crédito e de investimentos, fuga de capitais, escalada das transferências de lucros e juros ao exterior.

A defasagem entre a súbita reversão das expectativas nas economias centrais e o clima de relativa normalidade que prevaleceu na região ao longo de 2008, sobretudo nos países que dispõem de mercado interno de maior expressão, não deve alimentar a expectativa de que a América Latina escapará de uma brutal contração na atividade econômica. O hiato temporal entre o movimento da crise no centro e seu impacto na periferia apenas reflete o diferente encadeamento da relação crédito-gastorenda nas economias que constituem a “locomotiva” do sistema capitalista mundial – em que a crise de crédito repercute imediatamente sobre a demanda agregada e sobre as expectativas dos empresários – e aquelas que são seus “vagões”, indo a reboque da expansão gerada no centro – em que os efeitos multiplicadores de renda das exportações, ao ampliar o mercado interno, dão uma sobrevida ao crescimento econômico. O fenômeno não é novo e já foi amplamente estudado pela velha Cepal. Na situação atual, essa relação é reforçada pela maior diversificação dos países de destino das exportações, devido em grande medida ao maior peso das vendas na própria região e em mercados emergentes.

Os mecanismos de desdobramento da crise na América Latina tendem a repetir padrões históricos conhecidos, que, com as devidas especificidades, combinam estrangulamento cambial, desorganização das finanças públicas, instabilidade monetária e financeira, estagnação da produção, quebra de empresas, destruição de forças produtivas e ampliação do desemprego. A paralisação do fluxo de remessas dos imigrantes e a inversão do fluxo de imigrações devem agravar os efeitos negativos, afetando, sobretudo, as economias mais débeis.

Nos países que apresentam baixa exposição ao endividamento externo e expressivo volume de reservas cambiais, a chegada do estrangulamento cambial poderá ser protelada por algum tempo, reforçando a expectativa simplória de que, em plena globalização, algumas economias poderiam se “descolar” do todo e patrocinar um inusitado modelo de crescimento baseado no “capitalismo em um só país”. Instalada a crise, as pressões do imperialismo para despejar o ônus da recessão global nas economias da região serão cada vez maiores. Encerrando o efêmero ciclo de crescimen-

to, após três décadas de estagnação, a ordem econômica internacional recolocará a América Latina na rotina de Sísifo do ajuste econômico permanente.

Iludem-se os que, sonhando com a possibilidade de um novo-desenvolvimentismo extemporâneo, imaginam que a crise da economia internacional possa representar uma “janela de oportunidades” que permitiria um rearranjo de forças mais favorável às economias da região ou pelo menos àquelas que lograram um maior grau de desenvolvimento das forças produtivas. A industrialização por substituição de importações – dirigida para a modernização dos padrões de consumo de uma exígua parcela da população, impulsionada pelo capital internacional com o apoio incondicional do Estado e financiada pela concentração da renda e pela crescente desnacionalização da economia – é um fenômeno do passado. As premissas históricas objetivas e subjetivas que lhe davam sustentação ruíram. Não há, portanto, a menor possibilidade de a América Latina repetir a façanha dos anos 1930, quando os países com maior grau de desenvolvimento das forças produtivas e maior controle sobre os centros internos de decisão reagiram à crise internacional impulsionando a formação da economia nacional. A situação atual é radicalmente diferente. As frentes de valorização do capital dependem cada vez mais da crescente integração da economia latino-americana na economia mundial e da abertura de novos negócios pela sistemática ampliação de formas predatórias e parasitárias de acumulação de riqueza.

Nos anos 1930, a desarticulação dos fluxos de comércio e de crédito internacional, ao gerar um relativo isolamento das economias periféricas, permitiu que os países que não insistiram em atrelar seu sistema monetário ao padrão ouro lograssem maior controle sobre os centros internos de decisão. Na atualidade, a preservação incólume dos mecanismos comerciais e financeiros que impulsionam a globalização dos negócios mantém a periferia atrelada ao centro cíclico. Ao comprometer os instrumentos de comando da política econômica, a ordem institucional liberal afasta a possibilidade de a crise internacional redundar em maior margem de manobra para as economias da região.

Na década de 1930, o colapso do complexo exportador e a interrupção dos fluxos financeiros internacionais provocaram, sobretudo nas economias mais desenvolvidas, deslocamentos na correlação de forças que fortaleceram as frações burguesas mais comprometidas com a consolidação do Estado nacional e o avanço da industrialização. A aliança desses

segmentos com as massas urbanas, que iniciavam a sua vida política, gerou a base de sustentação que permitiu a ruptura com o velho *status quo*, criando as condições subjetivas para a cristalização de políticas econômicas voltadas para a defesa e a expansão do mercado interno. Sem o corte com o Estado liberal oligárquico e a formação de um novo bloco de poder, o pacto populista, seria impossível promover o deslocamento do eixo dinâmico do crescimento para o interior da economia nacional. Não há nada de semelhante no horizonte, pois, como o conjunto da burguesia latino-americana encontra-se completamente comprometido com a ordem global, a crise tende a exacerbar essa posição subalterna em relação ao capital internacional. As exceções conhecidas – Venezuela, Bolívia e, em menor medida, Equador –, países fortemente dependentes da renda gerada por enclaves relacionados com o setor energético e que passam por um processo de mobilização popular que questiona a ordem global, fogem evidentemente desta caracterização.

A impotência da burguesia latino-americana para enfrentar o imperialismo e a inexistência de mecanismos endógenos que impulsionem a autodeterminação do capitalismo latino-americano fazem com que a crise internacional reforce a posição do capital financeiro nacional e estrangeiro, especialmente de seus segmentos ligados ao comércio internacional e à intermediação financeira. Portanto, sem deslocamentos significativos na composição do bloco de poder, é bastante remota – para não dizer nula – a possibilidade de rupturas políticas que possam abalar os alicerces do Estado neoliberal no continente e abrir espaço para mudanças qualitativas no padrão de intervenção do Estado na economia.

Na primeira metade do século XX, a difusão das estruturas elementares da 1ª e da 2ª Revoluções Industriais abria espaço para processos de industrialização por substituição de importações que tendiam a funcionar como um regime central de acumulação, articulado em torno de um departamento de bens de produção e ancorado em espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. As escalas mínimas de produção compatíveis com a dimensão das maiores economias latino-americanas e as exigências de bases técnicas e financeiras condizentes com o porte já adquirido pelas burguesias nativas permitiram, em um primeiro momento, que a industrialização fosse impulsionada a partir de dentro, mobilizando as energias econômicas da própria região. Em um segundo momento, a partir do pós-guerra, a necessidade de aprofundar o processo de substituição de importações começou a esbarrar na estreiteza do mercado interno e na

insuficiência do grau de monopolização do capital nacional. A subordinação da estratégia de expansão da indústria ao movimento de internacionalização dos mercados internos liderado pelos grandes trustes internacionais permitiu então que as economias mais avançadas levassem a industrialização dependente e subdesenvolvida ao limite de suas possibilidades. O padrão de acumulação capitalista contemporâneo, baseado na mundialização do capital, afasta qualquer possibilidade de um recuo ao desenvolvimento ancorado num regime central de acumulação. As escalas mínimas de produção ultrapassam por larga margem a dimensão dos mercados nacionais, e as bases técnicas e financeiras da nova etapa do desenvolvimento capitalista estão muito além das limitadas possibilidades da base empresarial da região.

A experiência histórica mostra que os nexos que prendem a América Latina à ordem global são extraordinariamente resistentes às crises econômicas e financeiras. Portanto, se não houver uma completa desarticulação do sistema capitalista mundial – hipótese que, no momento, parece pouco provável –, a capacidade de a região defender-se dos efeitos mais destrutivos da crise depende da tomada de uma decisão política no sentido de redefinir unilateralmente o modo de participação na economia mundial, rompendo os laços de subalternidade em relação ao capital internacional e às potências imperialistas. Não é o que está ocorrendo. Pelo contrário. A crise internacional tem intensificado o poder do imperialismo na região. Na verdade, o profundo comprometimento das classes dominantes latino-americanas com a ordem global funciona como um bloqueio institucional e mental que inviabiliza a formulação de respostas criativas que a situação histórica exige.

A impotência para tomar iniciativas econômicas e políticas que afrontem os cânones da ordem global torna as burguesias latino-americanas completamente desarmadas para enfrentar as dificuldades geradas pela crise. Sem área de manobra, somente lhes resta sancionar as pressões oriundas dos centros imperiais e torcer por uma rápida recomposição da economia internacional. Partindo do suposto de que a crise internacional é um fenômeno temporário, que não justifica atitudes que possam implicar um recuo no processo de liberalização, os governos latino-americanos têm respondido às crescentes dificuldades externas de maneira reativa. Se o diagnóstico de uma crise passageira não se confirmar, em breve ficará patente a catástrofe que significa a ausência de uma estratégia preventiva.

Sem ter como se proteger dos efeitos desastrosos da crise, a América Latina encontra-se diante da ameaça de uma aceleração do processo de

reversão neocolonial. Elo fraco do sistema capitalista mundial e zona de influência dos Estados Unidos, a região será duramente pressionada a dar a sua contribuição no processo de socialização dos prejuízos do grande capital. Como a crise impõe a eliminação do parque produtivo redundante, é de se esperar uma aceleração e uma maior intensidade na tendência à desindustrialização e à especialização regressiva que têm caracterizado o ajuste estrutural das economias latino-americanas aos ditames da ordem global.

Os que apostam na possibilidade de que os baixos salários e a maior leniência com a deterioração do meio ambiente possam representar uma vantagem comparativa não atinam para o significado da mudança provocada pela inflexão do contexto histórico. Ao encerrar um longo ciclo de difusão de tecnologias, a crise geral do capitalismo inaugura uma luta de vida ou morte entre o capital novo e o capital velho. No momento decisivo da concorrência capitalista, quando é a própria sobrevivência das empresas que está em questão, a vantagem pende para o lado que dispõe de armas mais eficazes e da capacidade de condicionar o terreno da batalha. Por mais que a crise atinja as economias desenvolvidas de uma maneira geral e a economia norte-americana em particular, comprometendo temporariamente sua capacidade de tomar iniciativa no plano internacional, ela não abala a brutal assimetria na distribuição do poder econômico, financeiro, político e militar que rege a ordem internacional. As diferenças na capacidade de consumo da sociedade, as desproporções nas bases técnicas e financeiras do capital e as discrepâncias no grau de organização econômica e no poderio bélico dos Estados nacionais garantem aos países desenvolvidos, a começar pelos Estados Unidos, o controle absoluto das finanças internacionais, do ritmo e da intensidade do processo de introdução e difusão das inovações, bem como das iniciativas políticas e militares que definirão os parâmetros institucionais dentro dos quais se dará a reorganização da economia mundial. As potências imperialistas possuem, portanto, condições extraordinariamente favoráveis para arbitrar o processo de desvalorização de capitais e para liderar a reorganização da ordem internacional.

Sem poder de iniciativa econômica e política no plano internacional, as sociedades latino-americanas ficam sujeitas a pressões que tendem a exacerbar sua posição subalterna no sistema capitalista mundial, e só lhes resta aprofundar o ajuste estrutural que lhes impõe, basicamente, três funções na ordem global: franquear o espaço econômico à penetração do

capital internacional, adaptando as forças produtivas e as relações de produção às tendências da divisão internacional do trabalho; coibir o êxodo de correntes migratórias que possam gerar instabilidades nos países centrais; e aliviar o estresse produzido pelas regiões altamente industrializadas sobre o ecossistema mundial, cumprindo o triste e paradoxal papel de reserva de matéria-prima, pulmão e depósito de lixo da civilização ocidental. Dentro desses parâmetros, as tendências da divisão internacional do trabalho reservam à América Latina a função de fornecedor de produtos agropecuários e minerais e fonte de recursos energéticos orgânicos e minerais.

Em suma, o “salve-se quem puder” deve acelerar o sucateamento das forças produtivas da América Latina e, como consequência, intensificar sua especialização regressiva na economia mundial; aumentar a desnacionalização de suas economias, acirrando o caráter tributário e subsidiário delas; e agravar a desarticulação de seus centros internos de decisão, tudo se somando para comprometer ainda mais o controle nacional sobre o desenvolvimento capitalista na região. O novo contexto histórico exacerba, assim, a histórica incompatibilidade entre capitalismo, democracia e soberania nacional na América Latina. Dentro de tais parâmetros, as alternativas dos países da região se limitam a minimizar o ritmo e a intensidade com que se avança para a barbárie.

### 3. Crise, reforma e revolução

Ao colocar em questão a unidade das relações sociais, internacionais e transnacionais que sustentam o processo de globalização dos negócios, a crise inaugura um marco histórico que será caracterizado por transformações de grande envergadura em todas as dimensões da economia e da sociedade. Os dramáticos acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XX mostram que, na era do capitalismo monopolista, as crises capitalistas não deixam margem para a possibilidade de soluções racionais e civilizadas.

Ao escancarar as contradições e os antagonismos do modo de produção capitalista, a paralisação do processo de produção acirra a luta de classes entre a burguesia e o proletariado. A disputa polariza-se em torno das vias de superação da crise. A solução do capital subordina tudo a um objetivo central: restaurar as condições para a retomada da acumulação. No seio da

burguesia, as divergências dizem respeito ao modo de distribuir o ônus da crise entre os vários grupos capitalistas e à disputa em relação às novas frentes de expansão dos investimentos, consubstanciando-se, basicamente, em diferenças com relação ao papel do Estado na economia, ao modo de participar da economia mundial e à forma de reorganizar o processo produtivo e as relações entre o capital e o trabalho. A solução contra o capital organiza-se em torno da necessidade concreta de resistir a todo custo ao avanço da barbárie e de aproveitar a fragilidade do regime burguês, para superar o mais rápido possível o capitalismo. A alternativa operária depende, portanto, de um salto na consciência da classe em relação à necessidade, à possibilidade e aos desafios da revolução socialista.

Pelas peculiaridades de sua formação social – sociedades de origem colonial que caíram nas malhas do capitalismo dependente –, na América Latina o combate à crise adquire feições próprias. Funde a necessidade de enfrentar os problemas concretos gerados pela crise geral do capitalismo – o agravamento da barbárie – com os problemas históricos herdados do passado – a segregação social e a dependência externa. Em um primeiro momento, a reação concreta contra a crise confunde-se com a necessidade de evitar o avanço do processo de reversão neocolonial, único meio de evitar a escalada assustadora da barbárie. A ruptura com os mecanismos que subordinam as economias periféricas à ordem global coloca, em seguida, a urgência de vencer a situação de dependência e subdesenvolvimento – único meio de afirmar a “vontade política” da sociedade nacional. Por fim, a afirmação da soberania nacional leva ao confronto com o imperialismo, gerando a necessidade concreta de liquidar o capitalismo e dar início à transição socialista. O problema do enfrentamento da crise é, portanto, fundamentalmente político. A superação das dificuldades geradas pela crise internacional implica um conjunto encadeado de transformações econômicas, sociais e culturais que entra em frontal contradição com os interesses estratégicos das potências imperialistas, do capital internacional e das burguesias latino-americanas – o tripé que sustenta o padrão de acumulação e de dominação neoliberal no continente.

Nessas circunstâncias, a possibilidade de uma resposta positiva da América Latina aos desafios colocados pela crise capitalista depende fundamentalmente de uma profunda reviravolta nas bases de sustentação do Estado; uma reviravolta que permita a formação de um bloco de poder fundado na força das classes populares – os únicos sujeitos históricos que,

por não estarem comprometidos com os negócios da globalização e por serem suas principais vítimas, são capazes de levar às últimas consequências a ruptura com os nexos externos e internos responsáveis pela situação de dependência e subdesenvolvimento.

Em suma, o enfrentamento da crise econômica deve ser visto como parte de um processo histórico de grande complexidade que não pode ser dissociado da problemática da transição do capitalismo para o socialismo em condições de subdesenvolvimento e dependência. Nessa transição, o fundamental é garantir a irreversibilidade do processo revolucionário, acelerando transformações nas relações de produção que assegurem o controle dos trabalhadores sobre a economia, aprofundando as mudanças culturais indispensáveis para que a incorporação de progresso técnico seja subordinada às possibilidades materiais da região e às reais necessidades da população, fomentando o desenvolvimento das forças produtivas a fim de conquistar o mais rápido possível a segurança alimentar e a autossuficiência material da sociedade, incluindo as condições mínimas para defesa contra a agressão militar imperialista e, sobretudo, incentivando e promovendo por todos os meios o papel protagonista das massas populares de uma maneira geral e do proletariado em particular sobre o processo político – única garantia efetiva de defesa das conquistas sociais e de avanço da revolução socialista como um processo ininterrupto de transformação que aponta para a construção da sociedade comunista. O ponto de partida desse processo é a defesa intransigente da economia popular contra os efeitos devastadores da crise.

### Referências bibliográficas

- BORON, Atilio. *Imperio & imperialismo: una lectura critica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- FERNANDES, Florestan. Apresentação do livro *Que fazer?*, de Vladimir Illitch Lênin. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MÉSZÁROS, István. *El siglo XXI ¿Socialismo o barbarie?* Buenos Aires: Herramienta, 2003.
- SWEEZY, Paul. “The triumph of financial capital”, *Monthly Review*, v.46, n.2, 1994.



# Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?\*

**Claudio Katz**

A convocatória para a construção do socialismo do século XXI, formulada por Chávez, ressituiu os debates sobre caminhos, tempos e alianças para forjar uma sociedade não capitalista. Essa discussão reaparece quando o grosso do progressismo havia se acostumado a omitir qualquer referência ao socialismo. A recuperação da credibilidade popular nesse projeto ainda não é visível, mas a meta emancipatória é novamente debatida nas organizações populares que buscam um norte estratégico para a luta dos oprimidos. Qual o significado atual de uma proposta socialista?

## **1. Cinco motivações**

A América Latina se converteu em um cenário privilegiado para essa reconsideração, por diversas razões. Em primeiro lugar, a região é o principal foco de resistência internacional ao imperialismo e ao neoliberalismo. Várias revoltas populares conduziram, nos últimos anos, à queda de presidentes neoliberais (Bolívia, Equador e Argentina) e consolidaram a presença contundente dos movimentos sociais.

Em um quadro de lutas – que inclui reveses ou repressão (Peru, Colômbia) e também refluxo ou decepção (Brasil, Uruguai) –, novos contingentes se somaram ao protesto popular. Esses setores contribuem com uma base juvenil renovada (Chile) e modalidades de auto-organização

\* Artigo publicado originalmente em *La Haine* <<http://www.lahaine.org>>, 26 nov. 2006.

muito combativas (Comuna de Oaxaca, no México). O socialismo oferece um propósito estratégico para essas ações e poderia se transformar no tema de uma reflexão renovada.

Em segundo lugar, o socialismo começa a conquistar certa presença nas ruas da Venezuela. Essa difusão confirma uma proximidade ideológica do processo bolivariano com a esquerda, que esteve ausente em outras experiências nacionalistas. Na época da União Soviética, alguns governantes do Terceiro Mundo adotavam a identidade socialista com fins geopolíticos (contrabalançar as pressões norte-americanas) ou econômicos (obter subvenções do gigante russo). Como esse interesse desapareceu, o atual resgate do projeto tem conotações mais genuínas.

O ressurgimento do socialismo se comprova também na Bolívia, nas declarações de vários funcionários, e está presente em Cuba, após 45 anos de embargos, sabotagens e agressões imperialistas. Se o desmoronamento que arrasou a URSS e a Europa Oriental houvesse se estendido à ilha, ninguém postularia atualmente um horizonte anticapitalista para a América Latina. O impacto político dessa regressão teria sido devastador.

O socialismo constitui, em terceiro lugar, uma bandeira retomada pela oposição de esquerda aos presidentes social-liberais, que abandonaram qualquer alusão ao tema para se unir aos capitalistas. Bachelet, Lula e Tabaré Vázquez descartaram todas as referências ao socialismo em seus discursos, renunciaram à introdução de reformas sociais e se situaram em um terreno oposto às maiorias populares. Bachelet nem sequer recorda o nome de seu partido quando preside a *Concertación*, que recicla o modelo neoliberal. Lula se esqueceu de seu flerte juvenil com o socialismo, passando a privilegiar os banqueiros, e Tabaré repete esse mesmo padrão quando considera os acordos de livre-comércio com os Estados Unidos. Nos três países, o socialismo é um estandarte contra essa deserção, reaparecendo em um quadro regional muito diferente do que predominava nos anos 1990.

A etapa de uniformidade direitista foi concluída e os personagens mais emblemáticos do neoliberalismo extremo saíram de cena. O militarismo golpista perdeu viabilidade e, através da mobilização, foram conquistados grandes espaços democráticos. Por isso, os governantes conservadores coexistem com presidentes de centro-esquerda e com governos nacionalistas radicais.

Na América Latina insinua-se, em quarto lugar, uma mudança de contexto econômico que favorece o debate sobre alternativas populares.

Em vários setores das classes dominantes tende a despontar uma guinada novo-desenvolvimentista em detrimento da ortodoxia neoliberal, após um traumático período de concorrência extrarregional, desnacionalização do aparato produtivo e perda de competitividade internacional.

A guinada em curso é “novo”, e não plenamente desenvolvimentista, porque preserva a restrição monetária, o ajuste fiscal, a prioridade exportadora e a concentração de renda. Aponta somente para um incremento aos subsídios estatais para a indústria, de modo a reverter as consequências do livre-comércio extremo. A vulnerabilidade financeira da região e a sujeição a um padrão de crescimento muito dependente dos preços da matéria-prima faz com que esse tipo de mudança seja ensaiado. No entanto, essa guinada afeta todos os dogmas econômicos que dominaram a década passada e abre brechas para que se contraponham alternativas socialistas ao modelo novo-desenvolvimentista.

Em quinto lugar, na América Latina se verifica uma tendência generalizada à concepção de programas nacionais em termos regionais. Essa atitude também predomina entre as organizações populares, que percebem a possibilidade de avaliar suas reivindicações em uma escala regional. Esse novo espírito permite que se encare o debate sobre a Alca, o Mercosul e a Alba com reformulações regionalistas do socialismo. Os três projetos de integração que vemos atualmente incluem propósitos estratégicos de relançamento do neoliberalismo (Alca), regulação do capitalismo regional (Mercosul) e gestação de formas de cooperação solidária compatíveis com o socialismo (Alba).

O contexto latino-americano atual incita, portanto, à retomada dos programas anticapitalistas em vários terrenos. Mas essas orientações se materializam em estratégias diferentes. Uma via possível seria a de se desenvolver a luta popular, alentar reformas sociais e radicalizar as transformações propiciadas pelos governos nacionalistas. Esse curso exigiria desmascarar as duplicidades dos governantes de centro-esquerda, questionar o projeto novo-desenvolvimentista e fomentar a Alba como um passo para a integração regional pós-capitalista. Expusemos alguns delineamentos dessa opção em um texto recente (Katz, 2006).

Outra via propõe uma sequência diferente, que sugere que a construção do socialismo seja precedida por um longo período capitalista prévio. Promove o desenvolvimento dessa fase com políticas protecionistas, com o fim de melhorar a capacidade competitiva da região. Por isso, observa com simpatia a atual guinada novo-desenvolvimentista, estimula o Mer-

cosul e dá aval à expansão de uma classe empresária regional. Convoca a formação de uma frente entre os movimentos sociais e os governos de centro-esquerda (Bloco Regional de Poder Popular) e imagina o socialismo como um estágio posterior ao novo estágio de capitalismo regulado.<sup>1</sup>

## 2. O problema do começo

Em nenhum aspecto do debate está em jogo a instauração plena do socialismo. Discute-se apenas o lançamento desse projeto. A construção de uma sociedade de igualdade, justiça e bem-estar seria uma tarefa histórica árdua e prolongada, que exigiria a eliminação progressiva das normas da concorrência, da exploração e do lucro. Não é uma meta a ser realizada em pouco tempo.

Especialmente nas regiões periféricas como a América Latina, esse processo pressuporia o amadurecimento de certas premissas econômicas que permitam melhorar qualitativamente o nível de vida da população. Essas conquistas se desenvolveriam juntamente com a expansão da propriedade pública e com a consolidação da autoadministração popular. Como essa evolução só poderia ocorrer ao longo de várias gerações, o debate imediato se refere unicamente à possibilidade de dar início a esse processo.

O início da construção do socialismo pressuporia substituir a proeminência de um regime sujeito às regras do lucro por outro, regulado pela satisfação das necessidades sociais. No momento em que um modelo econômico e político – guiado pela vontade majoritária da população – assumisse essas características, uma forma embrionária de socialismo começaria a reinar.<sup>2</sup>

Esse *début* é a condição para qualquer avanço posterior. Uma sociedade pós-capitalista jamais poderá emergir se a guinada socialista não se concretizar em algum momento do presente. Os mecanismos opressores da ganância e da concorrência devem ser drasticamente neutralizados para que uma nova forma de civilização humana comece a despontar.

<sup>1</sup> Ideia desenvolvida em Dieterich (2005), especialmente o cap.6.

<sup>2</sup> Critério exposto em Lebowitz (2006). Expusemos vários aspectos desse processo em Katz (2004).

O ponto de partida dessa transição socialista seria completamente oposto à gestação de um modelo novo-desenvolvimentista. As duas perspectivas são radicalmente contrárias e não podem se reconciliar, nem se desenvolver de forma simultânea. A concorrência pelo lucro impede a gestação paulatina de ilhotas coletivistas no interior do capitalismo, já que a concorrência distorce, em médio prazo, todas as modalidades cooperativas desses empreendimentos. Os dois projetos de sociedade também não poderiam conviver pacificamente entre si até que um demonstrasse maior eficiência e aprovação geral. Somente a erradicação do capitalismo poderia abrir as portas para uma emancipação social. A grande pergunta é se, na América Latina, essa mudança pode começar a se desenvolver.

### 3. Etapa ou processo?

A tese pró-desenvolvimentista responde negativamente à interrogação crucial do período presente. Essa tese estima que, na região, “não existem condições para uma sociedade socialista”,<sup>3</sup> mas não esclarece se essas insuficiências se encontram no plano econômico, tecnológico, cultural ou educacional. O que falta exatamente na região para a inauguração de uma transformação anticapitalista?

A América Latina ocupa um lugar periférico na estrutura global do capitalismo, mas conta com recursos sólidos para começar um processo socialista. Essas fundações são comprováveis em diferentes terrenos: terras férteis, jazidas minerais, mananciais hídricos, riquezas energéticas, bases industriais. O grande problema da região é o desaproveitamento dessas potencialidades.

As formas retrógradas de acumulação impostas pela inserção dependente no mercado mundial deformaram historicamente o desenvolvimento regional. Não existe uma carência de poupança local, mas sim um excesso de transferências para as economias centrais. O atraso agrário, a baixa produtividade industrial, a restrição do poder aquisitivo foram efeitos dessa depredação imperialista. O principal drama latino-americano

<sup>3</sup> Entrevista de Heinz Dieterich em *Interpress Service (BI-Red Solidaria de la Izquierda Radical)*, n.9268, 21 jan. 2006).

no não é a pobreza, mas sim a escandalosa desigualdade social que o capitalismo recria em todos os países.

A hipótese da imaturidade econômica é desmentida pela conjuntura atual, que criou um grande dilema quanto a quem se beneficiará do crescimento em curso. Os novo-desenvolvimentistas tentam canalizar essa melhoria em favor dos industriais e os neoliberais tratam de preservar os privilégios dos bancos. Em oposição às duas opções, os socialistas deveriam propor uma redistribuição radical da riqueza que melhore imediatamente o nível de vida dos oprimidos e erradique a primazia da rentabilidade. Os recursos estão disponíveis. Existe uma ampla margem para a instrumentalização de programas sociais e não apenas condições para a implementação de vias capitalistas.

É verdade que o quadro objetivo em que se encontram os diferentes países é muito desigual. As vantagens acumuladas pelas economias médias não são compartilhadas pelas nações menores e mais empobrecidas. A situação da Venezuela difere daquela da Bolívia, e o Brasil não se vê afetado pelas restrições que sufocam a Nicarágua. No entanto, a avaliação de uma mudança socialista em termos exclusivamente nacionais perdeu sua vigência.

Se as classes dominantes concebem suas estratégias em nível regional, cabe também imaginar um projeto popular em escala semelhante. Os opressores diagramam seu horizonte em função da taxa de lucro, e os socialistas poderiam formular sua opção em termos de cooperação e complementaridade econômica. Esse é o sentido de se contrapor a Alba à Alca ou ao Mercosul.

Não existe nenhuma limitação objetiva para o desenvolvimento desse curso igualitarista. É um erro supor que a região deverá atravessar as mesmas etapas de desenvolvimento recorridas pelos países centrais. A história sempre transitou por caminhos inesperados que misturam diversas temporalidades. A América Latina se desenvolveu com um padrão discordante de crescimento desigual e combinado, que tende a determinar também os desenlaces socialistas.

#### **4. Quem pagará os custos?**

A tese segundo a qual o socialismo deve ser precedido por um modelo capitalista se assemelha à “teoria da revolução por etapas”. Essa concepção

– que ganhou muita adesão por parte da esquerda – postulava a “erradicação dos vícios feudais” da América Latina antes de iniciar qualquer transformação socialista. Para que essa primeira meta seja atingida, propunha-se que se recorresse ao auxílio das burguesias nacionais de cada país.

A nova versão introduz no mesmo enfoque um matiz regionalista. Não se limita a fomentar os grupos capitalistas nacionais; em vez disso, convida a formação de um empresariado regional. O primeiro esquema não prosperou ao longo de todo o século XX e existem grandes limitações para que seu complemento regional se materialize na atualidade.

Uma burguesia sul-americana seria efetivamente mais forte do que as frações balcanizadas que a precederam, mas enfrentaria também uma concorrência mais árdua. Em vez de rivalizar somente com as corporações norte-americanas, inglesas ou francesas, também teria de lidar com blocos imperialistas regionalizados e concorrentes financeiros globalizados.

Os que apostam na revitalização do capitalismo latino-americano supõem que, nas próximas décadas, prevalecerá um contexto internacional multipolar. Somente nesse quadro poderiam florescer processos de acumulação duráveis nas regiões periféricas. Esse pressuposto considera também que a América Latina será um protagonista vencedor nesse cenário. Mas quem seriam, então, os perdedores? As grandes potências imperialistas? Outras zonas dependentes? Os estrategistas do capitalismo regionalista evitam as respostas. Não anteveem – como os neoliberais – uma prosperidade generalizada, nem pressagiam um derramamento de lucro compartilhado por todo o planeta. Simplesmente vislumbram grandes êxitos para o capitalismo latino-americano em um quadro global indefinido.

Esse enfoque tem por certo que as classes dominantes sul-americanas abandonarão seus antecedentes centrífugos e trabalharão em comum sob a disciplina do Mercosul. De fato, supõe que a região seguirá um curso semelhante àquele trilhado pela unificação europeia, apesar da evidente disparidade existente entre as duas regiões. A desnacionalização que predomina na economia latino-americana tampouco é vista como um grande obstáculo para a formação do empresariado regional. Nem mesmo a intensa associação que mantém cada grupo capitalista local ao lado de seus parceiros estrangeiros é percebida como um impedimento para o novo-desenvolvimentismo regional.

Na realidade, a concretização desse projeto não é totalmente impossível, mas é altamente improvável. O capitalismo contemporâneo está provocando certas surpresas (China), mas o crescimento conjunto e bem-su-

cedido de um bloco periférico latino-americano é pouco factível. As especulações sobre essa possibilidade podem ser infinitas, mas as vítimas e os beneficiários desse processo estão claros. Qualquer desenvolvimento capitalista será bancado pelas maiorias populares, porque os banqueiros e industriais exigirão lucros superiores à média internacional para embarcar nessa iniciativa. Como os explorados ou oprimidos suportariam todas as perdas, os socialistas lutam por um modelo anticapitalista.

Em qualquer de suas variantes, o Mercosul novo-desenvolvimentista seria um projeto incompatível com reformas sociais significativas e com melhorias duráveis no nível de vida da população. Esse projeto se sustentaria em uma concorrência pelo lucro que implicaria atropelos contra os trabalhadores. Essas agressões poderiam ser moderadas durante certo período, mas ressurgiriam com mais brutalidade na etapa subsequente. Nenhuma regulamentação estatal permitiria que as pressões ofensivas do capital fossem restringidas indefinidamente.

Essa certeza deveria fazer com que todos os socialistas se preocupassem menos com a factibilidade de um ou outro modelo burguês e prestassem mais atenção nas oportunidades de um curso anticapitalista. Ao postergar indefinidamente esse rumo, os teóricos favoráveis ao Mercosul novo-desenvolvimentista não oferecem nenhum indício de socialismo. Pressagiam a criação de um empresariado regional sem oferecer nenhuma sugestão sobre o início do projeto emancipatório durante o século XXI.

O esquema pró-desenvolvimentista é concebido com critérios gradualistas, etapas preestabelecidas e estritas conexões entre a maturidade das forças produtivas e as transformações sociais. Por isso, abre muitos espaços para que se fale do capitalismo e deixa pouco lugar para a sugestão de algo concreto sobre o socialismo.

## **5. A tese do inimigo principal**

O presságio de um modelo novo-desenvolvimentista se traduz no apoio ao eixo político centro-esquerdista que, na América do Sul, é liderado por Lula e Kirchner. Seus promotores estimam que esses governos representam o industrialismo em oposição à especulação financeira e o progressismo em oposição à direita oligárquica. Eles observam o projeto socialista como uma etapa ulterior à derrota da reação e concebem essa vitória como uma condição inescapável para o socialismo do século XXI (Dieterich, 2006a).

Mas a divisão entre novo-desenvolvimentistas e neoliberais será tão contundente? Não existem inúmeros vínculos entre os industriais e o setor financeiro? As conexões entre os dois setores foram muito estudadas e é surpreendente que sejam omitidas no momento de se apostar num choque entre os dois grupos. O amálgama é tão forte que Lula, um líder natural do pelotão novo-desenvolvimentista, mostrou – até agora – maior afinidade com o capital financeiro do que com os setores industriais.

Porém, até mesmo aceitando-se um cenário de forte oposição entre as duas facções capitalistas, cabe outra pergunta: em que medida o apoio aos novo-desenvolvimentistas aproximaria os oprimidos de sua meta socialista? Um argumento possível seria o de que o modelo industrialista criará emprego, melhorará os salários e fortalecerá a luta dos trabalhadores por seu próprio projeto. Mas se o capitalismo fosse capaz de assegurar esses resultados, a batalha pelo socialismo não teria muito sentido. Sob o regime atual, os lucros dos poderosos nunca se difundem para o conjunto da sociedade, apenas geram mais concorrência pela exploração e crises turbulentas que recaem sobre os oprimidos.

Outra justificativa para o apoio ao novo-desenvolvimentismo poderia destacar os efeitos positivos desse curso sobre a correlação de forças que opõe os trabalhadores aos capitalistas. Porém, se os explorados defendem um projeto que não lhes pertence, acabam por perder capacidade de ação. Jamais poderão melhorar suas posições trabalhando a favor do sistema que os oprime. Por esse caminho, acabam conspirando contra seus próprios interesses.

A carência de uma agenda própria é o principal obstáculo com o qual os oprimidos se deparam na luta pelo socialismo. A política pró-desenvolvimentista acentua essa falta de autonomia ao subordinar as reivindicações dos assalariados às necessidades dos capitalistas. Em vez de aumentar a confiança das massas em sua ação própria, essa orientação reforça as expectativas do paternalismo burguês.

Alguns teóricos afirmam ainda que o apoio ao novo-desenvolvimentismo será transitório. Mas que duração se concederia a esse período? Vários anos ou várias décadas? Um modelo industrialista não amadurece em pouco tempo. Para alcançar certo desenvolvimento, deve transitar por uma longa etapa de acumulação às custas dos explorados. Durante essa fase, o modelo só se estabilizaria se os capitalistas vislumbrassem um horizonte de ganhos que os induzisse a investir. E essa predisposição – no

contexto competitivo internacional – exigiria um grau de disciplina laboral incompatível com qualquer perspectiva anticapitalista.

O socialismo só avançará pelo caminho oposto, de ações reivindicativas e conquistas sociais que tendam a transcender o marco capitalista. E essa batalha só será bem-sucedida se os oprimidos assimilarem ideias revolucionárias a partir de uma crítica radical ao sistema atual. Os elogios à opção novo-desenvolvimentista vão na contramão desse amadurecimento político.

## 6. O sentido das alianças

Aqueles que observam o futuro econômico regional em função do choque entre novo-desenvolvimentistas e neoliberais tendem a considerar que as únicas alternativas políticas possíveis se limitam à centro-esquerda e à centro-direita (Dieterich, 2006d). No entanto, do desenrolar desse conflito não surge nenhuma pista para o socialismo do século XXI. Em um terreno dominado pela disputa entre Lula, Kirchner ou Tabaré e seus adversários direitistas, não há indicações para imaginarmos que caminho poderia ser percorrido por um processo anticapitalista. Esse bloqueio é ainda maior se Chávez e Morales forem enxergados dentro do mesmo bloco centro-esquerdista e se for dado à esquerda o papel silencioso de acompanhar essa aliança.

Essa estratégia pressupõe que as organizações populares e os governos de centro-esquerda tendem a convergir naturalmente, como se os interesses das classes dominantes e dos movimentos sociais fossem espontaneamente coincidentes. Essa associação exigiria, na realidade, um árduo trabalho de afrouxamento prévio de todas as reivindicações majoritárias.

As frentes destinadas a sustentar modelos capitalistas apresentam outro problema: tendem invariavelmente a girar para a direita. Seus promotores sempre registram o surgimento de algum novo inimigo oligárquico cuja derrota requer maiores concessões ao *establishment*. Esse processo também exige que muitos setores anteriormente identificados com a reação sejam revestidos de virtudes progressistas. As propostas de aproximação de novos aliados ao Mercosul para reforçar a batalha contra a Alca são exemplos típicos dessa política. Por vezes, até mesmo o “subimperia-

lismo espanhol” é visto como um candidato para participar dessa coalizão (Dieterich, 2006b). Por esse caminho, perdem relevância todos os questionamentos ao saque realizado pela Repsol e são enterradas, em poucos segundos, as denúncias acumuladas durante anos.

A estratégia de alianças crescentes contra a oligarquia conduz à preservação do *status quo*. Esse é o caminho impulsionado por Lula, Tabaré e Bachelet em direção ao social-liberalismo, e é a direção que Daniel Ortega tende a tomar atualmente. O novo presidente da Nicarágua já não guarda nenhum vestígio de sua velha origem revolucionária: dá aval às privatizações, defende a supervisão do FMI e aceita a continuidade do tratado de livre-comércio com os Estados Unidos (Nafta).<sup>4</sup>

Sobre esses pilares, não será possível erigir nenhum Bloco de Poder Regional que contribua para o socialismo. O social-liberalismo e a centro-esquerda não apenas impedem esse avanço, como também obstruem as tendências anti-imperialistas e as reformas sociais promovidas pelos governos nacionalistas radicais. O grande objetivo dos conservadores do Mercosul é justamente diluir a Alba.

O novo-desenvolvimentismo é o programa da Petrobras para preservar a espoliação do gás do Altiplano boliviano. É também a plataforma do convênio comercial com Israel promovido por Kirchner, enquanto Chávez denunciava a matança dos palestinos. Um modelo capitalista regional exige a moderação de todos os conflitos com o imperialismo, de modo a criar um clima favorável aos negócios na região. Por isso, localizam-se na Venezuela e na Bolívia as grandes alternativas políticas do momento.

## 7. As encruzilhadas da Venezuela

Desde a derrota sofrida pelos golpistas em 2002, a Venezuela se transformou em um terreno fértil para o desenvolvimento de um processo socialista. A direita sofreu vários reveses eleitorais e ficou debilitada. Ensaiou

<sup>4</sup> Ortega chegou à presidência envolto em muitos atos de corrupção e espoliação da propriedade pública. Cercou-se de homens que atuaram com os “contras” e na CIA, orquestrou pactos de impunidade com presidentes que encobrem narcotraficantes e fez acordos com a hierarquia eclesial sobre a criminalização do aborto (Baltodano, 2006, e Cardenal, 2006).

alguns contragolpes (tentativas de secessão, provocações armadas, campanhas internacionais), mas carece de um plano viável para substituir Chávez.

Esse triunfo popular se projetou em escala internacional na série de contrariedades que Bush teve de aceitar nas frentes diplomáticas (ONU, Não Alinhados), petrolífera (Opep), geopolítica (Irã, Oriente Médio, provisão de armamento russo) e econômica (acordos com a China). Os Estados Unidos precisam do abastecimento de petróleo da Venezuela e não podem embarcar em outra aventura bélica enquanto tenham de lidar com o desastre no Iraque. A figura de Chávez se viu fortalecida e, por isso, muitos analistas avaliam o xadrez eleitoral da região em função dos aliados que o presidente venezuelano ganha ou perde.

O dilema socialismo *versus* novo-desenvolvimentismo se processa nesse país por meio de uma disputa entre tendências à radicalização e ao congelamento do processo bolivariano. Esse é o conflito enfrentado por outros processos nacionalistas, que teve uma conclusão positiva na revolução cubana e desenlaces regressivos em muitos outros casos. O choque na Venezuela opõe os partidários do aprofundamento das reformas sociais aos defensores da ordem capitalista. A população percebe esse enfrentamento como um conflito entre a liderança progressista de Chávez e as pressões dos grupos mais conservadores da burocracia estatal.

O aprofundamento do processo bolivariano exigiria que as melhorias sociais (redução da pobreza, aumento do consumo popular, gasto em *misiones*) fossem complementadas por uma estratégia de utilização produtiva da renda advinda do petróleo. Essa política deveria tender à expansão da industrialização, à criação de emprego produtivo e à multiplicação das cooperativas. Por essa via, seria possível erradicar a atrofia da qual padece uma economia muito dependente das importações e muito corroída pelos subsídios captados pelas classes dominantes.

A perspectiva socialista exigiria a anulação dessas subvenções, a transformação das relações de propriedade (especialmente no campo) e a generalização de formas de cogestão operária já ensaiadas em companhias estatais (Alcasa) e empresas recuperadas (Invepal).

O programa novo-desenvolvimentista aponta na direção oposta. Constrói pontes com os grupos capitalistas que se aproximam do governo para desenvolver negócios lucrativos (os grupos Mendoza e Polar) e promove um novo empresariado que já emerge entre certos grupos do chavismo. Se esse curso se consolidar, tenderão a se aprofundar os desequilíbrios

criados pela administração de uma conjuntura florescente, sem estratégias de transformação radical (aumento das importações, ressurgimento da inflação, ausência de investimentos privados, consumismo sem correlato produtivo).<sup>5</sup>

Nessa perspectiva, inscrevem-se projetos muito questionáveis, como o gasoduto, contratos petrolíferos controversos (empresas mistas, abertura ao capital estrangeiro) e o gasto inapropriado dos recursos públicos em pagamentos da dívida externa que favorecem os grandes bancos.

Na Venezuela, os projetos novo-desenvolvimentistas da burguesia se chocam com uma perspectiva socialista que deveria se sustentar na mobilização do povo. Essa presença popular foi reforçada nos últimos anos com o surgimento de uma nova base militante nos organismos juvenis, femininos, camponeses e em cooperativas. O intenso processo de afiliação a uma nova central sindical (UNT) com grande incidência da esquerda é um aspecto central desse progresso.<sup>6</sup> Quanto maior for a autonomia e a solidez organizativa atingida pelos movimentos populares, mais peso terão os sujeitos que poderão protagonizar um avanço rumo ao socialismo.

## 8. As alternativas na Bolívia

Com um formato diferente, as mesmas encruzilhadas observadas na Venezuela estão presentes na Bolívia. Ali também o socialismo do século XXI irrompeu como uma meta nos debates do movimento popular.<sup>7</sup> Diversas insurreições (2000, 2003 e 2005) derrubaram, no Altiplano, os governantes neoliberais. Demandas populares muito radicais foram postas nos planos político (Assembleia Constituinte), econômico (nacionalização de hidrocarbonetos) e social (melhorias imediatas para todos os oprimidos).

O triunfo de Morales representa uma derrota severa para a direita, que tenta reverter esse retrocesso promovendo diversas conspirações (sabotagens à Assembleia Constituinte, *lockouts* no Oriente, ameaças de seces-

<sup>5</sup> Mieres (2006) apresenta um diagnóstico sobre esses desajustes.

<sup>6</sup> Guerrero Modesto (2006) retrata essa irrupção.

<sup>7</sup> A análise da “aliança entre Estados e movimentos sociais (...) como representação do socialismo do século XXI” foi tema da recente Cúpula Social de Sucre (Ortiz, 2006).

são em Santa Cruz, campanhas da Igreja). As elites também fazem pressão dentro do governo para neutralizar os projetos reformistas.

Nesse gabinete convivem empresários conservadores, intelectuais da classe média e dirigentes dos movimentos sociais. O governo do MAS não conta com uma estrutura política preparada para lidar com a presença popular nas ruas e com os complôs direitistas, em um país caracterizado por conflitos muito acelerados e violentos. Até agora, Morales implementa políticas contraditórias e emite mensagens de moderação e radicalização.<sup>8</sup>

A antinomia entre o novo-desenvolvimentismo e o socialismo está condicionada pelo equilíbrio de força entre a direita e as massas. Alguns centro-esquerdistas desconfiam do caráter persistente das demandas sociais, sem se darem conta de que o futuro do projeto popular depende da capacidade dos professores, mineiros e da população de fazer valer seus clamores. Os oprimidos que esperaram cinco séculos para viver dignamente não querem aguardar nem mais um minuto, e essa decisão alimenta a luta pelo socialismo.

A disputa social em jogo também depende do perfil assumido pela nacionalização dos hidrocarbonetos. Se o Estado se apropriar de 70% da renda petrolífera, o fisco acumularia recursos suficientes (67 bilhões de dólares nas próximas duas décadas) para erradicar a miséria (67% da população não têm supridas suas necessidades básicas). Apenas com a aplicação das leis que elevam os impostos e *royalties* o Estado receberá imediatamente o triplo do que foi arrecadado nos últimos anos. A nacionalização serviu para a reconquista da renda petrolífera antes embolsada pelas companhias multinacionais, mas ao custo de consolidar a presença dessas empresas no país.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Vários analistas descrevem esse curso. Cf. Stefanoni e Do Alto (2006), Aillon Orellana (2006) e Campione (2006).

<sup>9</sup> Ainda restam as letras miúdas dos acordos, que definirão a duração dos contratos, os preços finais e as normas de litígio internacional. Qualquer que seja o resultado dessas escaramuças, as companhias tendem a permanecer no país porque vislumbram um horizonte de rentabilidade. Já não poderão manter a relação entre lucro e investimento que, em escala internacional, encontrava-se na proporção de três para um, e na Bolívia chegava a dez para um. Mas continuarão ganhando e exercitando a capacidade de pressão que demonstraram recentemente ao imporem a renúncia forçada do ministro Solíz Rada. Dois balanços muito diferentes do processo de nacionalização são apresentados por Montero Soler (2006) e pelos redatores da Econoticias (2006).

Até agora só foi concluída a primeira rodada de uma longa batalha que definirá o montante dos recursos. No entanto, ainda mais importante será a utilização desses fundos. Em um contexto econômico favorável – e exatamente inverso ao endividamento e hiperinflação que corroeu o governo de Siles Suazo nos anos 1980 –, o novo excedente pode servir para ensaiar um modelo novo-desenvolvimentista ou para promover as melhorias populares.

O caminho capitalista exigiria que a renda fosse canalizada para a consolidação do latifúndio da soja, a privatização das jazidas minerais e a ortodoxia monetarista. Um rumo socialista apoiaria a reforma agrária, o aumento dos salários, a renacionalização dos recursos minerais e um processo de industrialização sem subsídios ao capital. Como no restante da região, essas duas opções são antagônicas.

## 9. O impacto sobre Cuba

A estabilização de modelos capitalistas na América Latina ou uma guinada à esquerda incidiriam diretamente sobre o futuro de Cuba. Até agora, a revolução desmentiu todos os prognósticos fatalistas que agouravam seu desmoronamento. Diante de um colapso econômico inédito e uma sufocante pressão imperialista, a população cubana sustentou o regime. Esse antecedente deveria moderar os analistas que tanto especulam sobre a forma que a restauração assumirá quando Fidel falecer. A dupla identidade nacional e socialista sustentada pela revolução (orgulho anti-imperialista e defesa do igualitarismo) é um enigma incompreensível para aqueles que celebram (ou se resignam) à regressão capitalista.<sup>10</sup>

A convocatória venezuelana à construção do socialismo do século XXI oferece uma alternativa diante desse retrocesso, em um quadro muito distinto dos anos 1990. Durante esse período, Cuba enfrentou incontáveis conspirações (planos da CIA para assassinar Fidel), em um clima de isolamento regional e açoite neoliberal. Na atualidade, por outro lado, Bush está isolado, a direita perdeu vários governos e a diplomacia cubana re-

<sup>10</sup> Alguns analistas, como Farber, combinam o prognóstico fatalista com a insólita expectativa de construir um projeto de esquerda logo após o desmoronamento da revolução. Outros autores – como Dilla – estimam que o projeto socialista já está sepultado, qualquer que seja o curso adotado pela sucessão de Fidel (Farber, 2006, e Dilla Alfonso, 2006).

cuperou influência. A autoridade de Fidel e a memória de Che estão presentes nos movimentos sociais da região, e a solidariedade bolivariana permitiu que muitas das dificuldades da ilha fossem atenuadas.

O crescimento se estabilizou e as carências energéticas diminuíram com a renda do turismo, as novas exportações e os convênios com a China. Existe também a possibilidade de que as vantagens de qualificação que a população cubana detém comecem a ser utilizadas produtivamente.

Mas o país se encontra em um momento crucial, porque – segundo reconheceu Fidel em um importante discurso em novembro de 2005 – a revolução pode se autodestruir. Diante dessa ameaça, existem rumos que facilitariam a renovação do socialismo e caminhos que conduziriam ao retrocesso capitalista. O contexto latino-americano contribuiria com um dos dois desenlaces.

Se os modelos novo-desenvolvimentistas se afirmarem na América Latina, a pressão capitalista persistirá, ainda que o bloqueio seja afrouxado. O dinheiro já não tentará penetrar na ilha por meios militares, mas sim através dos grandes negócios. A revolução teve de coexistir, nos últimos anos, com as desigualdades sociais criadas pelas remessas e com a implantação de um enclave dolarizado. Os novo-desenvolvimentistas do Mercosul tentarão reforçar essa fratura e promoverão todos aqueles que aspirarem a formar a nova burguesia da ilha. A resistência social, o crescimento da esquerda e o desabrochar do socialismo na América Latina operariam na direção oposta.

Cuba não pode, nem deve se isolar. O *bunker* norte-coreano é a pior opção, e por isso é necessário recorrer a disposições mercantis e associações com investidores que seriam descartadas em outras circunstâncias. No entanto, convém explicitar qual é o caminho possível da restauração. Esse curso não se acomoda tanto nos pequenos mercados, no comércio informal e no trabalho independente, mas sim nas conexões internacionais das elites interessadas em comandar um modelo social-democrata (concertado com a Europa) ou um esquema autoritário (similar ao do presidente chinês). O novo-desenvolvimentismo latino-americano é um sócio em potencial das duas alternativas.

Uma etapa de acumulação empresarial regional também influiria sobre dois problemas recentemente ressaltados por vários líderes da revolução: o consumismo e a corrupção. Quanto mais solidez apresentar a vizinhança capitalista, maior será a pressão para a dissolução dos princípios de solidariedade coletivista promovidos em Cuba. Em vez de facilitar a ado-

ção de um padrão de consumo concebido por meio de um consenso coletivo – em função do nível de recursos e carências –, seria estimulado um individualismo devastador.<sup>11</sup>

A corrupção é um problema ainda mais grave, e devemos recordar os antecedentes da URSS e da Europa Oriental. Nesses casos, os grupos restauradores se nutriram do mau uso, do roubo e da depredação dos recursos do Estado. A negligência diante da propriedade pública costuma refletir que um setor da população visualiza esses recursos como bens alheios, e essa atitude não se recupera somente com exortações, especialmente se ela coexistir com sinais de apatia entre a juventude. O único antídoto efetivo é a participação popular, em um sistema cada vez mais democratizado.

Conciliar a defesa da revolução com debates mais abertos, alinhamentos políticos mais diferenciados, liberdades sindicais e meios de comunicação modernizados é a grande tarefa pendente para uma renovação do socialismo em Cuba. O novo-desenvolvimentismo latino-americano é inimigo manifesto dessa evolução.

## 10. Duas tradições

Todos os partidários do socialismo do século XXI ressaltam acertadamente que a libertação latino-americana não será uma cópia de esquemas ensaiados em outras latitudes. Esses autores destacam que a batalha por uma sociedade igualitária converge nesta região com tradições anti-imperialistas próprias. Uma linha histórica de nacionalismo radical – que foi expressa em Martí, Zapata ou Sandino – compartilha as fundações do projeto emancipatório com várias correntes do marxismo.

Esse legado conjunto conforma um corpo de tradições muito distante do nacionalismo conservador do terreno patriótico e muito afastado da social-democracia defensora do livre-comércio (inaugurada por Juan B. Justo) no plano socialista. O nacionalismo anti-imperialista se opõe ao chauvinismo militarista e a esquerda radical é a antítese do social-liberalismo da Terceira Via.

<sup>11</sup> Dieterich (2006a) faz sobre isso observações importantes e acertadas.

Essa conjunção de dois pilares do socialismo se manifesta, na América Latina, em uma avalanche de símbolos (rejeição aos ianques), figuras (o Che) e realidades (a revolução cubana) que exercem grande influência sobre as novas gerações. Por esse motivo, o projeto emancipatório foi retratado como uma síntese de várias trajetórias regionais (SOTO, 2005). Esse amálgama também inclui a reabilitação da cultura andina e a reivindicação de tradições indigenistas que foram silenciadas durante séculos de opressão étnica e cultural.

O socialismo do século XXI é uma fórmula universal com fundamentos regionais e propicia uma mistura que retoma o enriquecimento e a diversificação do programa comunista. Um ideal surgido em meados do século XIX na Europa Ocidental assumiu outro significado durante as tentativas de materializá-lo na Rússia, Ásia ou Europa Oriental. Essa assimilação regional também determina as singularidades intelectuais apresentadas pelo marxismo no Oriente e no Ocidente.<sup>12</sup>

O reconhecimento dessa variedade é importante para que se supere a visão simplificada de muitos que criticam a esquerda latino-americana, observando esse grupo político como um conglomerado corroído pelo conflito entre tendências autóctones positivas e influências europeizantes negativas. Essa caracterização omite o fato de que todas as vertentes são tributárias de misturas locais e estrangeiras.

As fontes extrarregionais não são patrimônio exclusivo dos teóricos da esquerda, mais influenciados por concepções externas. Os pensadores que desenvolveram uma teoria do socialismo nacional (ou regional) – como Jorge Abelardo Ramos – também se inspiraram em teses concebidas na Europa e aplicadas na Ásia ou nos Estados Unidos. Esses autores postularam que a nação (ou a região) constitui uma entidade prioritária da vida social, com maior peso que as classes e os antagonismos sociais.

O único aspecto latino-americano dessa visão é o âmbito geográfico reivindicado. Ela aborda todos os problemas com os mesmos pressupostos adotados pelos teóricos nacionalistas de outros cantos do planeta. Seu universalismo só difere daquele postulado pelos internacionalistas, graças ao tipo de síntese que propõe entre os fundamentos nacionais e estrangeiros da luta popular.

<sup>12</sup> O estudo clássico sobre esse tema foi realizado por Anderson (1979).

Essa divergência possui matizes incontáveis e não define, por si só, nenhum divisor de águas significativo no plano político. O que determina, por outro lado, uma superação contundente na esquerda latino-americana é o grau de consequência na luta pelo socialismo. A maior ou menor afinidade com o pensamento europeu é um problema secundário em comparação com a proposta de se recriar ou superar a opressão capitalista.

O que distingue a herança de Jorge Abelardo Ramos do legado de teóricos marxistas como Mella ou Mariátegui é a defesa e a crítica, respectivamente, de uma etapa capitalista antecipatória do socialismo. Essa polêmica é o aspecto essencial do debate contemporâneo. O primeiro pensador buscou líderes desenvolvimentistas entre as burguesias locais; os segundos apostaram na ação socialista das massas. Ambos os caminhos reaparecem no século XXI como opções políticas contrapostas.<sup>13</sup>

A tradição de Mariátegui e Mella se contrapõe particularmente à herança de Haya de la Torre. Os socialistas que introduziram o marxismo no Peru e em Cuba promoviam uma estratégia socialista ininterrupta, enquanto o fundador da Apra previa a unificação capitalista da região como uma etapa inevitável no caminho para qualquer futuro igualitário.<sup>14</sup> O debate em curso do socialismo como um projeto anticapitalista ou como etapa posterior do Mercosul atualiza essa velha controvérsia.

## 11. Duas atitudes

A postulação de que o socialismo pode ser iniciado em um período contemporâneo conduz à defesa, sem dissimulações, da identidade socialista. Por outro lado, o favorecimento de uma etapa novo-desenvolvimentista induz à hesitação na luta contra o capitalismo. Para que se possa transitar por um caminho em comum com os setores industrial e financeiro é preciso adotar um comportamento moderado, demonstrar responsabili-

<sup>13</sup> Quando ambas as trajetórias são reivindicadas sem que se esclareçam as diferenças em jogo, o projeto socialista perde conteúdo. É o erro cometido por Bossi (2005).

<sup>14</sup> Vitale (2002, caps.5, 6, 9 e 10), Kohan (2006) e Löwy (1980) apresentam uma análise detalhada dessas discussões.

dade diante dos investidores e colocar todas as intenções socialistas em um dissimulado segundo plano.

O projeto do socialismo do século XXI também levanta sérios problemas aos teóricos que gostam de estudar os desequilíbrios do capitalismo sem a preocupação de vislumbrar um caminho rumo a outra sociedade. O socialismo é um tema incômodo para aqueles que interpretam o mundo sem tentar mudá-lo, porque levanta problemas que sacodem seu olhar contemplativo diante do universo circundante.

A ausência de projetos socialistas na esquerda é muito mais nociva que qualquer desacerto nos diagnósticos do capitalismo contemporâneo. Por isso é indispensável que se retome o uso do termo *socialismo*, sem prevenções, nem substituições. Esse conceito não é um sinônimo vago do que é “social”. Na verdade, refere-se concretamente a um sistema emancipado da exploração e não a genéricos inconvenientes de qualquer agregação humana. Não bastam as referências difusas ao “pós-capitalismo” para esclarecer o modo como uma sociedade futura deveria ser construída. É preciso expor programas alternativos.

Alguns analistas estimam que o socialismo não pode se difundir após o colapso sofrido pela URSS. Esses autores consideram que a noção caiu em desuso e perdeu prestígio. Porém, o ressurgimento repentino do conceito na América Latina deveria induzi-los a reconsiderar o réquiem que já pronunciaram.

Muitos termos sofreram uma manipulação semelhante à que afetou o socialismo. A democracia, por exemplo, suportou distorções equivalentes. Foi o estandarte dos piores atropelos imperialistas durante o último século e essa deformação não induz à sua substituição por nenhuma outra palavra. Ninguém postulou outro termo para definir a soberania popular, já que, para denotar certos fenômenos, existem noções insubstituíveis.

A vigência do socialismo deve ser avaliada com certa perspectiva histórica, porque tem sido submetida a um vaivém semelhante ao sofrido pela democracia. A invenção contemporânea desse ideal se deu em 1789, mas o princípio de igualdade política só conquistou autoridade no decorrer de um longo período posterior. Durante esse tempo, foi aceito como princípio superador das hierarquias medievais que, no passado, eram identificadas com a própria existência humana.

Com a invenção do socialismo ocorrerá algo parecido. O *début* de 1917 ficará como um grande precedente entre os feitos humanos na luta por alcançar a igualdade social e libertar o indivíduo das correntes do mer-

cado. O começo do século XXI permite que comecemos a concretizar esses objetivos.

## Referências bibliográficas

- AILLON ORELLANA, Lorgio. “Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales”, *OSAL*, n.19, Buenos Aires, Clacso, jan.-abr. 2006.
- AMICO, Fabián. “Un debate ineludible”, *Cuadernos de Cultura*, n.1, Buenos Aires, jul. 2005.
- AMIN, Samir. “La dialéctica de las alternativas”, *Estudios sobre el Estado y Sociedad*, v.VIII, n.24, ago. 2002.
- ANDERSON, Perry. *Consideraciones sobre el marxismo occidental*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979.
- BALTODANO, Mónica. “¿Nicaragua sin izquierda?”, *Rebelión*, 1 nov. 2006.
- BORON, Atilio. “La encrucijada boliviana”, *Rebelión*, 29 dez. 2005.
- BOSSI, Fernando Ramón. “Reflexiones sobre el socialismo del siglo XXI”. Disponível em: <[www.red.bolivariana.com](http://www.red.bolivariana.com)>. Acesso em 25 jul. 2005.
- BÚFALO, Enzo. “Chávez carece de política económica”, *BI-Red Solidaria de la Izquierda Radical*, n.7070, 4 out. 2005.
- CALLINICOS, Alex. “Le moment est venu pour la gauche radicale”, *Inprecor* n.489-490, Paris, jan.-mar. 2004.
- CAMPIONE, Daniel. “O los caminos se abren”, *BI-Red Solidaria de la Izquierda Radical*, n.9276, 23 jan. 2006.
- CARDENAL, Ernesto “Los Sandinistas no deben confundirse”, *Rebelión*, 27 jan. 2006.
- DACAL DÍAZ, Ariel. “Cuba y sus sentidos”, inédito, jun. 2006.
- DENIS, Roland. “El nuevo estado en Venezuela y los movimientos populares”, *Viento Sur*, n.85, 2006.
- DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Editorial Por los Caminos de América, 2005.

- DIETERICH, Heinz. "Cuba: tres premisas para salvar la revolución", *Herramienta*, n.33, Buenos Aires, out. 2006a.
- \_\_\_\_\_. "Triunfa el bloque regional de poder. Falta construir el bloque de poder popular", *Rebelión*, 22 jul. 2006b.
- \_\_\_\_\_. "Quién ganará. Ofensiva oligárquica y contraofensiva popular", *Argenpress*, 19 out. 2006c.
- \_\_\_\_\_. "Demanda el bloque regional de poder popular debate publico con los presidentes de la cumbre sudamericana de naciones", *Argenpress*, 1 nov. 2006d.
- DILLA ALFONSO, Haroldo. "Hugo Chávez y Cuba: subsidiando posposiciones fatales", *Nueva Sociedad*, n.205, Buenos Aires, set.-out. 2006.
- FARBER, Samuel. "Cuba: la probable transición y sus políticas", *Herramienta*, n.33, Buenos Aires, out. 2006.
- GARCÉS, Homar. "El socialismo del siglo XXI", *Argenpress*, 31 jan. 2006.
- GUERRERO MODESTO, Emilio. "Constitución, dinámica y desafíos de las vanguardias en la revolución bolivariana", *Herramienta*, n.33, Buenos Aires, out. 2006.
- HERNÁNDEZ, Miguel Ángel. "Por la reelección de Chávez", *Correspondencia Internacional*, n.23, jul. 2006.
- KATZ, Claudio. *El porvenir del socialismo*. Buenos Aires: Herramienta e Imago Mundi, 2004.
- \_\_\_\_\_. *El rediseño de América Latina, Alca, Mercosur y Alba*. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.
- KOHAN, Néstor. "Que pensó Marx sobre America Latina", *N-Clarín*, Buenos Aires, 21 jan. 2005.
- \_\_\_\_\_. "La gobernabilidad del capitalismo periférico y los desafíos de la izquierda revolucionaria", *La Haine*, 26 nov. 2006.
- LANZ RODRÍGUEZ, Carlos. "La cogestión como cambio en las relaciones de producción". Corporación Venezolana de Guayana, 2005.
- LEBOWITZ, Michael. *El socialismo no cae del cielo*. Caracas: Colección Ideas Claves, 2006.
- LÖWY, Michael. *El marxismo latinoamericano*. Cidade do México: ERA, 1980.

- LÖWY, Michael. "Su herencia aquí no debe ser copia", *N-Clarín*, Buenos Aires, 21 jan. 2005.
- MACHADO, João. "Crisis de la izquierda y alternativas en disputa", *Correspondencia de Prensa*, n.9086, 23 nov. 2005.
- MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. "Movimientos sociales, política y proyectos socialistas". In: MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. *En el horno de los 90*. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 2005.
- MIERES, Francisco. "Notas para el simposio sobre deuda". Primer Simposio Internacional sobre Deuda Pública, Auditoria Popular y Alternativas de Ahorro e Inversión para los Pueblos de América Latina. Caracas, Centro Internacional Miranda, 22-24 set. 2006.
- MONEDERO, Juan Carlos. "Socialismo del siglo XXI: modelo para armar y desarmar", *Red Voltaire*, 16 set. 2005.
- MONTERO SOLER, Alberto. "Bolivia y la nacionalización de los hidrocarburos: tantas cosas que aprender", *Rebelión*, 3 nov. 2006.
- ORTIZ, Pablo. "Cumbre social para hablar del socialismo que viene", *Página 12*, Buenos Aires, 29 out. 2006.
- PETRAS, James. "Propuesta para el nuevo orden social, económico y cultural", *Rebelión*, 21 maio 2006.
- PUERTA, Jesús. "Socialismo y desarrollo endógeno", *Participación y Socialismo*, n.2, abr.-maio 2006.
- REDACCIÓN ECONOTICIAS. "Borrón y cuenta nueva". Disponible em: <[www.econoticiasbolivia.com](http://www.econoticiasbolivia.com)>. Acceso em: 29 out. 2006.
- REGALADO ÁLVAREZ, Roberto. "La izquierda latinoamericana hoy", *CEA*, Havana, 4 dez. 2005.
- RIVERO ÁLVAREZ, Francisco. "Socialismo o fracaso", *El Militante*, 26 ago. 2006.
- SABADO, François. "Faire face aux offensives de la bourgeoisie", *Inprecor* n.501-502, Paris, jan.-fev. 2005.
- SADER, Emir. "Entrevista", *Fórum*, n.32, São Paulo, Publisher Brasil, nov. 2005.
- SAENZ, Roberto; BERNAL, Isidoro Cruz. "Reforma, revolución y socialismo a inicios del siglo XXI". Disponible em: Socialismo o barbarie <<http://www.socialismo-o-barbarie>>

rie.org/vida\_mov/argentino\_mas\_reforma\_revolucion\_socialismo.htm>. Acesso em: 13 nov. 2002.

STEFANONI, Pablo; Do ALTO, Hervé. *La revolución de Evo Morales*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

SOTO, Héctor. “Revolución bolivariana socialista: ¿un descubrimiento?”, *A Plena Voz*, Caracas, n.15, ago. 2005.

SUBIRATS, Eduardo. “Bajo la bandera del socialismo”, *Página 12*, 13 jun. 2006.

VALDÉS GUTIÉRREZ, Gilberto. “Desafíos de la sociedad mas allá del capital”. Disponível em: <www.emancipación.org>. Acesso em: 11 ago. 2006.

VITALE, Luis. *De Bolívar al Che*. Buenos Aires: Cucaña, 2002.

# Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão\*

Atilio Boron

As democracias latino-americanas estão diante de uma situação cada vez mais ameaçadora. Seu inimigo não é aquele assinalado insistentemente por Washington e repetido pelos intelectuais e os meios de comunicação submetidos a seu domínio: o “populismo” ou o “socialismo”. O inimigo é o próprio capitalismo, que debilitou o impulso democrático tanto no Norte desenvolvido quanto na periferia terceiro-mundista. Os mercados sequestraram a democracia e, diante da consumação do saque, a cidadania se fechou sobre si mesma. Seu desinteresse e apatia são sintomas que denunciam a existência de regimes democráticos incapazes de honrar suas promessas e de satisfazer as esperanças que os povos haviam depositado neles.<sup>1</sup> No entanto, essa deserção desiludida da falsa pólis demo-

\* Artigo publicado originalmente na *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, Clacso, vol.VII, maio-ago. 2006.

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, os resultados do estudo de Latinobarómetro no ano de 2005. Medições realizadas em 20 países latino-americanos demonstram que, entre 1995 e 2005, o apoio à democracia, concebida como um ideal político, caiu de 58% para 53%, sendo o Uruguai e a Venezuela os dois países em que esse indicador registra os índices mais elevados (77% e 76%, respectivamente). A satisfação com os governos democráticos gerou resultados ainda mais nefastos: uma queda de 38% para 31% nessa mesma década. Mais uma vez, o Uruguai e a Venezuela são os países onde a porcentagem de satisfeitos é mais elevada: 63% e 56%. O estudo citado menciona que somente 27% dos entrevistados se mostravam satisfeitos com a economia de mercado em 2005, enquanto apenas 31% se pronunciavam a favor das privatizações. Até onde se sabe, nenhum governo da região demonstrou o menor interesse em submeter a economia de mercado ou as privatizações a um referendo popular.

crática, que deixa o campo livre para a ação das forças do mercado, não é suficiente: a imposição do projeto do capitalismo neoliberal, que avança rumo à mercantilização da totalidade da vida social, de homens e mulheres e também da própria natureza, exige ainda a criminalização da pobreza e dos protestos sociais e a militarização dos conflitos sociais, fazendo da guerra um pesadelo infinito, no qual aqueles que não se submetam incondicionalmente ao projeto imperial são declarados inimigos. Estas breves notas têm o objetivo de esboçar alguns dos problemas derivados dessa grave situação e elucidar o papel que os movimentos sociais poderão desempenhar na refundação de uma ordem democrática.

### **1. Capitalismo contra democracia**

Diante do triste espetáculo apresentado pelo capitalismo democrático, e não só na nossa região, não faltam vozes que se levantam para indicar, mais uma vez, a contradição insolúvel que opõe o capitalismo à democracia.<sup>2</sup> O moderado cientista político britânico Colin Crouch é ainda mais pessimista: sua tese afirma que a era da democracia definitivamente chegou ao fim. Em consequência disso, devemos pensar em sombrios capitalismo pós-democráticos (Crouch, 2004). Outras vozes, como as de Boaventura de Sousa Santos, Hilary Wainwright, Fernández Liria e Alegre Zahonero, conscientes do que foi dito acima, atreveram-se a ir além, expondo a necessidade de fundar um novo modelo democrático (Wainwright, 2005). Um dos convites mais persuasivos nessa direção, dado seu extenso e profundo desenvolvimento, encontra-se na obra de Boaventura de Sousa Santos (2002a; 2002b; 2006).

Não podemos, aqui, fazer justiça e examinar com o cuidado devido essas diversas contribuições, todas elas oriundas de uma minuciosa indagação em torno de diferentes modelos de construção democrática, rotineiramente ignorados ou desprezados pelo saber convencional das ciências sociais. Ainda assim, convém que nos detenhamos em um ponto comum a todos os autores citados: a reinvenção da democracia, ou a “democratização da democracia”, segundo a proposta enfática da obra de

<sup>2</sup> Examinamos esse fenômeno extensamente em Boron (2000; 2005). Da mesma forma, ver Wood (1995).

Boaventura de Sousa Santos. Essa convocação traz também o diagnóstico radical sobre a frustração do projeto democrático no capitalismo. Nas palavras do próprio autor:

A tensão entre capitalismo e democracia desapareceu, porque a democracia começou a ser um regime que, em vez de produzir redistribuição social, a destrói. (...) Uma democracia sem redistribuição social não tem nenhum problema com o capitalismo; ao contrário, é o outro lado do capitalismo, é a forma mais legítima de um Estado fraco (Santos, 2006, p.75).

Essa citação apresenta de modo convincente a razão fundamental pela qual o capitalismo, que combateu a pobreza desde a sua origem no Renascimento italiano, terminou por aceitá-la. A democracia pagou um preço muito elevado por sua respeitabilidade: teve de abandonar as bandeiras igualitárias e libertadoras e se transformar em uma forma inócua de organização do poder político que, longe de tentar mudar a distribuição existente de poder e riqueza em função de um projeto emancipatório, não apenas a reproduzia como também a fortalecia, dotando-a de nova legitimidade. Essa classe de regimes inócuos pode ser perfeitamente denominada de “democracias de baixa intensidade” ou, como apresentado em um escrito recente deste autor, “plutocracias” ou “oligarquias”, por se tratarem de governos que, apesar do surgimento do sufrágio universal, têm como seus beneficiários principais, e quase exclusivos, as minorias endinheiradas (Boron, 2005).

A superação de um modelo democrático tão defeituoso desperta desafios práticos nada fáceis de resolver, especialmente se recordarmos que, assim como ressaltado mais de uma vez por Aníbal Quijano, a democracia no capitalismo é o pacto pelo qual as classes subalternas renunciam à revolução em troca de negociar as condições de sua própria exploração.

Apoiando-se em um esforço enorme de pesquisa comparada sobre o funcionamento de experiências “contra-hegemônicas” de gestão nos níveis local e regional – que vão desde a Índia até a África do Sul, passando por Colômbia, Moçambique, Portugal e Brasil –, Santos conclui com a necessidade de promover a democracia participativa a partir do fortalecimento de três eixos: a) a “demodiversidade”, isto é, o reconhecimento e potencialização das múltiplas formas que podem ser assumidas historicamente pelo ideal democrático, negado pelas correntes do *mainstream* das ciências sociais, para as quais o único modelo válido é o da democracia liberal ao

estilo norte-americano; b) a articulação contra-hegemônica entre os âmbitos local e global, indispensável para enfrentar os perigos do isolamento localista ou os riscos de um internacionalismo abstrato e sem consequências práticas; e c) a ampliação do chamado “experimentalismo democrático” e da participação dos mais diversos grupos definidos em termos étnicos, culturais, de gênero e de qualquer outro tipo (Santos, 2002b, p.77-78).<sup>3</sup>

O problema que subsiste a essa sugestiva proposta é o fato de que a questão crucial sobre os limites impostos pelo capitalismo a qualquer processo democrático – e não só àquele pautado segundo o modelo da democracia liberal anglo-saxã – é eclipsada pela consideração de um conjunto de experiências que, apesar de inovadoras e fecundas, não conseguem transcender às rígidas fronteiras que o capitalismo impõe a toda forma de soberania popular.<sup>4</sup> Em outras palavras, até que ponto é realista concebermos a existência e postularmos a necessidade de uma democracia de “alta intensidade”, protagonista ou radicalmente participativa, sem estabelecermos as condições necessárias para sua materialização efetiva no espaço – até hoje estratégico e insubstituível, posto que não existe nem um Estado mundial, nem uma cidadania universal – do Estado nacional? Pois, como confirmado pela experiência brasileira, a tão celebrada democracia participativa de Porto Alegre foi discretamente arquivada por um de seus mais ardentes propagandistas do passado, o presidente Lula, que não fez

<sup>3</sup> É preciso destacar que, no caso de Wainwright, além da análise da experiência em Porto Alegre, seu livro também considera uma série de casos de democracia radical e “basista” que ocorreram em três cidades de um país do capitalismo avançado: Manchester, Luton e Newcastle, no Reino Unido, que complementam muito bem os estudos de Boaventura de Sousa Santos, situadas principalmente, ainda que não exclusivamente, no Terceiro Mundo.

<sup>4</sup> É por isso que, tal como argumentamos em Boron (2000), o correto seria falar em “capitalismo democrático”, em vez da fórmula mais consagrada de “democracia capitalista ou burguesa”. Na primeira formulação, fica claro que o substantivo é o capitalismo e a democracia é uma consideração adjetiva, que modifica apenas superficialmente a estrutura capitalista subjacente. Na segunda formulação, que, não por acaso, goza de maior prestígio nas ciências sociais, a mensagem implícita é que o substantivo é a democracia, sendo o capitalismo apenas uma nota acidental, que o dota de uma tonalidade distintiva, mas nada mais. Desse modo se postula, subliminarmente, que o que conta é a substância democrática da ordem social, e não sua fenomenologia capitalista, que, por isso mesmo, não pode interferir de maneira nenhuma no funcionamento da estrutura democrática da sociedade. Assim, o capitalismo se mimetiza com a democracia, e quem poderia ser contrário a esta?! Produz-se então uma inversão hegeliana nem um pouco inocente, na qual o sujeito (o capitalismo) se transforma em predicado (a democracia) e este em sujeito.

nenhuma tentativa de pô-la em prática no âmbito nacional.<sup>5</sup> E isso porque, na experiência gaúcha, o caráter participativo dessa democracia era exercido exclusivamente no terreno orçamentário e, além disso, em uma pequena fração do orçamento, que em nenhum caso superava os 15% do orçamento total (Wainwright, 2005, p.101).<sup>6</sup> Convém deixar claro, porém, que isso não significa que a inovação posta em prática em Porto Alegre não tenha sido uma contribuição importante na busca por uma democratização radical do Estado e da política, cuja ideia, no entanto, transcendia claramente a discussão democrática de uma fração minoritária do orçamento. Uma democratização radical não pode se limitar a isso; pelo contrário, deverá avançar, tal como colocado claramente por Gramsci, seguindo as pegadas de Marx, rumo ao “autogoverno dos produtores”. Ainda assim, para a burguesia, a aceitação de um modelo participativo que traga a possibilidade de lidar democraticamente com uma fração do orçamento demonstrou ser apenas tolerável (e com grandes resistências, como prova a experiência de Porto Alegre) no plano local.

## 2. Quem são os protagonistas? Os sujeitos da democracia no capitalismo

A matriz ideológica do capitalismo democrático é o liberalismo, uma tradição intelectual cuja preocupação jamais foi a de propor uma ordem democrática, mas sim (como demonstrado amplamente por Macpherson e Therborn, entre outros, já há muitos anos) a de resguardar a independência e autonomia do indivíduo – e, por extensão, de qualquer ator privado – diante do Estado e de manter este dentro dos limites do chamado “Estado mínimo”. Fiel a tais pressupostos, a assimilação da demanda democrática pelo liberalismo deu lugar a um híbrido altamente instável, a “democracia liberal”, ao mesmo tempo que consagrava, como sujeito único da nova ordem, a figura imaginária do cidadão.

É por isso que, dentro do âmbito da tradição liberal, o papel dos movimentos sociais ou de qualquer espécie de sujeito coletivo não pode ser

<sup>5</sup> Um estudo minucioso do orçamento participativo se encontra em Santos (2002a). Uma análise mais geral se encontra em Avritzer (2002).

<sup>6</sup> Wainwright estima que as margens reais de discussão orçamentária que efetivamente ficavam nas mãos dos cidadãos flutuavam entre 10% e 15% do total (Wainwright, 2005, p.91-121).

sequer imaginado no momento de se reinventar a democracia. Esta não é mais que um contrato assinado por indivíduos iguais e livres ou ao menos como queria Rawls, indivíduos que, se fossem desiguais, teriam sua desigualdade ocultada atrás do “véu da ignorância”. Consequentemente, a própria ideia de um *demos* participativo, ou de múltiplos sujeitos coletivos reconstruindo incessantemente a ordem democrática, é um pesadelo que as classes dominantes combatem sem nenhuma espécie de concessão. É por isso que Fernández Liria e Alegre Zahonero estão com a razão quando afirmam em um ensaio que, para o capitalismo, a democracia “não foi, na realidade, mais que a superfluidade e a impotência da instância política” (Fernández Liria e Alegre Zahonero, 2006, p.40).

Sob essa perspectiva, a problemática dos sujeitos da democracia, entendida somente como a extensão do direito de sufrágio aos pobres, mas com suficientes salvaguardas legais e institucionais para evitar, nas palavras de John Stuart Mill, “uma legislação classista” que altere a ordem social existente, limitava-se exclusivamente à mobilização dos recursos necessários para assegurar a participação (quase sempre manipulada pelas oligarquias locais) do eleitorado nos comícios.

Isso não poderia estar mais longe, portanto, do desafio formidável proposto por Marx desde seus escritos juvenis, a saber: como constituir um sujeito coletivo capaz de libertar a sociedade de todas as suas correntes, superando a atomização e fragmentação próprias do individualismo da sociedade burguesa? Ou então, posto em termos hegelianos: como fazer com que esse vasto conglomerado popular deixe de ser uma classe “em si” e se converta numa classe “para si”? A resposta, que não pode ser suprida pela teoria, mas sim pela prática emancipatória dos povos, nos remete a algumas problemáticas clássicas do marxismo: a formação da consciência, o problema da organização e as formas de luta das classes subalternas. Além disso, como fazer para que estas cristalizem uma correlação de forças que lhes permita instaurar uma democracia genuína que nos aproxime do ideal do “autogoverno dos produtores”? Em outras palavras: não podemos pensar em “outra democracia” sem pensar também em “outros sujeitos”, diferentes do indivíduo abstrato do liberalismo cuja produtividade política se esgotou há muito. A pergunta se torna ainda mais complicada quando recordamos que a centralidade excludente, atribuída por Marx ao proletariado industrial, exige, após um século e meio de transformações incessantes do capitalismo, uma reformulação radical da questão. Agora são muitos os eventuais “coveiros” do capitalismo que, dando continuidade a

uma imagem clássica, estão dispostos a questionar os fundamentos do velho regime. Parafrazeando os versos de Antonio Machado, poderíamos concluir dizendo algo como “militantes, não há sujeito, faz-se o sujeito ao andar”. Um andar em que se entrelaçam todas as lutas sociais desatadas pelas múltiplas formas de opressão capitalista: exploração, patriarcado, discriminação, sexismo, racismo e ecocídio, todas capazes de provocar o florescimento de múltiplos sujeitos dispostos a resistir e vencer. O velho proletariado industrial já não detém o papel central que deteve no passado. Isso é verdade, mas agora o proletariado não está sozinho. Nenhum dos sujeitos pode reivindicar *a priori* um papel hegemônico ou de vanguarda na imprescindível grande coalizão contra o capital. Isso será decidido na conjuntura, em função da capacidade efetiva de direção (organização, consciência, estratégia e tática) que cada um demonstrar na luta. *Hic Rhodas, hic salta!*<sup>7</sup>

### 3. Democracia e revolução

Será possível democratizar a democracia dentro do capitalismo? Para isso, não seria necessária uma revolução? Ou então, para evitar o estremecimento produzido pelo reaparecimento de um termo já aniquilado, tido como *démodé* pelo saber convencional, não terá chegado a hora de falarmos em uma mudança sistêmica, do imprescindível advento de uma sociedade pós-capitalista como condição necessária para a reinvenção de uma democracia pós-liberal?<sup>8</sup> Para os espíritos talvez excessivamente propensos a se escandalizarem com esse argumento, convém lembrar que, tal como estabelecido definitivamente na obra de Barrington Moore

7 [N. do Org.] Em português, “Aqui está Rhodes, salta aqui!”. A expressão é retirada de uma das fábulas de Esopo e foi citada por Karl Marx no livro *O 18 Brumário*. Em poucas palavras, ela significa que devemos provar na prática, e não no plano das ideias, do que somos capazes.

8 Ver Macpherson (1973); o autor questiona se a tradição liberal dispõe de uma teoria da democracia pós-liberal capaz de dar conta das novas realidades do capitalismo monopolista. Sua resposta é claramente negativa. Mais que isso, sugere que o que hoje pretende passar por uma teoria pós-liberal é uma regressão às teorizações mais recessivas do liberalismo. “Estaria mais próximo da verdade denominar tal teoria de pré-democrática” (Macpherson, 1973, p.179). Na realidade, uma doutrina pós-liberal da democracia só pode ser a expressão teórica que brota da prática emancipatória das classes subalternas. Não se trata de engenhosidade discursiva, nem de idealizar um elegante jogo de linguagem.

Jr. já há algum tempo, nenhum capitalismo democrático foi instaurado sem que antes se produzisse o que esse teórico brilhante denominou de “uma ruptura violenta com o passado”, isto é, uma revolução (Moore, 1966). Essa foi a história na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos. E nos locais onde não se produziu essa ruptura, como na Alemanha ou na Itália, o resultado foi o fascismo. A ausência de antagonismos sociais não significa que estejamos seguindo pelo bom caminho, nem que estejamos na presença de democracias consolidadas. É provável que signifique exatamente o contrário. Em todo caso, e para além da apreensão lógica provocada por esses conflitos, tais turbulências não fazem mais que denunciar as dores do parto de um novo regime político.

A renúncia de enfrentar o problema da revolução, simultaneamente teórico e prático, nos leva a um beco sem saída, posto que supõe que as classes dominantes do capitalismo estariam dispostas a admitir pacificamente o coroamento de um modelo democrático pós-liberal – que promova a soberania popular, o protagonismo da cidadania e a participação, em detrimento da delegação/representação – incompatível com a preservação de seus privilégios. As lições da História, por outro lado, confirmam irrefutavelmente que não é isso o que ocorre.

Em um texto escrito em meio ao otimismo das intermináveis “transições democráticas” (ainda inconclusas, mais de 20 anos após seu início!) de meados dos anos 1980, dizíamos que, em nossos países, o preço que se paga pela ousadia de querer transformar, ainda que modicamente, a realidade social é o terror preventivo da reação ou o terror reativo da contrarrevolução (Boron, 2003, p.202). Essa apreciação, tachada de pessimista ou ingenuamente radical pelos “intelectuais tradicionalistas” da época, foi rápida e infelizmente confirmada pelos fatos. O cuidadoso exame do assunto efetuado por Fernández Liria e Alegre Zahonero demonstra conclusivamente que as tentativas de instaurar uma democracia que se aproximasse desse ideal custaram um milhão de mortos na Espanha republicana e 40 anos de ditadura fascista; mais 200 mil na Guatemala e 50 mil desaparecidos, como relatado pela Comissão de Esclarecimento Histórico desse país; 30 mil desaparecidos na Argentina; 3.200 desaparecidos no Chile e milhares de torturados e exilados. A lista seria interminável se acrescentássemos os mortos e desaparecidos durante as guerras civis de El Salvador, Nicarágua e Haiti e o interminável banho de sangue na Colômbia – com mais de 20 mil mortos por ano desde meados dos anos 1960, 5 mil dirigentes da União Patriótica, que é legal, assassinados

em menos de dez anos, e 3,5 milhões de camponeses expulsos da terra pela guerra. Esse quadro lúgubre é o que Santiago Alba Rico denomina, muito apropriadamente, “pedagogia do voto”. Se a democracia significa que a sociedade está disposta a fazer um ensaio daquilo que, nas décadas de 1960 e 1970, denominava-se uma “via não capitalista”, a resposta disciplinadora é um banho de sangue (Fernández Liria e Alegre Zahonero, 2006, p.50-59; Alba Rico, 2006, p.13-17). Essa enumeração basta para ilustrar os obstáculos que se erguem contra qualquer tentativa de se fundar um regime democrático digno desse nome. “A reinvenção da democracia” poderá ser vista como um projeto muito razoável, sensato e gradual pelas classes subalternas, seus intelectuais e suas organizações sociais e políticas. Mas para a direita, ainda mais para a “nossa” direita na América Latina, um projeto desse tipo é inequivocamente subversivo, devendo ser cortado pela raiz. Se, além disso, tivermos em conta a articulação íntima entre essa direita e as classes dominantes do império, com representantes políticos como os “falcões” de Washington, é fácil concluir que qualquer iniciativa de aprofundamento democrático desencadeará um leque de respostas repressivas de todo tipo.<sup>9</sup>

#### 4. O papel dos movimentos sociais

As decepcionantes limitações das democracias latino-americanas e a crise pela qual passam os partidos (e também os sistemas de partidos) explicam, em boa medida, o papel crescente desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos da região. A deslegitimação da política e dos partidos abriu um espaço para que “a rua” – essa metáfora tão ameaçadora para as democracias liberais – adquira um protagonismo renovado e ampliado na maioria dos países. Essa presença das massas na rua, que havia sido reconhecida por Maquiavel como uma demonstração vigorosa da saúde republicana, reflete a incapacidade dos fundamentos legais e institucionais das “democracias” latino-americanas de resolverem as crises sociopolíticas dentro dos procedimentos estabelecidos constitucionalmente. Com base nisso, a realidade da vida política

<sup>9</sup> As tentativas “desestabilizadoras” na Venezuela, além do *lockout* patronal, da greve petrolífera etc. O mesmo está acontecendo atualmente com Evo Morales na Bolívia.

se move na esfera ambígua da ilegalidade, enquanto a legalidade estabelecida pelas instituições se derrete sob o calor da crise política permanente e do protagonismo das massas. Revoltas populares derrubaram governos reacionários no Equador em 1997, 2000 e 2005, e na Bolívia em 2003 e 2005, abrindo caminho para a formidável vitória eleitoral de Evo Morales ao final deste último ano, e também forçaram a saída de Alberto Fujimori no Peru, no ano 2000, e de Fernando de la Rúa, na Argentina, no ano seguinte. Ainda ontem, os jovens estudantes dos liceus chilenos colocaram em xeque o governo da *Concertación*, exigindo a derrogação da legislação educativa reacionária do regime de Pinochet.

Para além da fragilidade da trama institucional, o que essas rebeliões populares comprovam é que longo período de um quarto de século ou mais de governos neoliberais – com todo seu equipamento de tensões, rupturas, exclusões e níveis crescentes de exploração e degradação social – criou as condições objetivas para a mobilização política de grandes setores das sociedades latino-americanas. Cabe a pergunta: as revoltas plebeias mencionadas acima serão meros episódios isolados, gritos de raiva e fúria popular, ou refletem uma dialética histórica orientada tendencialmente em direção à reinvenção da democracia? Um olhar moderado sobre a história do período começado no início dos anos 1980 revela que não há nada de acidental na crescente mobilização das classes populares, nem no final tumultuoso de tantos governos democráticos da região. É por isso que ao menos 16 presidentes – quase todos clientes obedientes de Washington – tiveram de se afastar do poder antes que seus mandatos legais chegassem ao fim, depostos por rebeliões populares avassaladoras. Por outro lado, os plebiscitos convocados para legalizar a privatização de empresas estatais ou serviços públicos frustraram invariavelmente as expectativas neoliberais, como no caso do Uruguai (obras sanitárias e terminais portuários), da Bolívia e do Peru (abastecimento de água e eletricidade). Em diversos países também houve grandes mobilizações populares em oposição à Alca ou à assinatura de tratados de livre-comércio (TLCs), pela nacionalização do petróleo e do gás na Bolívia, em oposição a políticas de privatização do petróleo no Equador, da companhia telefônica da Costa Rica e dos sistemas de saúde de vários países, para pôr fim ao saque dos bancos, principalmente estrangeiros, como na Argentina, e para encerrar os programas de erradicação da coca na Bolívia e no Peru. Isso pode soar excessivamente hegeliano, mas todos esses acontecimentos mostram uma direção inconfundível.

## 5. Organização, consciência, estratégia

Podemos apreender várias lições a partir desse renovado protagonismo das insurgências populares na América Latina. Em primeiro lugar, a necessidade de que os partidos políticos, sobretudo aqueles que pretendem encarnar um projeto emancipador, concebam e implementem uma estratégia que transcenda os limites estreitos da mecânica eleitoral. Não se pode pretender transformar radicalmente uma ordem social estruturalmente injusta e predatória apenas com as armas disponíveis no âmbito eleitoral. A burguesia jamais opera de modo tão ingênuo e unilateral, e nunca utiliza uma estratégia única, nem tampouco opera em um só cenário de luta. Pelo contrário, sua presença no terreno eleitoral se combina com outras iniciativas: “greves de investimentos”, fuga de capitais, *lockouts*, pressões sobre os dirigentes estatais, articulação com aliados internacionais que reforcem sua gravitação local, controle dos meios de comunicação e, com mais frequência, dos “aparatos ideológicos” mediante os quais podem lançar efetivas “campanhas de terror” para intimidar ou atemorizar os eleitores, alianças com as forças armadas, cooptação de dirigentes populares, corrupção de funcionários públicos e legisladores, *lobbies* de muitos tipos, mobilização de massas etc. Tudo isso configura uma estratégia integral de conquista e conservação do poder que não se circunscreve nem remotamente, como ocorre com os partidos populares, à estratégia eleitoral. A verdade é que para efetuar uma estratégia tão onipresente como essa são necessários recursos diversificados e em grande volume, que nenhuma força popular tem à sua disposição. Mas também é verdade que, se os partidos de esquerda quiserem mudar o mundo, e não apenas apontar sua injustiça e perversão, terão que demonstrar que são capazes de conceber e aplicar estratégias mais integrais que combinem, juntamente com a eleitoral, outras formas de luta.

Esse é precisamente o terreno no qual os movimentos sociais demonstraram uma criatividade superior à das organizações políticas. Os acontecimentos dos últimos anos na região nos ensinam que eles adquiriram uma capacidade inédita de desalojar do poder os governos antipopulares, passando por cima dos mecanismos estabelecidos constitucionalmente que, não por coincidência, caracterizam forte preconceito elitista. Para a cultura política dominante das chamadas democracias latino-americanas, a política é um assunto para as elites e as instituições, e não para povos mobilizados, e a cidadania deve moderar suas ânsias de participação:

comparecer para votar, mas não em massa, e abster-se de se imiscuir nas transações e maquinações realizadas por políticos e governantes.

De qualquer forma, existe uma segunda lição que também deverá ser levada em conta e que nos ensina que essa ativação saudável das massas fracassou no momento de se construir uma alternativa política que não apenas desse fim aos governos reacionários, mas também reconduzisse à inauguração de uma etapa pós-neoliberal. A insurgência das classes subalternas teve um calcanhar de aquiles fatal, resultante da convergência de três fenômenos fortemente relacionados: a) a fragilidade organizativa; b) a falta de maturidade da consciência política; e c) o predomínio absoluto do espontaneísmo como modo normal de intervenção política.

Com efeito, a indiferença suicida diante dos problemas de organização popular, consciência, estratégia e tática de luta levanta numerosas interrogações. Para os clássicos do marxismo – especialmente Lênin e Rosa Luxemburgo, para além de suas diferenças –, a questão da organização era política. O primeiro escreveu mais de uma vez que a organização “é a única arma da qual dispõe o proletariado”. Cabe, então, a pergunta: quais são as formas de organização necessárias para a luta popular no contexto do capitalismo contemporâneo e na conjuntura particular de cada um de nossos países? Como articular essas formas entre si para potencializar a eficácia dos projetos emancipadores? Qual o papel que cabe aos partidos, sindicatos e à grande diversidade de movimentos sociais, assembleias populares, piquetes, caracóis zapatistas ou outras formas pré-colombianas de organização, como as que ainda existem no mundo andino? Como garantir que as reivindicações canalizadas por essas diversas estruturas organizativas se sintetizarão em um projeto global que as dote de coerência e eficácia?

Com relação ao tema da consciência radical e emancipatória, e por que não dizer revolucionária, como fazer com que os movimentos desenvolvam o tipo de consciência que lhes permita superar os limites do imediatismo espontaneísta? Nunca é demais repetir que, na ausência de uma teoria emancipatória (ou, conforme a preferência, revolucionária), dificilmente haverá práticas de massa que sejam emancipatórias ou revolucionárias. Se, como se costuma dizer, o modelo kautskiano da consciência radical introduzida “de fora” por intelectuais revolucionários fracassou, poderíamos afirmar que a estratégia gramsciana de construção de contra-hegemonia a partir das próprias trincheiras da sociedade civil triunfou? Ou talvez devêssemos depositar nossas esperanças nas pers-

pectivas conscientizadoras abertas pela pedagogia do oprimido de Paulo Freire? Como se pode ver, mais do que certezas, são preocupações abertas e de grandes interrogações, cujo tratamento é imprescindível no momento de se encarar um projeto de refundação democrática.

Por último, com relação à questão de estratégia e tática, digamos que, apesar da reconfiguração dos sujeitos sociais – produto das transformações nas relações capitalistas de produção, que fragmentaram e desorganizaram o campo popular ao mesmo tempo que homogeneizaram e organizaram as classes dominantes –, a adoção de estratégia e tática adequadas continua a ser um assunto de importância primordial. Atualmente, porém, não se dá muita atenção a essa problemática. Simplesmente não tem lugar na obra de Hardt e Negri, pois nela os movimentos sociais são as expressões infinitas da multidão e esta, por seu caráter descentralizado, desterritorializado, molecular e nômade, é radicalmente incompatível com a consideração de estratégia e tática, que, para os autores, correspondem a uma forma de atuação política particular de uma época, a do imperialismo, que consideram historicamente superada (Hardt e Negri, 2000). Também não tem lugar na obra de John Holloway, que nos convida a deixar de lado toda a pretensão de conquistar o poder, e de onde se depreende a superfluidade de qualquer discussão sobre estratégia e tática encaminhadas a esse fim (Holloway, 2002). Em outros lugares, já criticamos essas versões contemporâneas do romantismo político – que desembocam na impotência e, a longo prazo, na resignação –, de modo que não insistiremos aqui no mesmo tema. Digamos simplesmente que, contrariamente às teorizações da moda, o problema da estratégia e tática das classes subalternas está indissolivelmente unido às perspectivas de sua própria emancipação. Esta não ocorrerá por uma coincidência, nem como uma concessão graciosa das classes dominantes.

## 6. Alternativas?

Não existem alternativas fora do protagonismo que possa ser assumido, sob certas circunstâncias, pelos sujeitos que constituem o campo popular. Como relembrou recentemente Daniel Bensaid, a saída não poderá ser proporcionada pelo exemplo de São Francisco (como sugerem Hardt e Negri), pelo Grito (como colocado por Holloway), nem pelo aconteci-

mento incondicionado (Badiou).<sup>10</sup> A política tem aversão à metafísica: sem a ativação dos movimentos, sem sua conquista do espaço público a partir das ruas – e apesar das instituições “democráticas”! –, não haverá um encaminhamento ao pós-neoliberalismo. Mas não há lugar para a autocomplacência. Isso somente não basta: as massas das ruas conseguiram derrubar governos neoliberais, apenas para substituí-los por outros muito parecidos. Em muitos casos, a imponente mobilização popular se desmanchou no ar pouco depois de consumada a remoção do governo, sem ter sido capaz de sintetizar sua diversidade em um novo sujeito político imbuído dos atributos necessários para consolidar a correlação de forças existente e evitar a recaída para situações anteriores. O caso equatoriano é um exemplo claríssimo dessa situação, mas está longe de ser o único. Não obstante, se os movimentos sociais fracassaram na construção de uma alternativa, o mesmo ocorreu com os governos surgidos pela via eleitoral. Lula no Brasil, Kirchner na Argentina e Vázquez no Uruguai mostram claramente a impotência das classes subalternas em impor uma agenda pós-neoliberal sobre os governos eleitos por grandes majorias populares e precisamente com esse fim. Se durante as situações de turbulência política as massas derrubaram governos neoliberais para, então, se desmobilizarem e recuarem, nos casos de alteração constitucional a lógica foi surpreendentemente semelhante: as massas votaram e depois retornaram às suas casas. Porém, existe uma diferença importante: as façanhas dos movimentos populares deixaram lições profundas (ainda que dolorosas) para as classes populares e fizeram com que estas vislumbassem as potencialidades transformadoras contidas em seu protagonismo. Nas experiências de mudanças eleitorais, por outro lado, restou-lhes apenas o sabor amargo da impotência, de uma nova mentira e uma nova frustração.

A capacidade sem precedentes das massas de derrubar governos anti-populares as reintroduziu na cena política, como um novo fator a ser considerado. Antes da sua insurgência, os únicos sujeitos das “transições democráticas” eram os partidos. Hoje, isso já não é assim. A importância de seu papel foi demonstrada claramente nos casos mais interessantes e promissores da política sul-americana: Venezuela e Bolívia. Na Venezuela, possibilitaram, com sua mobilização fulminante e espontânea, a derrota do golpe de Estado fascista e a radicalização da Revolução Bolivariana.

<sup>10</sup> Em uma conferência pronunciada na Secretaria Executiva da Clacso, 12 abr. 2006.

Na Bolívia, demonstraram a produtividade excepcional que pode ter uma pluralidade de sujeitos movimentistas quando, sem deixar de sê-lo, são ao mesmo tempo capazes de montar uma estratégia político-institucional que combine criativamente as ruas com as urnas. Os únicos três governos de esquerda que existem na América Latina – Cuba, Venezuela e Bolívia (em ordem de surgimento) – enfrentam desafios incríveis.<sup>11</sup> A fustigação aberta ou encoberta por parte dos Estados Unidos, as tentativas golpistas, a criminalização internacional, a sabotagem econômica, a manipulação midiática e as “campanhas do terror” se combinam com as “condicionalidades” das instituições financeiras internacionais para sufocar, ainda no berço, qualquer processo emancipatório. Jamais devemos ter a ilusão de que os beneficiários internos e externos de um *status quo* tão injusto quanto o atual permanecerão de braços cruzados diante dos ventos da mudança que varrem hoje a cena latino-americana. É muito possível que o avanço de um processo de democratização genuíno, uma “reinvenção democrática” que substitua o simulacro que prevalece na região, desate a ferocidade repressiva que conhecemos tão bem na América Latina. Porém, a sobrevivência da Revolução Cubana, a consolidação de uma Revolução Bolivariana e os novos processos postos em marcha na Bolívia e no Equador permitem que pensemos que a História não é um eterno retorno e que há momentos, como o atual, que nos permitem nutrir um otimismo cauteloso.

<sup>11</sup> A partir dessa enumeração, depreende-se que não consideramos como governos de esquerda aqueles que são habitualmente denominados dessa forma na América Latina, como o governo da *Concertación* no Chile, de Lula no Brasil, de Vázquez no Uruguai ou de Kirchner na Argentina. Governos indiferentes aos pressupostos mais elementares da justiça distributiva, que observam com passividade a destruição do sistema de saúde ou de educação pública, não podem ser considerados de esquerda sob nenhum critério taxonômico possível. A confusão reinante nesse tema fica em evidência, chegando aos extremos mais patéticos, na obra recente de Antonio Negri, em colaboração com Giuseppe Cocco, na qual, após assimilar os governos de Chávez, Lula e Kirchner numa mesma “categoria de análise”, os autores dizem que: “No Brasil, na Argentina e na Venezuela, um vasto terreno de experimentação e inovação democrática deve se aprofundar a partir das relações abertas e horizontais entre os governos e os movimentos” (Cocco e Negri, 2006, p.28). Experimentação e inovação democrática na Argentina ou no Brasil de hoje?

## Referências bibliográficas

- ALBA RICO, Santiago. “Prólogo”. In: FERNÁNDEZ LIRIA, Carlos; ALEGRE ZAHONERO, Luis. *Comprender Venezuela, pensar la democracia: el colapso moral de los intelectuales occidentales*. Hondarribia: Hiru, 2006.
- AVRITZER, Leonardo. “Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BORON, Atilio. *Tras el búho de Minerva: mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires, Clacso, 2003.
- \_\_\_\_\_. “The Truth about Capitalist Democracy”. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Orgs.). *Socialist register 2006, telling the truth*. Londres: The Merlin Press, 2005.
- COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio. *Global. Biopoder y luchas en una América Latina globalizada*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge: Polity, 2004.
- FERNÁNDEZ LIRIA, Carlos; ALEGRE ZAHONERO, Luis. *Comprender Venezuela, pensar la democracia: el colapso moral de los intelectuales occidentales*. Hondarribia: Hiru, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HOLLOWAY, John. *Cómo cambiar el mundo sin tomar el poder*. Buenos Aires: Herramienta, 2002.
- MACPHERSON, Crawford Brough. “Post-Liberal Democracy”. In: *Democratic theory: essays in retrieval*. Oxford: Clarendon, 1973.
- MOORE Jr., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston: Beacon Press, 1966.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social* (Encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires: Clacso/Instituto Gino Germani, 2006.

THERBORN, Göran. “Dominación del capital y aparición de la democracia”, *Cuadernos Políticos* (México) n.23, jan.-mar. 1980.

WAINWRIGHT, Hilary. *Cómo ocupar el Estado. Experiencias de democracia participativa*. Barcelona: Icaria, 2005.

WOOD, Ellen. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.



## PARTE II



CONTRIBUIÇÕES À **CRÍTICA**  
DO **NOVO-DESENVOLVIMENTISMO**



# A crise do desenvolvimentismo\*

Ruy Mauro Marini

Até meados do século XX, a teoria social produzida na América Latina está pensada, com raras exceções, a partir da consideração das questões nacionais. Só podemos falar realmente do surgimento de uma corrente estruturada e, sob muitos aspectos, original de pensamento sobre a região como tal a partir do *Informe Económico da América Latina* de 1949, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (Cepal) em 1950.

A importância da teorização começada aí reside na novidade de algumas de suas colocações e na grande repercussão que obteve, tanto no plano acadêmico quanto no político, em nosso continente como um todo. Dessa forma, a análise das concepções da Cepal é indispensável para quem deseja conhecer a evolução do pensamento latino-americano moderno.

## 1. A teoria do desenvolvimento

Para entendermos a Cepal, seria útil considerarmos primeiramente a biografia intelectual de seus expoentes, principalmente o argentino Raúl Prebisch (responsável direto pelo *Informe* de 1949), seguido pelo brasi-

\* Artigo publicado originalmente em MARINI, Ruy Mauro e MONCAYO, Mária Millán (Orgs.), *La teoría social latino-americana*, tomo II. Cidade do México: El Caballito, 1994.

leiro Celso Furtado e pelo chileno Aníbal Pinto; a eles podemos acrescentar também o argentino Aldo Ferrer e o mexicano Victor Urquidí. Assim como Prebisch – que havia sido diretor do Banco Central no governo Perón –, a maioria deles teve participação ativa na política de seus países. Sua formação era, em geral, keynesiana, e alguns deles ostentavam um domínio apreciável da economia política clássica, particularmente Prebisch e Furtado. Suas incursões no campo do marxismo costumavam ser, no entanto, desafortunadas.<sup>1</sup>

A questão fundamental a ser colocada se refere à pergunta: o que é a Cepal? Fundamentalmente, trata-se de uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento surgida nos Estados Unidos e na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria tinha, então, um propósito definido: responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para a vida independente, a partir dos processos de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais.

Confrontados com essa situação, os países capitalistas centrais se preocuparam em explicar e justificar essas disparidades, das quais se beneficiavam de maneira gritante, ao mesmo tempo que tentavam convencer os novos Estados de que para eles também se abriam possibilidades de progresso e bem-estar. Sob a denominação genérica de teoria do desenvolvimento, as proposições dos grandes centros nascem em órgãos governamentais ou instâncias associadas a eles, difundem-se nas universidades e centros de pesquisa e chegam a agências internacionais.<sup>2</sup>

Nesse sentido, trata-se essencialmente de construir um conceito de desenvolvimento econômico a partir da ideia de que este corresponde ao desdobramento do aparato produtivo em função da conhecida classificação em três setores: primário, secundário e terciário. Para explicar por que

1 Ver, por exemplo, o modo infeliz como tanto Furtado quanto Pinto abordam um conceito elementar da teoria econômica marxista: o da mais-valia, respectivamente em Furtado (1964) e Pinto ([1965] 1973).

2 Entre as obras significativas do período encontram-se: *National Bureau of Economic Research, problems in the study of economic growth*, Nova York, 1949; *United Nations, measures for the development of under-developed countries*, Nova York, 1951; Colin Clark, *The conditions of economic progress*, Londres, 1951; S.H. Frankel, *The economic impact of under-developed countries*, Oxford, 1952; W.W. Rostow, *The Process of Economic Growth*, Oxford, 1953; e W. Arthur Lewis, *The theory of economic growth*, Londres, 1955.

esse desdobramento se realizou plenamente nos países avançados, tomase o processo de desenvolvimento econômico ocorrido nos países capitalistas avançados como um fenômeno de ordem geral e sustenta-se que a posição que esses países ocupam no contexto internacional corresponde ao estágio superior de um *continuum* evolutivo. As diferentes economias que integram o sistema internacional se situariam em fases inferiores do mesmo processo, enquadradas em um esquema dual: desenvolvimento-subdesenvolvimento, que seria substituído posteriormente por outro mais sofisticado.

Entendido dessa forma, o conceito de subdesenvolvimento é idêntico ao de situação pré-industrial. O subdesenvolvimento seria, portanto, uma situação anterior ao desenvolvimento econômico pleno (quando já houvesse sido completado o desdobramento setorial), existindo entre os dois momentos a chamada decolagem (*take off*, para empregar a linguagem em voga na época), na qual a economia em questão já reuniria as condições para iniciar um desenvolvimento autossustentável.

Recapitulando: a tese central da teoria do desenvolvimento assevera que o desenvolvimento econômico representa um *continuum* no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno. Este representaria, porém, algo acessível a todos os países que se empenhassem em criar as condições necessárias para tal.

Um segundo aspecto a ser destacado na teoria do desenvolvimento é a sua insistência na ideia de que o desenvolvimento econômico implica a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país. Essa modernização corresponde, em última instância, à aproximação de tais condições dos padrões vigentes nos países capitalistas centrais. O processo de modernização, além de trazer consigo a possibilidade de tensões e crises, iria se manifestar durante certo tempo mediante uma situação de dualidade estrutural que oporia um setor moderno ao setor tradicional da sociedade em questão. A questão da modernização e a noção de dualismo estrutural inspiraram o grosso da produção sociológica e antropológica desse período.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Conforme o ensaio de Enrique Valencia sobre a sociologia da modernização, incluído neste tomo [N. do Org.: tomo II da coletânea *La teoría social latino-americana*, organizado por Marini e Moncayo, citado na abertura do presente artigo], assim como a conhecida tese do sociólogo francês Jacques Lambert sobre os “dois Brasis”, posteriormente generalizada ao conjunto da América Latina.

Finalmente, um terceiro aspecto a ser considerado na teoria do desenvolvimento é a sua projeção no plano metodológico. Na medida em que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram, no fundo, a mesma coisa, isto é, momentos constitutivos da mesma realidade – a economia capitalista industrializada –, eles só poderiam ser diferenciados mediante critérios quantitativos, os únicos adequados para situar uma economia neste ou naquele grau da escala evolutiva. Dessa forma, o subdesenvolvimento se definiria por meio de uma série de indicadores: produto real, grau de industrialização, renda *per capita*, índices de alfabetização e escolaridade, taxas de mortalidade e expectativa de vida etc., destinados a classificar as economias do sistema mundial e a registrar seu avanço no caminho do desenvolvimento.

Os inconvenientes dessa metodologia são evidentes. Por ser essencialmente descritiva, não possui nenhuma capacidade explicativa. O resultado ao qual ela chega é uma perfeita tautologia: uma economia apresenta determinados indicadores porque é subdesenvolvida, e é subdesenvolvida porque apresenta esses indicadores. Girando em círculos, a análise aspira apenas a estabelecer correlações verificáveis que não esclarecem de nenhuma maneira, por si só, as questões ligadas a causa e efeito.

De qualquer maneira, essa foi a teoria do desenvolvimento proposta pela Cepal. Para entendermos o porquê dessa situação, temos que recorrer a uma linha de análise que tem relação com o papel dos Estados Unidos na construção do mundo no pós-guerra. Deixaremos de lado a consideração sobre suas iniciativas nos planos político, econômico e militar, ocupando-nos unicamente do que foi feito no plano ideológico.

Um fator que merece destaque especial é a criação de comissões econômicas regionais, subordinadas ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com sedes na Europa, Ásia, Extremo Oriente e América Latina; posteriormente foram criadas outras duas, na África e Ásia Ocidental. Seu objetivo era estudar os problemas regionais e propor políticas de desenvolvimento. Na realidade, a missão fundamental atribuída a essas comissões foi a de atuarem como agências de elaboração e difusão da teoria do desenvolvimento no contexto da política de domesticação ideológica que os grandes centros contrapuseram às demandas e pressões do que viria a ser chamado de Terceiro Mundo.

Dando início formalmente a seus trabalhos em 1948, em Santiago do Chile, a Cepal não escapa à missão que lhe havia sido confiada; porém, longe de se limitar à mera difusão, assume o papel de verdadeira criado-

ra da ideologia, uma vez que busca captar e explicar as especificidades da América Latina. Essas especificidades, diante dos novos países que a descolonização havia criado, eram indiscutíveis.

Efetivamente, além de sua precoce independência política, a América Latina contava, então, com um século de capitalismo, que levava à formação de estruturas de classe complexas e Estados nacionais consolidados. Ainda mais importante foi o fato de que, em muitos de seus países, a industrialização, que havia começado entre as duas guerras mundiais, modificara as alianças de classe e convertera a burguesia industrial em uma parte plena do bloco que ocupava o poder.

Diferentemente, portanto, de outras agências similares, a Cepal, ao ser constituída, vincula-se à realidade interna da América Latina e expressa as contradições de classe que a caracterizam, inclusive as contradições interburguesas. Não só isso, ela será instrumentalizada pela burguesia industrial, tanto em função das lutas sociais e políticas internas como dos conflitos estabelecidos ao nível da economia mundial. Isso fará com que a Cepal, partindo da teoria do desenvolvimento nos termos em que havia sido formulada nos grandes centros, introduza nela as mudanças que representarão sua contribuição própria, original, e que farão do desenvolvimentismo latino-americano um produto em si, e não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento.

## 2. O desenvolvimentismo

A contribuição mais importante da Cepal é sua crítica à teoria clássica do comércio internacional. Baseada no princípio das vantagens comparativas, essa teoria postula que cada país deve se especializar na produção de bens nos quais possa atingir maior produtividade, e que geralmente é determinada pela fertilidade do solo, a disponibilidade de recursos minerais etc. Se for seguido, esse princípio assegurará ao país condições privilegiadas para concorrer no mercado mundial, fazendo com que as transações ali realizadas resultem benéficas para todas as partes.

A Cepal dirá que, no mundo concreto, isso não ocorre dessa maneira. Por um lado, demonstrará empiricamente que, a partir de 1870, observa-se no comércio internacional uma tendência permanente à deterioração dos termos de intercâmbio, em detrimento dos países exportadores de produtos primários. Por outro lado, afirmará que essa tendência propicia

transferências de renda – na realidade, transferências de valor, conceito que a Cepal não utiliza com correção – que implicam que os países subdesenvolvidos, exportadores desses bens, sejam submetidos a uma sangria constante de riqueza em favor dos mais desenvolvidos, ou seja, a uma descapitalização.

Para a Cepal, a deterioração dos termos de intercâmbio se deve ao fato de que o mercado mundial confronta países industrializados com países de economia primário-exportadora. Estes últimos, por não desenvolverem seu setor industrial ou manufatureiro, não estão habilitados a produzir tecnologias e meios de capital capazes de elevar a produtividade do trabalho. Paralelamente, a inexistência desse setor limita a expansão da oferta de emprego, fazendo com que se registre, no setor primário, uma força de trabalho excedente que dificulta a elevação da produtividade e reduz seu preço (ou salário); isso redundava ainda na formação de mão de obra excedente no setor de serviços, onde gera os mesmos efeitos. Essa seria a causa dos baixos salários verificados nas economias subdesenvolvidas, que freiam o progresso técnico e, simultaneamente, não permitem a expansão e dinamização do mercado interno.

Inversamente, os países desenvolvidos seriam aqueles que, com base em um setor secundário expansivo e uma demanda dinâmica de mão de obra, ostentam salários elevados que induzem à introdução de inovações tecnológicas, que, por sua vez, tendem a reduzir a participação do trabalho na produção e, portanto, o impacto dos salários nos custos. A elevação de produtividade resultante dessa situação não seria transferida de maneira plena e imediata aos preços dos bens que esses países exportam, fazendo com que, no comércio internacional, esses preços se mantivessem em um nível elevado. Em consequência, isso favoreceria a transferência de riqueza da periferia subdesenvolvida para o centro desenvolvido.

A verdade é que, captando corretamente o fenômeno empírico da deterioração dos termos de intercâmbio, a Cepal o interpretava erroneamente: mais cedo ou mais tarde, o aumento da produtividade e a consequente redução dos custos devem ser transferidos aos preços, a menos que se verifiquem situações anormais no mercado mundial, como as que configuram uma situação de monopólio ou derivadas de guerras e catástrofes naturais. Além disso – um fato não ignorado pela Cepal –, o desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes implicou, desde o início, na introdução de novas técnicas de produção e no aumento da produtividade do trabalho. Entretanto, a referência à questão da remu-

neração da força de trabalho representou uma intuição formidável, ainda que mal estabelecida, posto que não se tratava simplesmente de uma consequência da baixa produtividade, como a vida se encarregaria de demonstrar.

De qualquer maneira, com seu esquema centro-periferia, isto é, tomando como ponto de partida analítico a economia mundial e as relações ali desenvolvidas entre as economias nacionais, a Cepal ia muito além da teoria do desenvolvimento, assegurando para o conjunto de sua tese uma validade de princípio que, até então, era privilégio exclusivo da teoria marxista do imperialismo. De fato, a afirmação de Prebisch (1982, p.157) no sentido de que “o desenvolvimento econômico dos países periféricos é mais uma etapa (...) no processo de desenvolvimento orgânico da economia do mundo” nos faz lembrar irresistivelmente de Bukharin.<sup>4</sup> As limitações do pensamento da Cepal são um efeito de seu vínculo umbilical com a teoria do desenvolvimento, além de representarem um custo derivado da posição de classe a partir da qual a instituição realizou suas colocações.

Foi assim que, fiel à ideia do desenvolvimento econômico como um *continuum*, a Cepal não considerava desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente distintos, marcados por antagonismo e complementaridade – como seria feito, em seu tempo, pela teoria da dependência –, e sim como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação de capital.<sup>5</sup> Isso implicava que, a partir de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos ganhariam acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam. Essa tese – a do desenvolvimento autônomo – constitui uma das marcas registradas do pensamento da Cepal.

A exigência de uma política econômica centrada na superação do subdesenvolvimento repousava sobre outro elemento crucial: a concepção do Estado como algo situado acima da sociedade e capaz de se dotar de

<sup>4</sup> Ver seu ensaio *La economía mundial y el imperialismo*. Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente, 1971.

<sup>5</sup> A exceção à regra se encontra em Celso Furtado, que, já em um período mais avançado, aponta essa diferença entre as duas formas econômicas, ainda que relativize sua colocação ao circunscrevê-la na questão da formação de capital. Ver Furtado, 1964.

uma racionalidade própria. Baseada nisso, a Cepal saltava do plano no qual propunha sua análise econômica, em que lidava com leis objetivas e identificava interesses econômicos conflitantes, a uma visão idílica do mundo, visto como um campo de relacionamento entre Estados dispostos a substituir o enfrentamento pela negociação e as leis econômicas pelo desejo de cooperação.

Se a política econômica era o instrumento, o objetivo essencial ao qual ela deveria aspirar para superar o subdesenvolvimento era, para a Cepal, a industrialização. Já vimos como, em seu entendimento, esta seria capaz de promover melhor alocação da força de trabalho entre os setores produtivos, elevaria os salários, viabilizando o mercado interno, e induziria ao progresso técnico e ao aumento da produtividade do trabalho, pondo fim às transferências internacionais de valor. A industrialização se realizaria mediante uma política deliberada de substituição de importações de bens manufaturados.

A fé que a Cepal depositava na industrialização como medida suficiente para a superação do subdesenvolvimento estendia-se às virtudes que ela teria como alavanca para a transformação social. Admitindo que certas reformas eram necessárias nos planos institucional e político, a Cepal subvalorizava as medidas distributivas, entre elas a reforma agrária, a não ser como uma disposição de interesse secundário.<sup>6</sup> Em seu pensamento, que graças a isso mereceu a qualificação de “desenvolvimentista”, a industrialização assumia o papel de *deus ex machina*, suficiente, por si só, para garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais.

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que – respondendo a um maior grau de industrialização e já compartilhando o poder do Estado com a burguesia exportadora – tratava de ampliar seu espaço às custas desta última,

<sup>6</sup> Já no Informe de 1949, Prebisch (1982, p.163) afirmara: “O problema econômico essencial da América Latina consiste em incrementar sua renda real *per capita*, graças ao aumento da produtividade, pois a elevação do nível de vida das massas mediante a redistribuição da renda tem limites muito estreitos”. E, em uma das poucas ocasiões em que trata da reforma agrária, o autor diz: “(...) certamente, o aumento do rendimento da terra depende fundamentalmente da melhoria da técnica produtiva e do investimento de capital. Mas há muitos casos em que a forma de propriedade é um dos obstáculos que deverão ser removidos antes que essas medidas possam dar fruto”, para então indicar: “O sistema impositivo poderia ser um dos meios mais eficazes para que isso seja feito, sem deixar de lado as medidas diretas de fracionamento que as circunstâncias aconselhem” (Prebisch, 1982, p.261-262).

recorrendo, para isso, à aliança com o proletariado industrial e com a classe média assalariada. Ao mesmo tempo que *acenava* (provocava) para estes com a ampliação da oferta de emprego e maiores salários, o desenvolvimentismo, mediante a crítica ao esquema tradicional de divisão internacional do trabalho, exigia dos grandes centros capitalistas o estabelecimento de um novo tipo de relação. No entanto, apesar de rechaçar o modelo primário-exportador e de abrir fogo contra a velha classe dominante, relutava em apresentar a reforma agrária como premissa do modelo industrial, dado que, como a aliança social não passava pelo campesinato (com exceção unicamente do México), fazê-lo significaria agravar inutilmente o conflito interburguês.

No decorrer dos anos 1950, junto ao avanço da burguesia industrial, tanto em países onde ela já era forte – Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, México – como nos demais, que aceleravam então seu crescimento industrial, o desenvolvimentismo se tornou a ideologia dominante e a matriz por excelência das políticas públicas. Não obstante, após uma década de expansão, a economia latino-americana desaguou, na década de 1960, na crise e na estagnação, revelando as características perversas assumidas pela industrialização. Isso não poderia deixar de repercutir profundamente nos círculos da Cepal, dando lugar a uma crise teórica de amplas proporções.

### 3. A crise do desenvolvimentismo

A crise econômica que, no início da década de 1960, atinge a maioria dos países latino-americanos é, simultaneamente, uma crise de acumulação e de realização da produção. Ela se manifesta, por um lado, no estrangulamento da capacidade de importar os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para se realizar essa produção. Ambos os fenômenos derivam do fato de a industrialização ter sido realizada com base na velha economia exportadora, isto é, sem que fossem realizadas as reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial.

Nos países capitalistas avançados, a industrialização ocorreu de maneira orgânica, fazendo com que o crescimento do setor de bens de consumo gerasse imediatamente, como contrapartida, a expansão da oferta de bens de capital, sem a qual o processo teria sido bloqueado. Nos países latino-americanos, a substituição de importações funcionou sobre a base

de uma demanda preexistente de bens de consumo e fez com que a obtenção de bens de capital repousasse essencialmente na importação, conformando um modo de reprodução industrial intrinsecamente dependente do exterior. A continuidade de um processo posto nesses termos supunha o crescimento constante da capacidade de importar e, conseqüentemente, uma massa crescente de divisas.

De onde provêm essas divisas? Primariamente, da exportação. No entanto, uma vez mantidas intocadas as velhas estruturas produtivas, as exportações ainda consistiam em bens primários tradicionais, sujeitos à tendência secular de deterioração dos termos de intercâmbio diagnosticada pela Cepal. O setor manufatureiro não se preocupava em conquistar mercados externos e destinava toda a sua produção ao mercado interno, ou seja, continuava dependente do setor primário para obter as divisas necessárias para a aquisição dos bens intermediários e de capital exigidos para sua expansão. Seguindo esse caminho, a indústria – anunciada pela Cepal como a alavanca do desenvolvimento autônomo – não fazia mais que impulsionar a reprodução ampliada da relação de dependência da América Latina com relação ao mercado mundial, sem conduzi-la a uma superação efetiva.

A segunda fonte de divisas corresponde ao aporte de capitais externos, materializado em investimentos diretos, empréstimos, financiamentos e doações. Uma vez que as receitas geradas pelas exportações estavam relativamente estagnadas, a América Latina solicitou dos Estados Unidos uma generosidade semelhante à expressa no Plano Marshall, concebido a favor da reconstrução europeia e baseado na mobilização de uma ajuda considerável, através de empréstimos públicos e doações governamentais. Na América Latina, a última tentativa séria nesse sentido havia sido realizada pelo presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, no final da década de 1950, quando lançou a Operação Pan-Americana (OPA), centrada na obtenção de créditos públicos. No entanto, a OPA acabou suplantada pela iniciativa norte-americana da Aliança para o Progresso, no início da década de 1960, caracterizada por seu acentuado caráter assistencialista e pela ênfase colocada nos investimentos externos privados.

Esses investimentos haviam começado a penetrar no setor industrial latino-americano desde o início dos anos 1950, ganhando forte impulso na segunda metade da década. Nesse período, a industrialização encontrou em tais investimentos um ponto de apoio e um fator de aceleração. Concluído, porém, o seu tempo de maturação, isto é, chegou o momen-

to da obtenção real dos lucros, eles revelaram sua natureza contraditória: seus lucros haviam sido obtidos no mercado interno, realizando-se, portanto, em moeda nacional; no entanto, para se tornarem efetivos e, dessa forma, suscetíveis de reintegração ao patrimônio da matriz estrangeira, deveriam poder ser convertidos em moeda internacional, o que exigia divisas a serem subtraídas do montante realizado nas transações externas.<sup>7</sup> Em outras palavras, o que havia servido para ampliar a capacidade importadora da América Latina mostrava agora ser um fator de limitação.

Enquanto se contava com um mercado interno em expansão, a entrada de capital externo superava a saída, mascarando o problema. Mas o mercado interno logo chegaria a seu limite. As grandes migrações do campo para a cidade, provocadas pela manutenção das estruturas tradicionais de produção e incentivadas pela industrialização, traduziram-se no rápido crescimento da oferta urbana de mão de obra, que culminaria no desemprego aberto ou disfarçado. A causa da incapacidade da indústria de gerar empregos residia – mais do que no uso de tecnologias inadequadas, como defendido pela Cepal, dado que economizar em mão de obra é algo inerente ao progresso técnico – na brutal superexploração do trabalho que ali se praticava, que era, por sua vez, possibilitada pela existência dessa força de trabalho redundante.

Combinando baixos salários com o prolongamento da jornada e a intensificação do ritmo de trabalho, o capital industrial mobilizava massas de trabalho substancialmente maiores que aquelas que, em condições normais, corresponderiam à soma de dinheiro destinada a pagá-las,<sup>8</sup> tornando-se assim incapaz de assimilar boa parte das novas forças de trabalho que se incorporavam ao mercado. Pior ainda: isso acabava por criar uma distribuição de renda extremamente perversa, que condenava a imensa maioria da população a níveis de consumo miseráveis, muitas vezes abaixo do padrão mínimo de subsistência. Com isso, restringia-se

7 Isso nos coloca diante de um problema de realização da mais-valia, que já não consiste em sua mudança da forma mercadoria para a forma dinheiro, e sim na mudança que a mesma forma dinheiro deve sofrer pelo fato de não ser dinheiro mundial. Uma análise do fenômeno, ainda que deficiente do ponto de vista conceitual, pode ser encontrada em Oliveira e Mazucchelli (1977).

8 Um estudo interessante sobre a superexploração do trabalho realizada nesse período pelo capital industrial é a obra de Junior e Bowling (1974). O trabalho, com algumas modificações, foi publicado separadamente em dois ensaios em Cordera (1981).

o mercado interno, limitava-se a criação de áreas de investimento e desestimulava-se a introdução de novas técnicas de produção. Para completar o quadro, a preservação da velha estrutura agrária e a concentração dos investimentos na indústria provocaram um desequilíbrio entre a oferta de alimentos e o crescimento urbano, impulsionando os preços agrícolas para o alto e desatando a inflação.

Não é de surpreender, portanto, que a década de 1950 tenha sido caracterizada por um acentuado acirramento das lutas sociais. Estas tinham, como novos componentes, a emergência do campesinato como movimento social e uma classe operária renovada e incrementada, além do surgimento de um proletariado pobre nas cidades, que deu origem às teorizações sobre a marginalidade urbana. Paralelamente, o tecido da classe média cidadina se tornava mais denso e seu assalariamento se acelerava, levando a um rápido aumento de uma massa de estudantes e jovens profissionais cada vez mais descontentes com a falta de perspectivas apresentadas pelo tipo de desenvolvimento comandado pela burguesia industrial. Ao longo do período, esses fatores convergem de modo a promover convulsões e crises políticas, que começam com a radicalização da Revolução Guatemalteca, sob o governo de Jacobo Arbenz, e com a Revolução Boliviana de 1952. Prosseguem com o suicídio de Getúlio Vargas no Brasil e a derrubada de Juan Domingo Perón na Argentina, continuam com o movimento ferroviário no México e com a Revolução Venezuelana de 1958 e culminam, em 1959, com a Revolução Cubana.

Sensível a essa situação, a Cepal modifica, desde o início da década de 1960, suas colocações e, retificando o enfoque meramente desenvolvimentista que a caracterizava, passa a dar mais ênfase às reformas estruturais e à distribuição de renda. Mas já é tarde demais. Em um continente conturbado, a Revolução Cubana sacudia as fundações da dominação norte-americana e semeava o pânico entre as classes dominantes locais. Ao ser iniciado o ciclo das ditaduras militares, o desenvolvimentismo da Cepal entra definitivamente em crise.

Esta se torna visível com o afastamento de Prebisch, que, em 1963, troca a Cepal pela Unctad. Em 1965, Celso Furtado se empenha em demonstrar que a economia latino-americana tende estruturalmente à estagnação, que não seria causada por esta ou aquela política econômica – o que absolvía a Cepal –, mas, na verdade, seria resultante da própria dinâmica das estruturas econômicas existentes na região, marcadas pelo selo do dualismo. Furtado (1966, p.97) resume sua tese da seguinte maneira:

(...) tudo ocorre como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal, ao lado de um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, originasse uma pauta de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos, de forma a reduzir a eficiência econômica destes e de concentrar ainda mais a renda, em um processo de causação circular.<sup>9</sup>

É por isso que:

(...) o comportamento dos agentes que tomam decisões econômicas, que podem muito bem ser regidos por critérios estritos de racionalidade, tanto em função dos meios utilizados como de seus legítimos objetivos, se encontra nas relações estruturais que delimitam o campo dentro do qual são tomadas as decisões relevantes (Furtado, 1966, p.100).

Convém assinalar que Furtado flexibiliza seu rígido modelo estruturalista ao considerar também a política externa dos Estados Unidos e a ação das empresas multinacionais como fatores negativos para o desenvolvimento latino-americano. Mais do que isso, em um rompante de radicalização política, levanta a possibilidade de superar as determinações estruturais que ele detecta em sua análise mediante a prática de um socialismo de corte nacional, estatal e terceiro-mundista:

A substância ideológica do socialismo latino-americano será certamente extraída da consciência crítica para superar o subdesenvolvimento. Essa luta ocorre dentro dos marcos políticos nacionais, que delimitam os centros de decisão que comandam as atividades econômicas, tanto em seus aspectos internos como nos externos. (...)

A conjunção dessas duas ideias-força – a afirmação nacionalista e o desejo de superar o subdesenvolvimento – constituem o núcleo do pensamento ideológico que, por caminhos diversos, está provocando a transformação da vasta comunidade de povos que constituem o Terceiro Mundo (Furtado, 1966, p.26-27).

<sup>9</sup> A obra é a melhor expressão do estagnacionismo, posição que alguns já tentaram atribuir aos teóricos da dependência.

No mesmo ano de 1965, analisando o rumo tomado pela industrialização latino-americana, Aníbal Pinto produz um texto de pungência notável, no qual recorre amplamente à contribuição de marxistas renomados, como Baran, Sweezy, Dobb, Bettelheim, Nove e Wright Mills. Tendo como pano de fundo a dualidade estrutural que configuraria dois polos – capitalista e subdesenvolvido –, o autor assume o propósito de “examinar se as condições estabelecidas [pelo capitalismo] são propícias para a continuação do desenvolvimento e, eventualmente, para a correção dos contrastes evidentes” (Pinto, [1965] 1973, p.84).

O ponto de partida de Pinto é a noção de que, na fase que a Cepal chama de “desenvolvimento voltado para dentro”, isto é, de industrialização, a dualidade estrutural se modifica:

Por um lado, (...) a separação entre os polos é menos nítida do que no outro modelo [do “desenvolvimento voltado para fora”] e não corresponde a uma simples dicotomia setorial. Dentro de cada uma das atividades principais – primárias, secundárias e terciárias – estabelece-se uma espécie de “corte horizontal” que divide os estratos modernos dos tradicionais ou estagnados.

Por outro lado, os desníveis entre os dois universos parecem ser, com frequência, muito mais pronunciados (...) (Pinto, [1965] 1973, p.43).<sup>10</sup>

No entanto, ainda que Pinto vislumbre a possibilidade de trabalhar com um aparelho mais sofisticado, que introduza um corte horizontal nos dois polos da economia, limita-se quase sempre ao esquema bipolar, induzido, em boa medida, pelo material empírico do qual o autor dispõe. Essencialmente, a sua preocupação gira em torno da concentração do progresso técnico no polo capitalista e do constrangimento que isso implica para o desenvolvimento do outro polo, das questões de emprego daí derivadas e do efeito negativo que ambos os fatores exercem sobre a distribuição de renda, inclusive no interior do próprio polo capitalista.

O resultado é a distorção e a perda de dinamismo da industrialização. Referindo-se à situação dos países mais industrializados, Brasil e México, Pinto comenta:

<sup>10</sup> Cabe ressaltar que essa concepção de Pinto com relação aos dois polos e ao corte horizontal aplicável a ambos influenciará posteriormente outros autores. Ver, especialmente, Quijano (1970).

(...) os dois maiores países da América Latina compartilham uma característica fundamental: em ambos, tanto do ponto de vista do progresso técnico como da renda, uma parte importante de seus sistemas e de sua população ficou à margem do desenvolvimento. No entanto, parece claro que o rumo dessas economias no presente, e mais ainda no futuro próximo, depende principalmente do que se chama, de modo geral, de consumo de massas, isto é, da existência e ampliação do mercado para as indústrias dinâmicas, basicamente as de bens de consumo durável e das indústrias intermediárias e de capital, que as apoiam.

Situando o problema jornalisticamente, poderíamos dizer que esses países dependem de um *mercado de massas – mas sem massas* que, com efeito, o sustentem e ampliem progressivamente rumo ao futuro (Pinto, [1965] 1973, p.85, grifos no original).

Após indicar e descartar uma mudança revolucionária, comentando, porém, que “até mesmo uma estratégia mais ‘moderada’ poderia exigir reduções na concentração da propriedade” (Pinto, [1965] 1973, p.97), o que é exemplificado com a reforma agrária, o autor apela, seguindo a boa tradição da Cepal, à intervenção do Estado para solucionar o problema e conclui:

(...) considerando em conjunto os efeitos eventuais de uma estratégia que envolva tanto os mecanismos da distribuição de renda como os da redesignação do progresso técnico, caberia uma alusão à possibilidade, nada desprezível, de que isso implique uma moderação do impulso do setor capitalista, que tem sido o foco dinâmico do sistema nos últimos anos (Pinto, [1965] 1973, p.103).

Colocada a questão nesses termos, resta pouco da confiança depositada pela Cepal nas virtudes intrínsecas do desenvolvimento econômico capitalista para garantir o progresso e a justiça social na América Latina. O desencanto de Furtado o leva a radicalizar suas proposições e a confiar ao socialismo a tarefa de romper a tendência inata do capitalismo latino-americano à estagnação. Sob sua aparente moderação, a conclusão de Pinto é igualmente desesperada: diante do aspecto perverso assumido pelo capitalismo latino-americano, cabe ao Estado restringir a expansão do setor moderno, ou seja, atuar contra o próprio desenvolvimento econômico, nos termos em que a Cepal o havia concebido.

A crise do desenvolvimento significou a perda da posição privilegiada que a Cepal havia alcançado em sua primeira década de funcionamento,

quando chegara a ser a agência ideológica por excelência da América Latina. A partir de sua nova posição de respeitável órgão técnico, a agência continuou a realizar estudos e a produzir relatórios da melhor qualidade. Porém, o processo do pensamento latino-americano a deixa para trás, dando lugar a novas manifestações teóricas.

### Referências bibliográficas

- CORDERA, Rolando (Org.). "Desarrollo y crisis de la economía mexicana". Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, *Lecturas* n.39, 1981.
- FURTADO, Celso. *Dialéctica del desarrollo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 1966.
- JUNIOR, Raimundo Arroio; BOWLING, Roberto Cabral. *El proceso de industrialización en México, 1940-1950: un modelo de superexplotación de la fuerza de trabajo*. Cidade do México: UNAM, Escuela Nacional de Economía, 1974, tese de licenciatura, ms.
- OLIVEIRA, Francisco de; MAZUCHELLI, Frederico. "Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)". In: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PINTO, Aníbal. "Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano". In: PINTO, Aníbal. *Inflación: raíces estructurales*. Cidade do México: FCE, [1965] 1973.
- PREBISCH, Raúl. *La obra de Prebisch en la Cepal*, t.I, seleção de Adolfo Gurrieri. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- QUIJANO, Aníbal. *Redefinición de la dependencia y marginalización en América Latina*. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos (Ceso), 1970.

# Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington\*

**Marcelo Carcanholo**

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nasceu como uma agência ligada à ONU, no sentido de pensar e difundir a teoria do desenvolvimento com base nas especificidades da região.

No plano teórico, uma de suas principais contribuições foi a crítica à teoria (neo)clássica do comércio internacional, assentada na hipótese das vantagens comparativas. Segundo o pensamento clássico da Cepal,<sup>1</sup> a tendência à deterioração dos termos de troca, desde 1870, implicaria transferências de renda da periferia do sistema capitalista em direção ao centro da economia mundial.

Segundo o diagnóstico desse pensamento, os países industrializados possuiriam um setor secundário importante e uma demanda dinâmica de trabalho, o que proporcionaria uma tendência a aumentos salariais e incentivos à tecnologia poupadora de trabalho. Essa incorporação de progresso técnico não levaria à redução dos preços,<sup>2</sup> o que explicaria a

\* Artigo publicado originalmente na *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre (Economia/UFRGS), v.26, n.49, mar. 2008.

1 Como pensamento clássico da Cepal, entenderemos o arcabouço analítico com perspectiva crítica que caracterizou o pensamento dessa comissão, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960, dentro do que se convencionou chamar “desenvolvimentismo”.

2 Na explicação primeira de Prebisch [1949] (2000), a razão básica estaria na maior organização trabalhista nas economias centrais, que criariam maior resistência a reduções salariais na fase descendente do ciclo e forte pressão por elevações salariais na fase ascendente.

deterioração dos termos de troca, em detrimento dos preços dos produtos exportados pela periferia.

Por outro lado, os países periféricos apresentariam um baixo desenvolvimento do setor industrial e não seriam capazes de produzir tecnologia, levando a uma dinâmica econômica de reduzida produtividade e baixa oferta de empregos. O resultado seria o alto desemprego e a redução dos salários. A permanência da divisão internacional do trabalho, calçada na hipótese das vantagens comparativas, só aprofundaria a brecha entre as economias centrais e as periféricas, perpetuando o subdesenvolvimento das últimas.

A proposta do pensamento clássico da Cepal incluía medidas corretivas no plano do comércio internacional, aliadas a uma política/estratégia econômica pró-industrialização, baseada no processo de substituição de importações, que promovesse o desenvolvimento e o fim ou pelo menos a redução da dependência em relação aos mercados internacionais. Essa proposta desenvolvimentista fornecia ao Estado um papel central na medida em que ele seria o responsável pelo planejamento desse desenvolvimento e por implementar a estratégia/política econômica adequada ao esforço industrializante.<sup>3</sup>

A proposta alternativa da Cepal para superar o subdesenvolvimento era a industrialização planejada e implementada por ações estatais – em detrimento dos sinais de mercado, como pregava, e continua pregando, o pensamento ortodoxo. Ou seja, tratava-se de uma proposta nacional-desenvolvimentista.

Dentro do pensamento crítico, essa proposta da Cepal foi alvo de muitas condenações,<sup>4</sup> seja porque desenvolvimento e subdesenvolvimento fossem tratados apenas como uma diferenciação quantitativa, não percebidos como uma relação dialética de oposição e unidade, seja porque a concepção de Estado fosse neutra, como se este estivesse fora da sociedade, alheio às contradições de classe, e possuísse uma racionalidade própria e autônoma, ou ainda porque não se acreditava que a industria-

3 Segundo Bielschowsky (2000, p.16) “seu [da Cepal] princípio normativo é a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana”.

4 Estas e outras críticas podem ser encontradas em Caputo e Pizarro (1970), Marini (1992, 1994) e Sotelo Valencia (2005).

lização resolveria os problemas do subdesenvolvimento e da dependência, apenas conferindo-lhes outras formas de manifestação.

De uma forma ou de outra, é inegável que o pensamento clássico da Cepal faz parte da tradição crítica ao pensamento ortodoxo-conservador. Para este, o subdesenvolvimento é, em primeiro lugar, uma condição originada por problemas, insuficiências e incapacidades dos próprios países subdesenvolvidos. Em segundo lugar, e em consequência do anterior, trata-se, portanto, de implementar *boas políticas* [sic], que, invariavelmente, significam o estabelecimento de uma economia de mercado, com pouca intervenção estatal, sem restrições aos fluxos internacionais de produtos, serviços e capitais, aceitando a divisão internacional do trabalho segundo a “lei” das vantagens comparativas.

Independente de todas as críticas que possam ser feitas à proposta clássica da Cepal, tratava-se de um pensamento crítico ao conservadorismo e à ortodoxia. O que pretendemos demonstrar aqui é que o pensamento da Nova Cepal, a partir dos anos 1990, renega essa característica crítica e passa a inserir-se dentro do pensamento ortodoxo, não podendo, portanto, constituir-se como alternativa ao desastre promovido pelo neoliberalismo na região.<sup>5</sup>

## 1. O pensamento contemporâneo da Cepal

A inflexão de rumos na Cepal pode ser percebida a partir de alguns trabalhos oficiais da Comissão. O principal desses documentos é de 1990, *Transformação produtiva com equidade*: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 90. Embora as questões centrais ainda sejam a apropriação do progresso técnico e a desigualdade relativa da renda nacional das economias periféricas, o tratamento dessas questões, as propostas de superação do subdesenvolvimento e o posicio-

<sup>5</sup> Esta tese também pode ser encontrada em outros trabalhos como Almeida Filho (2003) e Osorio (2004). O que se pretende aqui é ir além e especificar essa guinada da Cepal rumo à ortodoxia no que diz respeito ao processo de abertura externa. Nesse sentido, não concordamos com Almeida Filho (2003) quando ele assume a ideia de que as reformas neoliberais, dentro do Consenso de Washington, teriam um papel que se resumiria à estabilização macroeconômica. Acreditamos que, para além disso, essas reformas e, em específico, o processo de abertura externa jogam um papel decisivo no pensamento ortodoxo sobre crescimento e desenvolvimento.

namento diante do papel das reformas neoliberais é o que nos permitirá enquadrar a Nova Cepal dentro do posicionamento ortodoxo representado pelo Consenso de Washington.<sup>6</sup>

### 1.1. Reformismo conservador da Nova Cepal

A implementação das reformas neoliberais na América Latina, a partir dos anos 1990, ao contrário das promessas de seus defensores, provocou aumento das desigualdades, acentuação das restrições ao crescimento e maiores instabilidades e crises econômicas na região. O posicionamento com respeito às reformas neoliberais tornou-se obrigatório para qualquer perspectiva que se proponha alternativa na região.<sup>7</sup>

Para Bielschowsky (2000, p.63):

A Cepal dos anos 1990 logrou posicionar-se com grande habilidade entre os dois extremos. Não se colocou contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiá-las, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma “estratégia” reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos.

Em primeiro lugar, uma perspectiva teórica que pretenda posicionar-se entre dois extremos inconciliáveis – defender as reformas pró-mercado como estratégia de desenvolvimento ou argumentar que essas reformas só aprofundam os problemas estruturais das economias dependentes – não estaria, na verdade, posicionando-se, mas abstendo-se de algo que é impe-

6 Ao contrário do que pensa Bielschowsky (2000), não é a permanência dos temas que dá coesão teórica e metodológica a qualquer tipo de pensamento, mas a forma como são abordados. Subdesenvolvimento, pobreza, distribuição de renda, heterogeneidade, restrições externas não são temáticas exclusivas do pensamento crítico. Trabalhá-las a partir de uma concepção teórica e metodológica crítica e, portanto, não ortodoxa, é que faz de um pensamento ser crítico, alternativo.

7 A própria ortodoxia sente necessidade de reformular suas ideias – sem alteração do conteúdo – em virtude do fracasso das reformas neoliberais. O curioso é que essa reformulação da ortodoxia se dá seja pela afirmação de que as reformas não tiveram tempo de maturação, isto é, não houve tempo suficiente para que seus resultados aparecessem (Baer e Maloney, 1997), seja porque as reformas não teriam sido aplicadas corretamente e/ou integralmente (Kuczynski e Williamson, 2004). De uma forma ou de outra, a ortodoxia é incapaz de reconhecer que as reformas neoliberais aprofundam os problemas estruturais das economias dependentes e periféricas.

rativo no debate a respeito das estratégias de desenvolvimento. Em segundo lugar, não é verdade que a Nova Cepal assuma uma posição intermediária dos dois extremos, já que ela explicitamente apoia as reformas pró-mercado. Que a Nova Cepal defenda um “retoque” nas reformas, isso não a posiciona ao lado das perspectivas críticas ao neoliberalismo, ao contrário, como veremos adiante, isso é característica da atual fase do pensamento ortodoxo, dentro do que ele mesmo chama de pós-Consenso de Washington.

Segundo os próprios defensores do pensamento neoestruturalista<sup>8</sup> da Nova Cepal, seriam duas as características principais desse arcabouço. Por um lado, a primazia na definição do desenvolvimento seria do mercado; por outro, o Estado teria um papel de regulação e estímulo das decisões privadas, fator responsável, em última instância, pelo crescimento e desenvolvimento. Para Ramos (1997), isso tornaria específico o pensamento da Nova Cepal diante da visão clássica da Cepal, e também diante da proposta neoliberal da ortodoxia. O quadro 1 resume a ideia:

**Quadro 1** Orientação do desenvolvimento e papel do Estado

	Desenvolvimento para fora	Desenvolvimento para dentro
Estado passivo	Ortodoxia (neoliberal)	-
Estado ativo	Nova Cepal (neoestruturalismo)	Visão cepalina passada

Fonte: Ramos (1997)

Segundo esse autor, nenhuma perspectiva teórica defenderia um viés do desenvolvimento para o mercado interno, isto é, com restrições ao grau de abertura externa, ao mesmo tempo que o Estado fosse uma instituição meramente passiva no processo. O neoliberalismo defenderia a abertura externa das economias periféricas e o Estado mínimo, enquanto o pensamento clássico da Cepal seria totalmente oposto, com restrições ao grau de abertura da economia e privilégio do mercado interno, ao mesmo tempo que o Estado planejaria e direcionaria a estratégia de desenvolvimento.

Por outro lado, o neoestruturalismo da Nova Cepal defende a abertura da economia como forma de obter uma competitividade não espúria, através de baixos salários, mas pela via do mercado, com incentivo à concorrência externa e estímulo ao aumento da produtividade interna, aliada a um Estado que possuísse um papel ativo, regulando os mercados e priorizando as decisões privadas.

<sup>8</sup> Terminologia que eles mesmos empregam, como em Ramos (1997).

A forma reducionista (para dizer o mínimo) como diferentes estratégias de desenvolvimento são aqui tratadas deve ser criticada, em especial a visão implícita segundo a qual Estado e Mercado são antitéticos dentro da dinâmica capitalista. Mesmo assim, ela serve para nossos propósitos em dois sentidos. No primeiro, demonstra a necessidade imperativa que a Nova Cepal tem de se diferenciar da ideologia neoliberal, presente no Consenso de Washington. Como veremos adiante, em que pese todo o esforço de seus autores, isso não é conseguido. Além disso, uma observação mais apurada do quadro 1 já nos permitiria chegar a essa conclusão. O que diferencia, segundo seus próprios defensores, o pensamento da Nova Cepal da ortodoxia neoliberal, dado que os dois defendem o desenvolvimento para fora? A resposta está no papel do Estado. O neoliberalismo defenderia a passividade deste frente aos sinais de mercado, enquanto para a Nova Cepal ele seria ativo. Mas o que se entende por Estado ativo? Não se trata mais de direcionar, planejar, implementar uma política econômica que contrarie os sinais do mercado, mas de um Estado que regule os mercados, no sentido de garantir o melhor ambiente institucional para as decisões privadas, a livre-iniciativa e o estímulo à concorrência, ou seja, permitir ao mercado a primazia na definição do desenvolvimento. Se isso é um papel ativo para o Estado, dentro do neoestruturalismo, o que restaria para diferenciá-lo do pensamento ortodoxo neoliberal?

Com essa perspectiva, a estratégia proposta pela Nova Cepal é a da Transformação Produtiva com Equidade, ou da “reforma das reformas”.<sup>9</sup> A ideia é aproveitar as oportunidades oferecidas hoje dentro da maior competitividade internacional. O que se tem aqui é uma espécie de pragmatismo conservador. Como a economia mundial vive uma fase em que os países implementam reformas pró-mercado, em especial de aberturas de suas economias diante da concorrência internacional, não se deve retroceder nas reformas, muito menos rechaçá-las. Deve-se tomá-las como um dado e, a partir disso, buscar elementos de política para aproveitar as oportunidades e minimizar as mazelas sociais.

A aceitação da ideia ortodoxa segundo a qual as reformas neoliberais pró-mercado são a única forma possível para o desenvolvimento das economias emergentes, tendo o Estado apenas o papel de regular os mer-

<sup>9</sup> As duas expressões são utilizadas para sintetizar a agenda da Nova Cepal. A primeira dá título ao documento já citado (Cepal, 1990), enquanto a nomenclatura *Reforming the reforms* para essa agenda pode ser encontrada em Ocampo (1999) e Ffrench-Davis (1999).

cados para que estes possam dar a definição dos setores prioritários e das trajetórias do desenvolvimento, é o que nos permite entender o pensamento da Nova Cepal como um reformismo conservador:

O programa de investigação cepalina nos anos 1990 volta seu foco às transformações provocadas por outra mudança de modelo de acumulação na região, ou seja, a que se dá pela reorientação dos marcos regulatórios, por intermédio da liberalização dos mercados e pela reforma do Estado, especialmente via privatizações. Esse programa parte do reconhecimento de que esse conjunto de reformas liberalizantes pode ter influência positiva sobre o processo de crescimento, desde que seja bem conduzido (Bielschowsky, 2000, p.68).

#### 1.2. Papel da abertura externa: ciclo do endividamento virtuoso e abertura comercial

José Antonio Ocampo, secretário executivo da Cepal nos anos 1990, conseguiu resumir a perspectiva da Nova Cepal a respeito do novo contexto internacional que teria obrigado a agência a reformular seu pensamento. Para ele, existiriam consensos e discordâncias no debate econômico sobre a globalização financeira e o sistema financeiro internacional. Um dos principais consensos

é o amplo reconhecimento atual de que a liberalização da conta de capital deve ser ordenada e cautelosa, especialmente no que se refere aos fluxos de curto prazo, que deve ter como pré-requisito o desenvolvimento de fortes mecanismos de regulação e supervisão a nível nacional” (Ocampo, 1999, p.11).

Independente de qual seja o posicionamento da Nova Cepal a respeito dos pontos em que existe discórdia,<sup>10</sup> o que queremos ressaltar é a compreensão do neoestruturalismo sobre o que seria consenso. Não haveria nenhuma discordância de que a conta de capital deve ser liberalizada, aprofundando o grau de abertura financeira das economias perifé-

<sup>10</sup> Existiria discordância nos seguintes pontos: financiamento dos mecanismos de contingência; uso dos direitos especiais de saque junto ao FMI em momentos de crise; condições impostas pelo FMI dentro de pacotes de ajuda; manutenção da autonomia na administração da conta de capital, enquanto não exista um ordenamento adequado do sistema financeiro internacional; estabelecimento de instituições financeiras de caráter regional e sub-regional.

ricas, ainda que de forma ordenada e cautelosa. Essa cautela seria justificada pela volatilidade dos fluxos de capital de curto prazo, que deveria ser controlada por mecanismos de regulação e supervisão preventiva, exatamente como na proposta novo-keynesiana *a la* Stiglitz. A entrada de capital externo teria, portanto, um papel positivo, desde que se dirigisse para o financiamento do investimento produtivo.

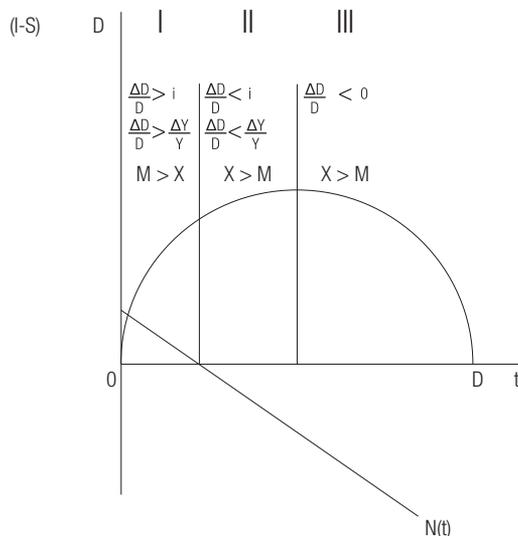
Sinteticamente, não se trataria de reduzir o grau de liberalização financeira externa, embora eles reconheçam que o capital externo gera instabilidade nas taxas de câmbio, no grau de controle da oferta de crédito e da demanda agregada, no preço dos ativos, nos passivos externos e na vulnerabilidade futura a novos choques externos. Mas se trata de utilizar a política regulatória, até de controle de capital quando necessário,<sup>11</sup> no sentido de incentivar os investimentos produtivos com capitais externos de longo prazo e desencorajar a entrada de capitais de curto prazo com interesses meramente especulativos.

Essa argumentação se assenta na ideia do ciclo de endividamento virtuoso (Cepal, 1998), segundo a qual existiriam três fases para que o financiamento externo do crescimento gerasse as divisas necessárias para saldar os compromissos assumidos inicialmente. Na primeira fase, em que a taxa de investimento do país é maior do que a poupança interna disponível, o *gap* existente é financiado pelo capital externo. Nesse período inicial, a dívida externa cresce mais rápido do que o PIB, porque os novos empréstimos são tomados para sustentar o déficit de poupança interna e o refinanciamento da dívida que porventura for vencendo. No período seguinte, o crescimento econômico conseguido com o financiamento externo produz um excesso de poupança interna com respeito aos níveis de investimento, o que lhe permitirá pagar progressivamente os juros da dívida contraída. O saldo comercial, por sua vez, passa a ser positivo nessa segunda fase, ao contrário da primei-

<sup>11</sup> A política regulatória que utilize controles de capital, no sentido de selecionar o capital externo, deveria controlar a entrada de capital, e não a saída, fazendo uma seleção qualitativa por meio da implementação de uma quarentena e/ou uma taxação decrescente conforme o prazo de permanência do capital. Não é proposto de forma alguma o controle quantitativo do capital externo. O importante é que esses controles de capital não signifiquem uma restrição à abertura externa, em primeiro lugar porque seriam transitórios, e em segundo lugar porque teriam um caráter meramente seletivo.

ra.<sup>12</sup> Isso possibilita que a taxa de crescimento da dívida decline gradualmente até se tornar inferior à taxa de crescimento do PIB e que o estoque de dívida pare de crescer. Na última fase, o crescimento econômico e a expansão do excedente de poupança interna permitem que o país pague os juros da dívida e comece a amortizar o principal, até que ela se anule.

**Gráfico 1** Fases do financiamento externo e hiato de poupança



O gráfico 1 mostra essas três fases do ciclo do endividamento virtuoso. A passagem da fase I para a fase II ocorre justamente quando o hiato de poupança  $N(t)$  passa a ser negativo, ou seja, quando a poupança interna, gerada pelo crescimento econômico que foi financiado externamente, começa a superar o investimento. Portanto, é a partir desse ponto que a balança comercial se reverte; de negativa ela passa a ser positiva. Em razão disso, nessa segunda fase a taxa de crescimento do estoque do endividamento externo começa a declinar. A passagem da fase II para a fase III se dá no ponto de maior valor do estoque de endividamento externo. A partir dessa terceira fase, o valor desse estoque passa a cair até o momento em que ele se anula.

<sup>12</sup> Com déficit orçamentário nulo, a identidade básica macroeconômica garante que um excesso de investimento sobre poupança interna se traduza em déficits comerciais, no primeiro caso, e vice-versa no segundo.

Essa ideia que embasa o pensamento cepalino só se sustenta se forem observadas cinco premissas. Inicialmente, a entrada de capital externo não pode financiar o consumo interno, mas deve se dirigir para investimentos produtivos que permitam o crescimento econômico posterior. Em segundo lugar, e relacionado com o anterior, o capital externo não pode ser de curto prazo com interesses meramente especulativos para aproveitar-se de ganhos de arbitragem, mas deve ser direcionado para aplicações de longo prazo. Por último, o acréscimo de investimento produtivo deve se traduzir em expansão de produção de bens transacionáveis no mercado externo, pois é a geração de saldos comerciais positivos que garantirá o pagamento do endividamento externo. Nesse momento é que aparece o papel da política comercial. Não se trata, como visto, de recuar nas reformas comerciais neoliberais, mas de tomá-las como ponto de partida. As políticas comerciais seletivas, segundo a agenda cepalina, estariam orientadas a superar as insuficiências dos mercados e a aproveitar as externalidades, de forma a garantir que o acréscimo de capacidade produtiva fosse voltado para a promoção das exportações.

Essas três premissas para que “funcione” o ciclo do endividamento virtuoso são reconhecidas pela Nova Cepal, mas existem outras duas. Para que a economia em questão consiga gerar os recursos (poupança interna e saldos comerciais) com capacidade para pagar o endividamento contraído, que possibilita o financiamento do investimento e do crescimento, é necessário que a taxa de correção dessa dívida seja estável ou, no mínimo, que não seja muito volátil. Se as taxas de juros internacionais que corrigem o endividamento crescerem, o pagamento de juros crescerá, a economia necessitará refinar os seus débitos e, portanto, o endividamento crescerá. No gráfico 1, isso implicará que o ponto máximo da curva da dívida (na separação entre as fases II e III) se deslocaria para a direita, assim como o pagamento total do endividamento, no momento em que a dívida fosse zerada. No limite, esse crescimento da dívida em razão do aumento das taxas de juros poderia inviabilizar seu pagamento, em razão da insuficiente criação de recursos internos para pagar um endividamento crescente, transformando um problema de liquidez em problema de insolvência.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Adaptando a linguagem de Minsky para um caso de uma economia em suas relações com o exterior, é como se essa estrutura de financiamento se transformasse de *hedge* em especulativa ou Ponzi, acentuando a fragilidade financeira e potencializando a possibilidade de ocorrência de uma crise. De virtuoso, o ciclo de endividamento se tornaria vicioso.

Há ainda outra premissa não reconhecida pela Nova Cepal para que funcione o ciclo do endividamento virtuoso. Se o financiamento externo ocorrer com uma boa parcela de investimento direto estrangeiro, é preciso que exista um controle sobre a remessa futura de lucros e dividendos. A entrada de capital produtivo externo pode aumentar a produção interna de riqueza, se observadas as premissas anteriores, mas a sua apropriação/acumulação não tem garantia de ocorrer internamente. A tendência do capital externo, ao se apropriar dos lucros e dividendos, é remetê-los em grande parte para suas matrizes ou para investimentos em outras localidades. Isso provoca uma saída de recursos pela balança de serviços, pressionando negativamente as transações correntes e aumentando a necessidade de financiamento externo. O endividamento pode se tornar explosivo e provocar as mesmas consequências da elevação das taxas de juros internacionais.

Obviamente, a Nova Cepal não deve desconhecer essas premissas adicionais para que tenha validade o seu modelo para o capital externo. Entretanto, reconhecer a necessidade de algum controle sobre a remessa de lucros e dividendos significa reconhecer a necessidade de restringir o grau de liberalização do capital externo, o que se choca com a premissa neoestruturalista de não questionar as reformas neoliberais.

Ainda assim, a principal pista para constatar o caráter ortodoxo da Nova Cepal está na premissa teórica que sustenta o modelo de endividamento virtuoso: o hiato de poupança interna. Existiria a necessidade de atrair capital externo única e exclusivamente porque a poupança interna seria insuficiente para financiar os investimentos necessários para retomar o crescimento. Tomando a identidade macroeconômica básica e desconsiderando a poupança do governo, o maior investimento interno sobre a poupança implicaria saldos comerciais negativos, que devem ser financiados com entrada de capital, isto é, com poupança externa. A premissa teórica que está por trás desse raciocínio é que um fluxo maior de investimentos só é possível se existir poupança acumulada previamente, ainda que seja externa. Ora, a determinação do investimento por uma poupança prévia é justamente a hipótese básica de qualquer modelo ou teoria ortodoxa.

Como já se viu, a abertura comercial também tem o seu papel dentro dessa perspectiva. A transformação produtiva deveria acontecer por um aumento de competitividade não oriundo de reduções de salário real. Assim, além do fato de a reversão da política de abertura comercial pos-

suir um custo muito alto, sendo conveniente mantê-la, o seu aprofundamento seria defensável como forma de estímulo à incorporação de progresso técnico e elevação da produtividade. Segundo Bielschowsky (2000, p.65), “propõe-se uma maior abertura da economia, gradual e seletiva, como meio de introduzir o progresso técnico e o aumento da produtividade”. Como visto, o caráter seletivo da política comercial não procura recuar na reforma, mas superar eventuais falhas de mercado.

A defesa das reformas neoliberais, em específico dos processos de abertura comercial e financeira, é que coloca a Nova Cepal dentro do pensamento ortodoxo contemporâneo. Que seja proposta uma "reforma das reformas", no sentido de torná-las graduais e seletivas, em nada modifica a situação.

## 2. A estratégia neoliberal de desenvolvimento do Consenso de Washington

Ao contrário do que se costuma supor, o ajuste neoliberal e, em específico, as políticas propostas na tradição do Consenso de Washington não se resumem à estabilização macroeconômica, mas conformam uma concepção de desenvolvimento da qual a primeira é apenas um componente.<sup>14</sup> Pode-se dividir o programa de ajuste neoliberal em três elementos ou componentes distintos.<sup>15</sup>

O primeiro componente seria o da estabilização macroeconômica, com o objetivo de reduzir a inflação e controlar as contas governamentais. Não se pode dizer que haja uma política econômica de estabilização claramente neoliberal, apenas que o fracasso das políticas ortodoxas para completar esse elemento do programa neoliberal provocou a introdução de instru-

<sup>14</sup> “Este enfoque [neoliberal] tem se refletido em algumas reformas fundamentais das políticas e dos mercados, e tem um duplo objetivo de estabilização macroeconômica e desenvolvimento da competitividade internacional” (Rosenthal, 1996, p.11). Este último aspecto é que propiciaria o crescimento de mais longo prazo, como reconhece esse importante autor do novo pensamento cepalino.

<sup>15</sup> Na realidade, Fiori (1997, p.12) define o programa neoliberal em três fases. O termo “fase”, empregado por ele, talvez não seja o melhor, pois pode dar a ideia de uma sequência necessária e mecânica, sem interfaces. Cano (1999, p.300) prefere falar em dois principais conjuntos que compõem as reformas neoliberais. Esses dois conjuntos correspondem às duas primeiras fases definidas por Fiori: estabilização e reformas estruturais.

mentos heterodoxos no combate à inflação, como a utilização da âncora cambial, seja na forma de regimes dolarizados ou de bandas cambiais.<sup>16</sup>

As reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de serviços públicos, a eliminação da maior parte dos subsídios, garantindo a liberalização dos preços, e a abertura financeira formam o segundo elemento. São precondições estruturais que possibilitam o funcionamento da economia de mercado, com prudência fiscal, apoiadas na iniciativa privada que, para o pensamento neoliberal, garantem o terceiro elemento do programa com a retomada dos investimentos e o crescimento econômico associado à distribuição de renda para os países periféricos.<sup>17</sup> A economia de mercado, funcionando sem intervenções e/ou regulamentações, levaria à *ordem natural harmônica*, ao desenvolvimento econômico.

Evidentemente, a sequência aqui ilustrada de implementação desse programa não é tão mecânica. Há instrumentos da fase de reformas estruturais, por exemplo, que ajudam na estabilização macroeconômica, ou seja, podem existir situações concretas em que instrumentos das duas primeiras fases se sobreponham. A abertura comercial, elemento das reformas estruturais, promove a concorrência entre os produtos importados e os nacionais, o que tende a reduzir os preços domésticos. A desregulamentação do mercado de trabalho, por sua vez, pode reduzir os custos da mão de obra, segundo o discurso neoliberal, na medida em que diminui os encargos sobre ela, proporcionando o aumento do número de vagas no mercado de trabalho e contribuindo também para o combate à inflação.

Essa característica leva alguns autores a argumentar que não é possível chamar o enfoque neoliberal de paradigma por causa de suas diferentes aplicações práticas em termos de instrumentos, ritmo de implementação, sequência e combinação de políticas, em função das diversas especificidades dos países que implementaram esse tipo de enfoque. Rosenthal

<sup>16</sup> Portanto, não é possível qualquer tipo de identificação do ajuste neoliberal apenas com políticas ortodoxas de administração de demanda, ainda que estas tenham sido aplicadas em algum momento.

<sup>17</sup> É nesse ponto que se define o maior perigo de entender o termo “fase” como algo necessariamente sequencial. Assim procedendo, acaba-se por aceitar o argumento neoliberal de que o desenvolvimento (fase III) é fruto necessário das reformas neoliberais (fase II). Embora isso não passe de um *wishful thinking*, é exatamente assim que o argumento costuma ser apresentado por seus simpatizantes.

(1996) cita os distintos regimes cambiais adotados, as diferentes políticas de estabilização macroeconômica e a forma diferenciada como foi liberalizada a conta de capital como exemplos desse tipo de argumento.

Entretanto, a diversidade de formas de implementação da estabilização e da abertura externa não é o que define o programa neoliberal, mas a natureza das reformas. Em primeiro lugar, é importante a estabilização macroeconômica, independentemente da forma (ortodoxa ou heterodoxa) utilizada, pois ela é considerada uma pré-condição para os outros dois componentes do programa.<sup>18</sup> Entretanto, a principal diretriz do programa neoliberal, dada a estabilização, são as reformas estruturais que, supostamente, garantiriam o crescimento e o desenvolvimento futuros, pois elas gerariam a concorrência entre a iniciativa privada, levando a ganhos de produtividade e competitividade. Em suma, a política neoliberal se define por um ideário de mais longo prazo, uma concepção de desenvolvimento, embora tenha como pré-condição uma política de estabilização de curto prazo, ortodoxa ou não.<sup>19</sup>

### 2.1. A revisão do pensamento ortodoxo para justificar a abertura externa

Entre as reformas estruturais, a abertura externa é uma das mais importantes, até como forma de obter o financiamento externo e incentivar a concorrência e a produtividade, fatores tidos como necessários para a retomada do crescimento. Essa abertura externa é composta tanto pela abertura comercial como pela liberalização financeiro-cambial. No que se refere a esta última, um maior grau de abertura significa maior facilidade dos residentes para adquirir direitos e assumir obrigações em moeda estrangeira, e dos não residentes em acessar os vários setores do mercado financeiro local (Akyuz, 1992). Especificamente no que se refere à abertura externa, o pensamento neoliberal passou de uma defesa do trata-

<sup>18</sup> A estabilização é um dos principais componentes para a obtenção dos chamados fundamentos que, após a abertura externa, garantem a absorção de capitais externos.

<sup>19</sup> Nesse sentido, o Plano Real fez parte de um programa neoliberal de desenvolvimento “por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo (...) para que só depois de restaurada numa economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento” (Fiori, 1997, p.14). Para o mesmo aspecto, só que para o caso chileno da década de 1970, ver Foxley (1988).

mento de choque para um argumento sequencial (Mckinnon, 1973 e 1991). O tratamento de choque ou liberalização radical não se preocupava com alguma sequência na liberalização comercial e da conta de capital, limitando-se a apregoar as benesses das duas.

Após a primeira fase em que o argumento ortodoxo da liberalização radical e do tratamento de choque não foram respaldados pelas experiências latino-americanas da década de 1970, a explicação convencional passou para um segundo momento em que se defendeu o argumento sequencial. Segundo ele, a simultaneidade do processo de abertura poderia levar a um superendividamento externo e à valorização cambial, uma vez que, com a desrepressão financeira, as taxas de juros domésticas seriam superiores às internacionais, provocando uma forte e súbita entrada de capitais. Isso traria o superendividamento externo e a valorização cambial. Esta última, em conjunto com a abertura comercial, levaria a fortes saldos negativos na balança comercial, o que poderia comprometer as contas externas do país em questão. Além disso, a simultaneidade do processo de abertura poderia levar ao financiamento da importação de bens de consumo, o que implicaria a redução da importação de bens de investimento e a diminuição do investimento nos setores produtores de bens exportáveis.

É por isso que a abertura externa deve dar-se de forma sequencial. A sequência ótima proposta por Mckinnon (1991, p.4-10) deveria ser iniciada por uma reforma fiscal que reduzisse a rigidez nas taxas de juros, ou seja, reduzisse a necessidade de rolagem da dívida pública com custos cada vez maiores. A ideia dessa primeira etapa é a de que, com uma reforma fiscal consequente, o Estado reduzisse os seus déficits e, com isso, a necessidade de financiá-los com novo endividamento público. Isto, ao mesmo tempo que reduziria o déficit público, influiria positivamente nas expectativas dos agentes quanto à capacidade do setor público de honrar seus compromissos, o que reduziria as taxas de juros pagas sobre novos títulos públicos lançados no mercado.

A segunda etapa seria a desregulamentação financeira doméstica, através da eliminação de recursos e créditos dirigidos e dos créditos preferenciais, da redução das reservas compulsórias impostas aos bancos, da redução/eliminação de outras restrições bancárias, como a obrigatoriedade de compra de títulos públicos e requisitos mínimos para crédito, e da desregulamentação dos tipos e estruturas de passivos. Além disso, a liberalização financeira interna requereria a privatização dos bancos estatais e das instituições

de seguro. O objetivo central seria dar exclusividade ao mercado na alocação dos recursos financeiros e na determinação da taxa de juros. As duas primeiras etapas completariam a desrepressão financeira interna.<sup>20</sup> A principal vantagem desta, segundo tal perspectiva, é dada pelo fato de que ela permitiria sanar o determinante do atraso econômico dos países periféricos: escassez crônica de poupança interna. A repressão financeira significaria o controle e/ou determinação da taxa de juros por mecanismos extramercado, mantendo essa taxa em patamares artificialmente baixos, reprimindo a poupança e a oferta de crédito. Completada a desrepressão, o acréscimo de poupança financeira o investimento em expansão.

Dando início à abertura externa, a terceira etapa teria que ser a unificação do mercado cambial, antes da liberalização externa, para acabar com as discriminações contra exportadores e/ou importadores potenciais. A quarta etapa é a da abertura comercial que, segundo Krueger (1978) e Bhagwati (1978), também deveria ser feita em sequência. Inicialmente, seriam eliminadas gradualmente as cotas de importação, ao mesmo tempo que se promove uma desvalorização da taxa de câmbio que se traduza em desvalorização da taxa de câmbio real, a fim de reduzir o viés antiexportador das economias fechadas e prevenir a ocorrência de déficits na balança comercial. Em seguida, as cotas seriam convertidas em tarifas, de forma a acabar com as barreiras não tarifárias. Por último, estabelecer-se-ia a plena conversibilidade em conta corrente, seriam reduzidas as tarifas médias de proteção e não seriam mais utilizadas cotas como forma de atenuar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Completada a abertura comercial, seria implementada a quinta e última etapa da sequência ótima de abertura externa, a liberalização financeira externa.

Todas essas reformas deveriam, evidentemente, ser precedidas de uma estabilização macroeconômica que garantisse a credibilidade para a implementação das primeiras. A implementação dessa sequência ótima garantiria o cumprimento de uma disciplina econômica (obtenção dos tais *fundamentals*) que sustentaria a continuidade de entrada de capital externo, financiando o desenvolvimento econômico.

As crises financeiras e cambiais a partir de meados da década de 1990 obrigaram o pensamento ortodoxo a se reformular mais uma vez. Na sua constante luta contra as evidências empíricas em busca de se adequar

<sup>20</sup> Uma excelente análise crítica dessa perspectiva se encontra em Cintra (1999).

*ex-post* aos fatos, o pensamento convencional entrou em uma terceira fase reconhecendo que a sequência das reformas é importante, porém insuficiente, e pode levar a instabilidades financeiras e crises cambiais.<sup>21</sup>

Como as críticas à liberalização financeira costumam se assentar na ineficiência dos mercados, a terceira fase do pensamento ortodoxo tende a complementar o argumento sequencial com medidas que minimizam essas imperfeições de mercado.

No que se refere aos mercados financeiros, sua ineficiência estaria dada muito mais pela existência de informações assimétricas do que pela liberalização em si. A fragilidade financeira, característica das economias que enfrentaram crises financeiras e/ou cambiais, teria origem no caráter incompleto das informações relevantes para que os agentes tomem suas decisões nos mercados financeiros e não em algo intrínseco à própria natureza destes. A existência de informações assimétricas em um processo de abertura financeira geraria alguns problemas para a eficiência desses mercados: (i) racionamento de crédito, uma vez que os credores não possuiriam todas as informações necessárias sobre os tomadores de empréstimos (Devlin et al, 1997); (ii) seleção adversa, segundo a qual os investimentos com menores chances de sucesso “expulsariam” do mercado aqueles com maiores chances, justamente pela impossibilidade de os credores hierarquizarem perfeitamente os planos de investimento segundo suas diferentes viabilidades (Eichengreen et al, 1998 e 1999); (iii) risco moral, em que a existência de emprestadores de última instância com atuação não seletiva faz com que os agentes em dificuldades sintam segurança em tomar empréstimos para investir em operações cada vez mais arriscadas (Demirgüç-Kunt e Detragiache, 1998); e, (iv) comportamentos de manada, onde os agentes sem informação privilegiada procurariam seguir aqueles que pretensamente a possuíssem, o que poderia redundar em tendências autorreferendadas.

Dessa forma, embora a sequência na abertura externa seja uma medida importante, as imperfeições relativas às informações assimétricas nos mercados financeiros exigiriam uma intervenção estatal corretiva, composta por uma supervisão das instituições financeiras, uma regulação preventiva e um comportamento mais cuidadoso e seletivo do empregador

<sup>21</sup> Esses argumentos podem ser encontrados em Eichengreen et al (1999), Demirgüç-Kunt e Detragiache (1998) e Stiglitz (1999).

de última instância.<sup>22</sup> Apesar de se requerer essa intervenção, é evidente que ela só se define como uma forma complementar às determinações do mercado financeiro, ou melhor, é apenas um meio de fornecer um ambiente econômico mais estável para que os agentes possam fazer uso das informações disponíveis da melhor forma possível. Não se trata em nenhuma hipótese de restringir a liberalização financeira, mas apenas de complementá-la com um aparato regulatório. As benesses do funcionamento dos mercados continuam sendo apregoadas. Isto é claro quando Stiglitz (1999, p.106) afirma que “a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento de longo prazo requerem mercados financeiros sólidos. Mas a agenda para gerá-los não pode confundir meios com fins; o redesenho do sistema regulatório, e não da liberalização financeira, deve ser o instrumento”.

Este é o atual “estado das artes” da argumentação a favor da liberalização financeira externa. Resta saber quando a realidade do comportamento dos mercados financeiros obrigará a concepção ortodoxa a uma nova revisão (reforma) dos seus argumentos. Até lá, a intervenção estatal, apenas no sentido regulatório, ainda é importante, já que os benefícios da abertura sequencial parecem demorar a acontecer.<sup>23</sup>

O caráter ineficiente ou incompleto dos mercados também é o que orienta o revisionismo presente nos “novos” modelos do comércio internacional. É justamente porque as hipóteses do modelo tradicional Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS) de retornos constantes de escala, que leva ao equilíbrio competitivo, e de existência de equilíbrio com concorrência perfeita não se verificam no real-concreto que surgem situações em que se vislumbram formas de proteção comercial. Como os mercados costumam operar com retornos crescentes e concorrência imperfeita, a política comercial ativa possui um papel importante em duas frentes (Krugman, 1988):

<sup>22</sup> “Com estas salvaguardas, a liberalização se torna não apenas inevitável, mas claramente benéfica” (Eichengreen et al, 1999, p.10).

<sup>23</sup> Por mais incrível que possa parecer, é exatamente isto que Fanelli e Frenkel (1994) argumentam. Segundo eles, os benefícios da abertura podem levar até uma década! Em outras palavras, não resta mais nada a fazer (além da presença regulatória do Estado) a não ser esperar.

(I) ela pode ser utilizada para reduzir o poder de mercado das empresas estrangeiras no mercado interno, tanto no que se refere às importações como ao investimento direto;

(II) ela pode reforçar o poder de mercado das empresas nacionais em sua competição no estrangeiro.

Ainda que esses “novos” teóricos do comércio internacional sejam menos dogmáticos a respeito dos custos do protecionismo, eles aceitam muitos dos postulados de seus predecessores (Taylor, 1988, p.84). Os primeiros não rebatem o argumento da vantagem comparativa como fonte de especialização. Ao contrário, eles a complementam, de forma que o padrão de comércio continua sendo determinado pelas preferências, tecnologias e recursos dos países, mas também por razões como as economias de escala.

Isso faz com que a melhor política para as imperfeições de mercado diagnosticáveis seja a atuação direta sobre elas, de forma a *corrigir as falhas de mercado*. As políticas comerciais só se justificam em situações em que essas falhas tenham origem no contexto internacional e, portanto, não sejam passíveis de tratamento mediante uma política nacional. Assim, “não há nada até agora na nova teoria que possa restabelecer a respeitabilidade intelectual da estratégia de substituição de importações. A industrialização com substituição de importações é vista de forma ainda pior na nova teoria do que na teoria tradicional” (Krugman, 1988, p.58). Por essas palavras daquele que talvez seja o maior propagandista da “nova” teoria, pode-se concluir que a proteção comercial não só é rejeitada enquanto estratégia de desenvolvimento como ainda o é em grau mais elevado que antes. A abertura comercial continua sendo a meta, embora eventuais imperfeições de mercado deem espaço a políticas comerciais ativas, mas de caráter corretivo e até transitório.

Qual é a relação dessa tradição com a proposta de estratégia de desenvolvimento da Nova Cepal?

### **3. Notas conclusivas sobre a identidade entre o pensamento conservador e a Nova Cepal**

Essa perspectiva revisionista de correção das imperfeições de mercado também pode ser encontrada nos trabalhos recentes da Cepal, dentro da ideia de “reforma das reformas”. Segundo essa visão, os países periféricos,

em especial os da América Latina e do Caribe, não deveriam retroceder nas reformas neoliberais, muito menos rechaçá-las. Pelo contrário, deveriam tomar as reformas como um dado e, a partir delas, buscar os elementos de política que conseguissem aumentar o grau de equidade social.<sup>24</sup>

Do ponto de vista geral da estratégia de desenvolvimento, um dos principais autores da Nova Cepal acaba concluindo o mesmo:

(...) por certo, os princípios que inspiram esta virada [neoliberal] – a economia de mercado, a propriedade privada, a prudência fiscal e o protagonismo do setor privado – são patrimônio das principais correntes do pensamento econômico atual: do neoliberalismo por um lado e do neoestruturalismo por outro” (Ramos, 1997, p.16).

A diferença que existiria entre as duas correntes, segundo o próprio autor, é que os neoestruturalistas (neocepalinos) acreditariam que esses princípios são condição necessária para o desenvolvimento, mas não suficiente. Restaria ao Estado corrigir as falhas do mercado, especificamente implementando medidas adicionais para evitar problemas distributivos, já que as reformas neoliberais trazem resultados apenas no longo prazo. Se esse autor tiver razão, o projeto *Reforming the reforms* da Nova Cepal não parece estar muito longe do revisionismo do pós-Consenso de Washington, como define Stiglitz (1999): o Estado como suporte da natureza e lógica dos mercados.

Em suma, a nova proposta cepalina não é de reversão das reformas, mas de gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura comercial e da liberalização financeira externa, de forma a canalizar o capital externo para atividades produtivas voltadas preferencialmente para as exportações, ao mesmo tempo que se procura a equidade social, embora as políticas para tanto sejam muito mais de caráter compensatório do que de reversão de estratégia de desenvolvimento propriamente dita.<sup>25</sup> A agenda cepalina de "reforma das reformas" parece significar muito mais um gerenciamento das "imperfeições" das reformas neoliberais do que

<sup>24</sup> Na Nova Cepal, o reformismo pelo lado macroeconômico converge com o reformismo pelo lado social expresso pela visão da "transformação produtiva com equidade".

<sup>25</sup> Como se a desigualdade social e a concentração de renda já não fossem algo inerente ao modelo adotado, o que obviamente daria a políticas sociais compensatórias um caráter meramente concessivo. Para as propostas cepalinas na área social, ver Cepal (1990 e 1997).

uma concepção significativamente distinta de desenvolvimento. No passado, a Cepal caminhava em sentido contrário ao ideário liberal-conservador-ortodoxo. Atualmente, acompanha o pensamento convencional, isso quando não vai a reboque do revisionismo, com seu modelo de “reforma das reformas”.

### Referências bibliográficas

- AKYUZ, Yilmaz. “On financial openness in developing countries”, *Working Paper*, Unctad, Genebra, 1992.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. “O desenvolvimento da América Latina na perspectiva da Cepal dos anos 1990: correção de rumos ou mudança de concepção?”. In: FERRAZ, João Carlos; CROCCO, Marco; ELIAS, Luis Antonio (Orgs.). *Liberalização econômica e desenvolvimento: modelos, políticas e restrições*. São Paulo: Futura, 2003.
- BAER, Werner; MALONEY, William. “Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina”, *Revista de Economia Política*, v.17, n.3 (67), jul.-set. 1997, p.39-62.
- BHAGWATI, Jagdish. *Anatomy and consequences of exchange control regimes*. Cambridge, MA, Ballinger Pub. Co. para NBER, 1978.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CANO, Wilson. “América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo”. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Cuadernos de Estudios Sócio-Económicos, Cesó, Universidad de Chile, 1970.
- CEPAL. *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago, mar. 1990.
- \_\_\_\_\_. *La brecha de la equidad: América Latina, el Caribe y la cumbre social*. Cepal/ONU, 1997.

- CEPAL. *América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*. 2ª ed. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- CINTRA, Marcos. *Uma visão crítica da teoria da repressão financeira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- DEMIRGUÇ-KUNT, Asli; DETRAGIACHE, Enrica. "Financial liberalization and financial fragility", *IMF Working Paper 93/83*, Washington DC, 1998.
- DEVLIN, Robert; FFRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, Stephany. "Fluxos de capital e desenvolvimento: implicações para as políticas econômicas". In: FFRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, Stephany (orgs.). *Os fluxos financeiros na América Latina: um desafio ao progresso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- EICHENGREEN, Barry et al. "Capital account liberalization: theoretical and practical aspects", *IMF Occasional Papers*, n.172, Washington DC, 1998.
- \_\_\_\_\_. "Liberalizing capital movements: some analytical issues", *IMF Economic Issues*, n.17, Washington DC, 1999.
- FANELLI, José María; FRENKEL, Roberto. "Gradualisme, traitement de choc et périodisation", *Revue Tiers Monde*, t.XXXV, n.139, jul.-set. 1994.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Macroeconomía, comercio y finanzas: para reformar las reformas en América Latina*. Santiago: Cepal/McGraw-Hill, 1999.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOXLEY, Alejandro. *Experimentos neoliberales en América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- KRUEGER, Anne. *Foreign trade regimes and economic development: liberalization attempts and consequences*, Cambridge, MA, Ballinger Pub. Co. para NBER, 1978.
- KRUGMAN, Paul. "La nueva teoría del comercio internacional y los países menos desarrollados", *El Trimestre Económico*, v.LV(1), n.217, jan.-mar. 1988.
- KUCZYNSKI, Pablo; WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- \_\_\_\_\_. "La crisis del desarrollismo". In: MARINI, Ruy Mauro e MILLÁN, Mária (Orgs.). *La teoría social latino-americana*, tomo II. Cidade do México, El Caballito, 1994.

- MCKINNON, Ronald. *Money and capital in economic development*. Washington DC: Brookings Institution, 1973.
- \_\_\_\_\_. *The order of economic liberalization: financial control in the transition to a market economy*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1991.
- OCAMPO, José Antonio. *La reforma del sistema financiero internacional: un debate en marcha*. Santiago: Fondo de Cultura Económica/Cepal, 1999.
- OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. Cidade do México: Universidad Autónoma de Zacatecas/Grupo Editorial Miguel Ángel Porrua, 2004.
- PREBISCH, Raúl. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RAMOS, Joseph. “Un balance de las reformas estructurales en América Latina”, *Revista de la Cepal*, n.62, Santiago, 1997.
- ROSENTHAL, Gert. “La evolución de las ideas políticas para el desarrollo”, *Revista de la Cepal*, n.60, Santiago, dez. 1996, p.7-20.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. *América Latina: de crisis y paradigmas – la teoría de la dependencia el siglo XXI*. Cidade do México, Plaza y Valdés, 2005.
- STIGLITZ, Joseph. “More instruments and broader goals: moving toward the post-washington consensus”, *Revista de Economía Política*, v.19, n.1 (73), jan.-mar. 1999.
- TAYLOR, Lance. “La apertura económica: problemas hasta fines del siglo”, *El Trimestre Económico*, v.LV(1), n.217, jan.-mar. 1988.



# Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica

Alexis Saludjian

Ainda no início do segundo semestre de 2008, alguns economistas e centros de decisões políticas consideravam que a América Latina estaria no amanhecer de um novo ciclo durável de crescimento econômico, protegida das flutuações econômicas que abalavam as economias dos países centrais desde a crise do *subprime* de 2007. A retomada da economia argentina, da ordem de 8% de crescimento anual do PIB de 2003 a 2007, seria o melhor exemplo disso. O Brasil e o México, em um nível mais baixo, cresceram, respectivamente, 3,8% e 3,7% a partir de 2004. Com esses resultados de 2003 a 2007 é difícil acreditar que quatro ou cinco anos antes grande parte da região mergulhava numa crise mais ou menos profunda, especialmente em decorrência da catástrofe argentina (1999-2002) e das graves crises políticas na Bolívia, Equador e Venezuela, resultantes de problemas econômicos e das correntes especulativas que precederam as eleições de 2002 no Brasil.

No entanto, desde o final de 2008 e em 2009, a crise se enraizou e a situação da América Latina ficou exposta a grandes incertezas. Para 2009, a previsão de “crescimento” na região é de -1,9% (Cepal, 2009; Salama, 2009). Além do curto prazo e das previsões sobre a retomada, uma visão de mais longo prazo torna-se necessária quando nos perguntamos sobre as estratégias de desenvolvimento.

No que se refere às estratégias de desenvolvimento e de políticas econômicas, alguns dirigentes políticos, alguns partidos tradicionais e certos economistas tendem, confiantes nos “bons resultados” macroeconômicos desde 2003, a se distanciar das políticas econômicas que levaram

às crises do período anterior. A crítica da abordagem das instituições internacionais, como a do FMI, a do Bird e, mais especificamente, a do neoliberalismo em sua versão do Consenso de Washington, tornou-se indispensável para os economistas e para os responsáveis por decisões políticas que querem continuar a ser ouvidos e a permanecer em contato com as realidades econômicas, políticas e sociais. É o caso de Stiglitz, após sua passagem pelo Banco Mundial e suas experiências como formulador de políticas do desenvolvimento, narradas em sua “grande desilusão”.<sup>1</sup> Essas críticas eram muito mais raras no início da década de 1990, no período de “O fim da história”, de Fukuyama, e do liberalismo triunfante; entretanto, elas existiam.<sup>2</sup>

Para que as crises não se reproduzam em poucos anos na América Latina é necessário analisar não só os fundamentos econômicos que sustentam interesses políticos, como os da Transformação Produtiva com Equidade (TPE) proposta pela Cepal em 1990, mas também suas reformulações recentes. É esse o objetivo deste texto.

Os modelos de inserção na economia mundial, a partir de 1990, devem ser estudados em um contexto histórico de desenvolvimento do pensamento econômico. O estudo das teorias da Cepal durante seis décadas de existência é o tema deste estudo, no qual serão apresentadas rapidamente as teses estruturalistas dos primeiros economistas da instituição nos anos 1950<sup>3</sup> para, em seguida, examinar as análises dos neoestruturalistas dos anos 1990. As três últimas seções irão tratar das novas versões de análises neoestruturalistas da Cepal (pós-2003) e da comparação das duas abordagens relatadas anteriormente.

1 É possível compreender a amplitude de sua desilusão quando nos lembramos que o prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz está na origem da nova teoria do comércio internacional com seu artigo escrito, em 1977, em coautoria com Avinash Dixit. Ver Stiglitz (2002 e 2005), em que ele retoma a conferência que proferiu na ocasião em que foi convidado para a Cátedra Raúl Prebisch, da Cepal, em agosto de 2002.

2 Ver Salama e Valier (1994); Calcagno e Calcagno (1995).

3 Nesta versão do artigo, dado o limite de tamanho, remetemos a um trabalho anterior (Saludjian, 2005b), que detalha essa primeira fase de desenvolvimento das análises cepalinas. Sobre essa questão, os trabalhos de Bielschowsky (1998 e 2009) também têm a mesma importância.

## 1. As teorias econômicas e o campo analítico no período da liberalização econômica na América Latina (1980-1990)

A abordagem histórico-estruturalista dos economistas da Cepal constitui um campo de análise específico para a América Latina e integra dimensões históricas, econômicas e sociológicas particularmente pertinentes. Esse campo analítico foi instituído para se contrapor à metodologia aistórica do paradigma neoclássico em pleno período das políticas keynesianas dos “Trinta Anos Gloriosos”. Outra característica fundamental da abordagem estruturalista é sua concepção da economia mundial como conjunto hierarquizado, formado por um centro e uma periferia, que define uma inserção específica dos países latino-americanos nessa economia. Os países da periferia são produtores de bens e serviços cuja demanda internacional é pouco dinâmica, e importadores de bens e serviços com uma demanda interna em rápida expansão, baseada em modos de consumo e em tecnologias do centro (que conflitam com a disponibilidade de recursos e o nível de renda da periferia). Além disso, a estrutura socioeconômica da periferia determinou modos específicos de industrialização (progresso técnico), crescimento, absorção da força de trabalho e distribuição de renda que levaram à heterogeneidade estrutural e social (Prebisch et al, 1969).

Essa abordagem e as ideias da Cepal evoluíram com o tempo. No plano teórico, uma das dificuldades reside na evolução de uma série de discursos da instituição nas últimas quatro décadas. Dessa maneira, seria um erro considerar as análises da Cepal como um bloco monolítico. Portanto, distinguiremos as diferentes abordagens e, principalmente, as divergências entre estruturalistas e neoestruturalistas, por exemplo, Ocampo (2000 e 2003) e Ffrench-Davis (1993 e 1999), ou ainda um grande número de análises quando Machinea era secretário-executivo da Cepal (2003-2008).

As diferenças apontadas residem menos nos balanços preliminares do que nos meios utilizados para atingir os objetivos. É verdade que o contexto institucional, econômico e político mudou profundamente desde as análises dos primeiros estruturalistas. Sempre atuantes, estes mostram que o apelo ao mercado, sustentado pelos neoestruturalistas, não é inevitável, nem garantia de segurança (Tavares e Belluzzo, 2002; Furtado, 1998; Calcagno e Calcagno, 1995).

A hipótese de trabalho está relacionada aos efeitos da abertura sobre a inserção na economia mundial, sobre a estrutura produtiva e, igualmente, sobre as relações de trabalho. Os diferentes setores produtivos não se

formaram, nem reagiram de maneira idêntica à nova configuração dos anos 1990 (abertura, fluxos de capitais, IDE, fim da inflação e privatizações). Os estudos da Cepal, há aproximadamente 60 anos, qualificaram essa especificidade latino-americana de heterogeneidade produtiva estrutural (também denominada dualismo produtivo).

As teorias e diferentes abordagens cepalinas específicas do campo de análise da América Latina não foram desenvolvidas isoladamente. Seus autores participaram ativamente do debate teórico, posicionando-se em relação às novas contribuições e sempre tomando o cuidado de reformular essas teorias de acordo com as preocupações e o contexto histórico-estrutural da região. Assim, é essencial estudar as novas teorias do comércio internacional e da integração regional.

Os debates teóricos sobre o papel da integração econômica regional como etapa da ou obstáculo à globalização e como modo de inserção na economia mundial foram renovados, a partir do final dos anos 1980, com as grandes mudanças na configuração econômica internacional. A teoria da integração regional como *second best* do período anterior a 1990 foi substituída por abordagens que consideram a regionalização um meio de inserção na economia mundial compatível com uma abertura maior ao comércio internacional. As teorias econômicas que sustentam essa nova concepção ultrapassaram as visões resultantes da abordagem-padrão baseada no modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS). As modalidades e a configuração da economia mundial são também profundamente diferentes em relação aos anos 1970-1980. Paralelamente à abertura e à queda dos direitos alfandegários na maioria dos países, a economia mundial assistiu também ao advento das finanças no centro dos circuitos econômicos.

O contexto dessa economia deliberadamente aberta e liberalizada acompanha as teorias do regionalismo aberto e do novo regionalismo, que se baseiam nas novas teorias do comércio internacional. As teorias do crescimento endógeno (Romer, 1980; Romer e Rivera-Batiz, 1991; Grossman e Helpman, 1990) e da nova economia geográfica (Krugman, 1991; Ethier, 1998) procuraram explicar novas realidades, como o comércio intrarramos e a especialização ou aglomeração das atividades econômicas, por meio de novas hipóteses resultantes das abordagens teóricas da concorrência monopolística (Dixit e Stiglitz, 1977).

Essas diferentes abordagens constituem bases teóricas para o estudo das consequências da abertura e do progresso técnico sobre o crescimento (crescimento endógeno) e dos efeitos da integração econômica sobre

a localização das atividades econômicas. Como veremos, essas teorias e suas conclusões serviram, em parte, para a Cepal propor seus programas de pesquisa sobre a Transformação Produtiva com Equidade (1990) e o regionalismo aberto a serviço da TPE (1994). Aqui, vamos nos dedicar ao estudo da primeira questão.<sup>4</sup>

Após a perda de dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações (ISI), as políticas ditas “heterodoxas”, voltadas para a saída de crises, passam a ser consideradas responsáveis pelo conjunto dos resultados negativos, descredibilizando qualquer apelo ao Estado e condenando qualquer distanciamento em relação à ortodoxia das instituições financeiras internacionais.

A estratégia de ajustes dos programas dirigidos pelo FMI e pelo Banco Mundial passou por grandes mudanças no final dos anos 1970 em resposta às transformações da conjuntura econômica (forte alta dos preços do petróleo e situações de desequilíbrio financeiro dela resultantes nos países da América do Sul). Os programas de ajustes estruturais da primeira geração e da segunda geração ressaltavam as reformas estruturais. Os objetivos, assegurando ao mesmo tempo o pagamento da dívida, eram de promover a utilização dos recursos nacionais, limitar o máximo possível as distorções dos preços, garantir maior acesso às importações e reorganizar as prioridades de investimentos dos países que buscavam o auxílio do FMI.

Esse é o contexto em que a Cepal propõe sua TPE. Em seguida, apresentaremos o contexto teórico da inserção do Cone Sul na economia mundial, procurando sublinhar o papel da mudança tecnológica nas análises neoestruturalistas desenvolvidas pela Cepal.

1.1. Depois da “década perdida” (1980), a Transformação Produtiva com Equidade (1990)

O período de “passividade tecnológica” relativa (via importações de linhas de produção obsoletas dos países centrais) e o esgotamento do modelo da ISI, durante os anos 1970, levaram alguns autores da Cepal a considerar que era essencial adotar um novo tipo de estratégia de desenvolvimento. O progresso técnico deveria se propagar em todos os setores da economia, de modo a permitir certa homogeneização da estrutura pro-

<sup>4</sup> Um estudo específico relativo à segunda (regionalismo aberto) encontra-se disponível em Saludjian (2005a).

dutiva. Essa ideia era defendida nos anos 1960 por autores estruturalistas cepalinos. Ao contrário das teses liberais, a Cepal dos anos 1950-1960 considerava que o Estado deveria se responsabilizar pelo desenvolvimento tecnológico e organizá-lo, em vez de o mercado intermediá-lo.<sup>5</sup>

Os anos 1980 foram difíceis para as economias, as estruturas produtivas, os assalariados e a população, mas também para as ideias econômicas e as teses defendidas por esse ou aquele grupo de especialistas ou corrente teórica. A Cepal foge à regra e os economistas dessa instituição realizam uma mudança teórica importante. Os erros e os limites das teorias da ISI levaram vários de seus economistas a elaborar um novo quadro teórico sobre o desenvolvimento da América Latina (Sunkel e Zuleta, 1990; Ben Hammouda, 2002, p.228-229).<sup>6</sup>

No final dos anos 1980, uma série de análises baseadas em trabalhos de Fajnzylber levará ao texto da TPE (1990) e a uma visão integrada em 1992. Os artigos que dão origem a esse novo programa enfatizam temas que fundamentavam a visão estruturalista do primeiro período da Cepal: a redução necessária da heterogeneidade estrutural e o crescimento com equidade.<sup>7</sup> O progresso técnico está no centro das preo-

5 Retomaremos, posteriormente, essa diferença entre os fins e os meios para alcançar os objetivos da TPE. Observemos que Aníbal Pinto já utilizava conceitos (forças centrípetas, difusão, desequilíbrios geográficos entre cidade e campo) que, bem mais tarde, serão também utilizados pelos autores do novo regionalismo.

6 Bielschowsky (2009, p.174) salienta também a mudança de paradigma econômico e ideológico, mas não nos parece, como escreve esse autor, que a modificação das prioridades da Cepal fosse “inevitável”. As condições políticas, ideológicas e econômicas eram sem dúvida adversas, mas não necessariamente obrigavam à reorientação teórica e metodológica que apresentaremos posteriormente. Alguns autores, como os da teoria da dependência, correndo o risco de se marginalizar, souberam criticar e se distanciar do paradigma dominante, entre eles Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

7 Fajnzylber (1990) utilizou metáforas que foram incorporadas à visão cepalina: a *caja negra* designava o progresso técnico e o *casillero vacío* referia-se à ausência de crescimento com equidade na América Latina durante os anos 1970-1984. Em uma tabela que relaciona as taxas de crescimento do PIB *per capita* e a equidade (medida pela proporção 40% das rendas mais baixas/10% das rendas mais elevadas), a célula correspondente a um crescimento com equidade permaneceu vazia, enquanto as outras células da tabela (nenhum crescimento com equidade, nenhum crescimento e nenhuma equidade ou crescimento sem equidade) foram preenchidas com nomes de países da América Latina.

cupações, pois possibilitará reduzir a pobreza e a vulnerabilidade externa da região.<sup>8</sup>

Os objetivos econômicos foram consideravelmente conservados, mas o novo contexto e as derrotas do passado levaram esses economistas a rever algumas de suas posições e a incorporar as novas teorias do comércio internacional ao estudo da América Latina. As contribuições essenciais para a TPE vieram da corrente neoestruturalista latino-americana. Os temas prezados pelos estruturalistas (redução da heterogeneidade produtiva e social, progresso técnico e inovação) foram mantidos, mas os instrumentos para alcançá-los, alterados. Um dos erros da escola estruturalista foi, segundo Ffrench-Davis,<sup>9</sup> a ausência de criação de modelos e de resolução teórica por parte dessa abordagem. Os avanços da teoria do comércio internacional e dos trabalhos sobre a concorrência imperfeita nesse comércio foram então incorporados. A nova teoria do comércio internacional enfatiza o crescimento endógeno, cujo fator essencial é o progresso técnico que tem como instrumentos a abertura dos mercados e a liberalização.

Desde a teoria de crescimento exógeno de Solow e a partir do final dos anos 1980 e início da década de 1990, a inovação e o progresso tecnológico ganharam lugar essencial entre os determinantes do crescimento. A formalização dessas ideias encontra-se na literatura relacionada à teoria do crescimento endógeno. O artigo de Romer (1990) é considerado o fundador das teorias dessa última forma de crescimento. As economias de escala e o progresso técnico estão na base do processo de crescimento econômico (Grossman e Helpman, 1990). Esse último elemento implica a criação de uma nova variedade de bens de capital e uma diferenciação horizontal entre estes. Graças aos novos bens de capital, cada produtor de bens finais pode ter acesso a uma melhor tecnologia ou a um melhor processo de produção (no que se refere à produtividade do capital físico, do capital humano e do trabalho não qualificado).<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Essas reflexões remetem à problemática neoschumpeteriana: ver Katz e Perez (1986); Perez (1992).

<sup>9</sup> Autor neoestruturalista chileno da Cepal, principal assessor daquela instituição.

<sup>10</sup> Ver Romer (1990), Romer e Riviera-Batiz (1980) e Grossman e Helpman (1990). Ver também o artigo de Hounie et al (1999), que mostra muito bem a trajetória, o quadro teórico padrão (otimização da função de consumo intertemporal do consumidor, função de produção neoclássica, agente representativo etc.) e as hipóteses neoclássicas desse tipo de modelo. Essa maneira de apresentar servirá para salientar a incompatibilidade dos campos de análise entre as teorias do crescimento endógeno e a análise histórico-estrutural da Cepal na seção 3.

Como observam dois dos autores do crescimento endógeno, as provas reunidas desde os trabalhos pioneiros de Solow (1957) levaram a mais estudos da acumulação de capital como fator de crescimento (Grossman e Helpman, 1990, p.786). Esses modelos têm como objetivo analisar o progresso técnico em relação às decisões de investimentos dos agentes econômicos no setor tecnológico.<sup>11</sup>

## 2. A abordagem da Nova Cepal dos anos 1990

A TPE apresenta-se como a tentativa de integração à economia mundial e de crescimento por meio do comércio, mais especificamente seguindo um modelo exportador inspirado na experiência asiática. Recorrer ao mercado mundial contrasta, no entanto, com a situação anterior (ISI) e pretende ser:

(...) uma nova dinâmica que permita alcançar alguns objetivos próprios de uma concepção atualizada do desenvolvimento: crescer, melhorar a distribuição de renda, consolidar os processos democráticos, adquirir mais autonomia, criar as condições de preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida de toda a população (Cepal, 1990, p.9).

No contexto do final dos anos 1980, a transformação produtiva dependia fortemente do panorama externo, do grau de abertura do comércio internacional, do peso da dívida (que limita a capacidade de importação, assim como a capacidade de investimento de um grande número de economias da região), mas também do acesso mais ou menos fácil às tecnologias e ao conhecimento. Além disso, a correção dos desequilíbrios macroeconômicos, a questão do financiamento do desenvolvimento, mas sobretudo a necessidade de preservar a coesão social eram prioridades

<sup>11</sup> Ao contrário das teses sobre a convergência tecnológica e níveis de desenvolvimento, essa teoria admite a possibilidade de divergência das taxas de crescimento entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os rendimentos decrescentes (base da análise neoclássica HOS) são questionados pela introdução do fator tecnológico e externalidades positivas (da inovação sobre o crescimento). No entanto, a maioria dos modelos prevê a convergência (Edwards, 1998, p.396). Essas teorias basearam-se nas hipóteses da concorrência imperfeita e adotaram modelos mais modernos desta.

para as economias latino-americanas da Cepal (1990, p.15): “O imperativo de equidade exige que a transformação produtiva seja acompanhada de medidas redistributivas”. Parece que esse imperativo era martelado para tentar encontrar uma nova inserção na economia mundial, menos dependente dos países centrais e, ao mesmo tempo, ressaltar preocupações com a equidade.

### 2.1. A equidade

A noção de equidade não é claramente explicitada nos textos da TPE, mas remete ao conceito de homogeneidade social da Cepal (Fajnzylber, 1983, p.359-368; Calcagno e Calcagno, 1995, p.207-212). Na falta de referências explícitas nos documentos da TPE, podemos apenas evocar a hipótese, realista dada a repercussão daquela obra, de que a noção de equidade da TPE encontra ressonância no princípio de equidade (ou de justiça) da concepção do liberalismo social de Rawls (1971, p.85-150) em *Uma teoria da justiça*.

De acordo com a teoria de Rawls<sup>12</sup> (1987, p.115):

(...) as desigualdades sociais e econômicas devem ser organizadas de modo que: a) levem aos menos favorecidos as melhores perspectivas (princípio da diferença); b) estejam ligadas a postos abertos a todos, em condições de justa igualdade de oportunidade (princípio da igualdade). Existe uma hierarquia entre esses dois subprincípios.

O princípio de liberdade é absolutamente mais importante que o princípio de igualdade (a liberdade jamais deve ser sacrificada ainda que em prol de uma melhor equidade) e o princípio de igualdade é absolutamente mais importante que o princípio da diferença, ou seja, não seria justo as desigualdades serem reduzidas se isso fosse feito à custa da igualdade de oportunidade. Como observam Salama e Valier (1994, p.152), “a teoria de Rawls corresponde perfeitamente à caracterização essencial do li-

<sup>12</sup> A teoria da justiça de Rawls é organizada segundo três princípios (liberdade, igualdade, diferença) e, no caso das desigualdades sociais e econômicas, dois subprincípios interagem: um é relativo ao princípio de diferença (o item “a”) e o outro ao princípio de igualdade (item “b”).

beralismo, uma vez que nela o mercado parece o fundamento da ordem social”.

A concepção cepalina (estruturalista) da equidade não se baseia nos mesmos fundamentos e, ao contrário:

(...) o princípio de homogeneidade social define um papel para o Estado: respeitando inteiramente as liberdades individuais (sem, no entanto, se subordinar a elas), deve desenvolver a equidade e a autêntica igualdade de oportunidade, e favorecer a integração e a homogeneidade social (Calcagno e Calcagno, 1995, p.210-211).<sup>13</sup>

## 2.2. O ativismo tecnológico

Outro objetivo da TPE era ultrapassar os limites estreitos de exportador de produtos primários a que a América Latina foi relegada durante muito tempo, e passar à exploração das matérias-primas e à prestação de serviços. Isso lhe permitiria integrar o sistema produtivo e alcançar a homogeneização progressiva dos níveis de produtividade entre setores. Os objetivos-chave da TPE eram, então, derrubar as barreiras que confinavam a região em seu papel histórico de exportadora de produtos primários e a ruptura definitiva com a ISI.

Desde o primeiro documento da TPE, a integração latino-americana (ou a reativação dessa integração) já era considerada um meio de reforçar o poder de negociação dos países da área com terceiros (Saludjian, 2005a).

Ao retomar a abordagem schumpeteriana, o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi considerado “a força motriz da dinâmica endógena da inovação”, permitindo um aumento dos ganhos de natureza monopolística na produção da mercadoria que contém uma parte da inovação tecnológica para a empresa inovadora. Essa abordagem enfatizava tanto os determinantes do progresso tecnológico e da competitividade quanto a equidade social na distribuição dos frutos desse progresso.

<sup>13</sup> Ver também a análise crítica, feita por esses autores, da obra *Free to chose* (e, mais especificamente, o cap.5, intitulado “Created equal”), de Milton e Rose Friedman. (Londres, Secker & Walbur, 1980). Para a visão cepalina deste conceito de equidade, ver Gurrieri (1990) e, mais recentemente, Cepal (1997). Alguns elementos são também retomados em *Objectifs du Millénaire* (Cepal, 2005b, p.17-18).

O ativismo tecnológico considerado nas análises da Cepal privilegia a competitividade estrutural (ou competitividade verdadeira) por meio da incorporação do progresso técnico. Fajnzylber define esse conceito da seguinte maneira:

A médio e longo prazos, a competitividade estrutural é a capacidade que um país tem de sustentar e aumentar sua fatia do mercado no nível internacional e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida de sua população. Isso requer um aumento da produtividade e, portanto, as contribuições resultantes da incorporação da tecnologia. As diferenças no engajamento internacional resultam, em grande medida, de fatores estruturais que influenciam não só as modalidades e os resultados das estratégias nacionais, mas também a utilização que cada país faz dos instrumentos específicos de política econômica e industrial (Fajnzylber apud Calcagno e Calcagno, 1995, p.253).

Para não cair nas inconsistências do período da ISI, dois pontos essenciais são fixados nessa abordagem.<sup>14</sup> Em primeiro lugar, que a estrutura agrária, o sistema industrial e o consumo sejam mais compatíveis com a estrutura de investimentos, mas também com a equidade social; e, da mesma maneira, agir sobre os fatores que determinam a dinâmica dos elementos citados anteriormente: sobretudo as dotações de recursos de cada país, as tendências demográficas, o potencial empreendedor, os conhecimentos tecnológicos e o desenvolvimento científico, os investimentos externos diretos, o sistema financeiro e os tipos de consumo no plano internacional.

De acordo com os defensores do ativismo tecnológico, a interação desses dois pontos essenciais pode gerar um círculo cumulativo virtuoso que – a exemplo dos países europeus nórdicos e do Japão – permitiria que o crescimento e a competitividade fossem acompanhados de equidade social. Importante salientar que, ao contrário dos primeiros textos de Fajnzylber e das teses estruturalistas, a estratégia da TPE inclui uma política de abertura comercial (Bielschowsky, 1998, p.54). No início dos anos 1990, o objetivo principal da abertura era não só evitar o isolamento tecnológico em período de globalização produtiva e de revolução eletrônica e biotecnológica, mas

<sup>14</sup> Ver também a visão lúcida (já em 1970) de Sunkel e Paz (1970, p.366-380) e de Sunkel e Zuleta (1990).

também acelerar a recuperação do atraso tecnológico por meio de uma estratégia de expansão das exportações (*desarrollo hacia afuera*).

Os estruturalistas e os neoestruturalistas têm opiniões diferentes sobre o papel do Estado. Os últimos defendem a abordagem das novas práticas *market friendly*, que prevaleceu a partir dos anos 1990. Essa abordagem ressalta o caráter complementar entre o Estado e o mercado na definição de novas estratégias de desenvolvimento. Mesmo que admitam o papel do Estado, reconhecem suas falhas e propõem, para “modernizá-lo”, uma descentralização e despolitização da gestão pública e dos conflitos que levaria a uma redução da carga do Estado centralizado, tornando-o mais eficaz (Sunkel e Zuleta, 1990, p.47-48).

A concepção neoestruturalista aproxima-se, assim, da visão do Bird, se lembrarmos a definição de descentralização dada por Rondelli e Nellis (1984), citada pelo Banco Mundial (1995, p.53):

A transferência de responsabilidade, em matéria de planificação, de administração, assim como o aumento e a alocação de recursos do governo central e de suas agências para: (i) unidades de decisões subordinadas ou para outros níveis, como os governos das províncias ou as municipalidades; (ii) autoridades públicas semiautônomas; (iii) autoridades funcionais encarregadas de zonas específicas ou de regiões; (iv) organizações não-governamentais privadas (ONGs) ou de voluntariado; e (v) desconcentração para níveis inferiores no âmbito das agências centrais existentes (unidades de área).

### **3. As análises dos neoestruturalistas cepalinos pós-2003 e uma comparação das análises estruturalistas/neoestruturalistas da inserção na economia mundial**

Os objetivos da TPE baseiam-se numa longa tradição cepalina, concernente ao papel central da tecnologia e da competitividade estrutural no desenvolvimento com equidade na América Latina. Importante distinguir com clareza os fins (a partir de balanços) e os meios (em função dos instrumentos) para se chegar a essa TPE num contexto econômico (Consenso de Washington, liberalização), político (fim da Guerra Fria) e acadêmico (fim das políticas keynesianas e forte retomada da escola neoclássica em todas as suas versões) específico. Na verdade, a transformação mais importante diz respeito aos meios utilizados para alcançar os obje-

tivos considerados. A partir do início dos anos 1990, a Cepal e a corrente neoestruturalista veem nas reformas do Estado e na liberalização da economia os instrumentos pertinentes para desenvolver a TPE. Se insistimos nesse tipo de análise é porque nos parece que os desdobramentos (importantes em matéria de volume) desse documento, em grande medida, simplesmente retomam os fundamentos analíticos que nele foram desenvolvidos naquela época (ver Cepal, 2008b). Existem inflexões, algumas delas associadas à evolução da situação econômica na região (2003-2007). Assim, os resultados relativamente bons naquele período contribuíram para uma pequena reformulação de seus discursos, mas os princípios básicos da visão da Cepal continuaram inalterados. Mesmo que alguns elementos marginais tenham sido modificados, em nossa opinião o essencial continua enraizado na análise dos neoestruturalistas cepalinos.

Retomamos, nesta seção, os documentos mais importantes que sucederam à publicação da Cepal (2001), ou seja, antes da crise econômica argentina. A amplitude e a repercussão dessa crise em toda a América Latina (e até mesmo em outros lugares) marcou profundamente as mentes e os economistas da Cepal não fugiram à regra. Tiveram de encontrar explicações para ela (e mais amplamente para o fracasso das políticas neoliberais do Consenso de Washington). Os documentos que discutimos aqui correspondem a esse período de busca de explicações e, por isso, serão apresentados em ordem cronológica e não por temas.

O primeiro, *Una década de sombras y luces: América Latina y el Caribe en los años 90* (Cepal, 2003), publicado em agosto de 2003, é mais prudente sobre as conclusões do relatório de 2001. O balanço da década de 1990 é, de fato, permeado pela crise que atravessa toda a região e, particularmente, a Argentina. O relatório se apoia em balanços pertinentes, que diferem da visão ultraortodoxa das Instituições Financeiras Internacionais (IFI) dos países do Norte (FMI e Bird). A análise “original” dos estruturalistas cepalinos possibilita balanços pertinentes. Na verdade, os problemas que atravessaram toda a década de 1990 (herdados, segundo alguns deles, de décadas muito anteriores) foram salientados com precisão: a desigualdade, a pobreza, os problemas de regulação e de contratos para as empresas, as dificuldades no setor social, mas também de emprego, da produtividade total dos fatores, insuficiente diante dos países desenvolvidos (lacuna sempre significativa) e as dificuldades do sistema bancário. Trunfos alcançados também foram sublinhados, como o fim da hiperinflação (desde 1993, no Brasil) que tinha atingido duramente a região na década de 1980.

Se alguns objetivos, como a busca de maior homogeneidade estrutural e social, lembram os estabelecidos anteriormente pelos estruturalistas cepalinos, essas duas abordagens diferenciam-se por considerações provenientes do Consenso de Washington e no que se refere à continuidade das políticas liberais dos anos 1990. O balanço herdado da abordagem histórico-estruturalista, associado aos objetivos do Consenso de Washington e ao enfoque analítico privilegiado das novas teorias do comércio internacional, não esclarece a confusão que já prevalecia na primeira versão da TPE em 1990. No que diz respeito à inserção na economia mundial, o regionalismo aberto sempre foi considerado uma estratégia pertinente “para criar um modelo original e solidário que permita à região definir suas próprias escolhas e exercer influência nos negócios mundiais” (Cepal, 2003, p.18). Esse balanço pode surpreender quando comparado com os indicadores de comércio intrarregional muito duramente atingidos por esse tipo de regionalismo e pelas crises econômicas que esse último não conseguiu e não pôde limitar quando isso era um dos objetivos declarados pelo documento da Cepal de 1994. O período ainda incerto em 2003 incitava a Cepal a salientar os limites de um modelo “não intervencionista” (Cepal, 2003, p.21), lembrando que o Estado ainda poderia e deveria desempenhar um papel, principalmente no que diz respeito à política social e à garantia das “regras do jogo” econômicas.

Todavia, a partir desses balanços, as respostas e os instrumentos para remediá-los simplesmente retomam os argumentos já utilizados para justificar a TPE. Assim, se existiam problemas nos setores bancário (Cepal, 2003, p.24, 101 e s.) e social (Cepal, 2003, p.26, 237 e s.), ou no plano das pequenas e médias empresas (em suas relações com as empresas transnacionais ou com os conglomerados nacionais etc.), é ilusório “adotar no futuro medidas apropriadas para reforçar a regulamentação e o possível controle” (Cepal, 2003, p.24) se, paralelamente, a estratégia do regionalismo aberto, que se supõe contrabalançar a liberalização comercial e financeira, continua a ser uma estratégia tão pouco eficaz, mas privilegiada. Não há como entender que:

(...) a estratégia do regionalismo aberto permitiu conjugar a liberalização unilateral e as negociações no âmbito de diferentes limites, a fim de promover a liberalização de mercados importantes para a região nos quais subsistem antigas ou novas modalidades de proteção (Cepal, 2003, p.23).

O segundo documento, *Desarrollo productivo en economías abiertas* (Cepal, 2004), expõe o ponto de vista da Cepal sobre o desenvolvimento produtivo no âmbito de economias abertas e como a situação melhora nitidamente. Novamente, o balanço da liberalização e da abertura que fazem da América Latina um caso exemplar foi claramente salientado (Cepal, 2004, p.25). Paralelamente, foram ressaltadas a predominância do capital financeiro e da volatilidade dos fluxos (Cepal, 2004, p.11), a concentração das inovações e do progresso técnico nos países desenvolvidos (Cepal, 2004, p.13 e s.), o crescimento fraco e volátil na região (Cepal, 2004, p.29) e o aumento da heterogeneidade produtiva (Cepal, 2004, p.32).

Após esses balanços pertinentes para descrever a situação da América Latina, a Cepal (2004, p.15) propõe considerar a estabilidade macroeconômica como um bem público e enfatiza a grande oportunidade aberta pela Conferência de Doha realizada pela OMC (2001) aos países latino-americanos (Cepal, 2004, p.18 e s.). Para beneficiar-se desse ciclo de liberalização em escala mundial foram propostos vários elementos estratégicos de intervenção pública. No entanto, utilizou-se como argumento um postulado básico. Trata-se do papel das exportações no crescimento do PIB e no desenvolvimento dos países:

(...) os resultados, por país, mostram uma relação estreita entre as taxas de crescimento das exportações e do PIB, de modo que os países com taxas de crescimento mais elevadas foram os que alcançaram maior expansão das exportações (Cepal, 2004, p.26).

Se não colocarmos em questão essa tendência,<sup>15</sup> é preciso então não se contentar em descrever em nível absoluto as taxas de crescimento das exportações e seus resultados, mas sobretudo diferenciar nas exportações o conteúdo em valor agregado em tecnologia e também a repercussão que essas exportações podem ter na difusão das inovações e do progresso técnico na escala do país ou da região. De fato, o tipo de regime de acumulação depende muito do estudo qualitativo da evolução das exportações. Na abordagem neoestruturalista da Cepal, o crescimento deve ser buscado no exterior, fundando ou consolidando a visão do *desarrollo hacia afuera* e abando-

<sup>15</sup> No entanto, um estudo recente (Mulder, 2009) apresenta argumentos convincentes que se opõem a essa relação positiva entre exportações e crescimento no caso da América Latina.

nando, de maneira quase mecânica (mas, na realidade, política), o desenvolvimento do mercado interno que, no entanto, tem demandas crescentes (mas, é verdade, menos solventes que a China ou os países centrais).

Os instrumentos econômicos para chegar a esse desenvolvimento voltado para o exterior e ao desenvolvimento produtivo em uma economia aberta passam, assim, por uma política cambial competitiva, pelo aumento das reservas do Banco Central, por um desenvolvimento dos mercados financeiros, pelo apoio ao regionalismo aberto, pelo desenvolvimento das políticas de parcerias público-privadas, pelo combate às desigualdades, pela incorporação de mais conhecimento nos produtos exportados e pelo combate à corrupção. Para atingir o objetivo de desenvolvimento produtivo, a Cepal (2004, p.57) deposita suas esperanças num novo pacto de coesão social baseado em quatro pilares: “A coerência com os fundamentos da política macroeconômica, a criação de empregos, a proteção social e a educação assim como a capacitação”. Se os fundamentos desse novo pacto parecem não se distanciar muito de alguns princípios desenvolvidos pela ONU nos Objetivos do Milênio, nele encontramos também a marca do Bird.<sup>16</sup>

Os Objetivos do Milênio foram discutidos nas Nações Unidas em 2000 e se compõem de oito objetivos, que têm como horizonte o ano 2015, subdivididos em 18 metas e baseados em 48 indicadores. Sete desses objetivos concernem aos países subdesenvolvidos e o oitavo diz respeito a uma associação entre esses grupos de países por meio da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e de um sistema comercial e financeiro mais aberto. O fio condutor desses objetivos é a luta contra a pobreza extrema. A Cepal retoma as propostas da ONU (da qual ela faz parte), mas exprime seu ponto de vista a partir da ótica da América Latina.

A partir de determinado número de balanços justos e de acordo com a concepção original do estruturalismo da Cepal, os autores neoestruturalistas expõem as propostas com base nas quais a América Latina e o Caribe poderiam atingir os Objetivos do Milênio ou deles se aproximar.

<sup>16</sup> No que diz respeito à proteção social, importantes esforços devem ser feitos efetivamente, mas de que tipo? Assistencial? Seguridade? No que se refere à criação de emprego, que tipo de contrato de trabalho e qualidade de emprego? Sobre essas questões, ver Giraldo (2006). Quanto às políticas macroeconômicas, como torná-las compatíveis com o postulado básico que consiste em “não desprezar o progresso alcançado no desenvolvimento das economias de mercado” (Cepal, 2004, p.61) com um novo pacto social?

Lembremos rapidamente os balanços feitos. A América Latina é a região mais iníqua do mundo e tem um nível de pobreza (absoluta e relativa) particularmente elevado. No que diz respeito à evolução do PIB, é evidente a divergência entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A regra é a segmentação e a heterogeneidade social e tecnológica.

Quanto ao crescimento, os cálculos indicam que seria necessário um crescimento anual contínuo de 2,9% durante os próximos dez anos para que a pobreza extrema diminua pela metade, mas somente nos países em que ela não ultrapassa um certo limite. Para os países mais pobres da região seria preciso um crescimento estável anual de 4,4% do PIB por habitante, durante dez anos, para obter uma redução de 50% da pobreza extrema. Se consideramos os resultados obtidos desde os anos 1980, estamos longe de uma configuração realista para a América Latina.

Em outro documento, a Cepal indica como melhorar a inserção internacional dessa região, partindo do seguinte pressuposto: o regionalismo aberto, como etapa para uma liberalização mais completa, constitui um elemento propício a esta.

Nos países da América Latina e do Caribe há um consenso sobre a necessidade de se integrar ao comércio mundial para atingir taxas de crescimento econômico mais elevadas e sustentáveis. A partir dessa convicção, os países da região anunciaram liberalizações comerciais rápidas e profundas (Cepal, 2006a, p.233).

Assim, trata-se de aumentar a competitividade, a produtividade do aparelho produtivo por meio do desenvolvimento das parcerias público-privadas.

Aí se encontra o *leitmotiv* da ampliação do papel que se deve dar, portanto, ao setor privado no mercado. O Estado contenta-se em “nivelar o campo de atuação” (Cepal, 2006a, p.15). A maioria das propostas concerne às políticas sociais, mas, quando se trata da inserção externa da América Latina, a ênfase incide no objetivo nº 8 (metas nº 12 a 18), que visa trabalhar por um sistema comercial e financeiro mais aberto (Cepal, 2006a, p.215) e contribuir ativamente para as negociações do ciclo da OMC de Doha, que tem como objetivo a liberalização comercial, se possível, completa. Uma “aliança” mundial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é assim privilegiada pela ONU e retomada pela Cepal. Essa aliança deve se basear na consolidação de uma “diplomacia comercial ativa” por parte dos países latino-americanos. Do nosso ponto de vista, essa ideia está muito longe da

concepção original da Cepal dos anos 1950, que mencionava a formação da economia mundial em um centro e uma (algumas) periferia(s).

Este rápido resumo dos trabalhos recentes da Cepal (pós-recuperação da Argentina e, em certa medida, da América Latina) nos leva ao último relatório publicado em setembro de 2006 (Cepal, 2006a). A redação desse relatório anual se deu no momento em que, havia mais de três anos, a região mantinha um nível de crescimento que, sem ser excepcional (salvo para a Argentina), permanecia estável em comparação às décadas de 1990 ou 1980. Nessa relativamente “boa” conjuntura em matéria de resultados macroeconômicos (pelo menos até 2008), a Cepal considera que a política de taxas de câmbio competitivas é essencial para manter um nível elevado de exportações. Ela insiste também (como desde a TPE) na diversificação e no valor agregado das exportações, na necessidade de aumentar o investimento setorial (principalmente em infraestrutura), de ter regras claras e estáveis nos acordos políticos, de trabalhar por reformas fiscais e para melhorar a competitividade. Tantas medidas e objetivos repetidos continuamente há 20 anos. Da mesma maneira, o pressuposto segundo o qual o multilateralismo é o cenário mais favorável aos objetivos dos países em desenvolvimento, levando-os a fazer o máximo possível para acelerar a assinatura do ciclo de negociações da OMC, não foi discutido (Cepal, 2006a). O mesmo exemplo do Sudeste Asiático citado no documento da Cepal sobre o regionalismo aberto (1994) foi retomado, exaltando a complementaridade produtiva dessa região sem, todavia, analisar as raízes profundas que permitiram a esses países asiáticos chegarem a um nível de desigualdade menos elevado e a investimentos muito consequentes em educação, pesquisa etc.

#### 4. O papel do Estado e da liberalização na abordagem neoestruturalista

Para a visão do “desenvolvimento voltado para dentro” (*desarrollo hacia adentro*, ISI), as ideias da Cepal baseiam-se, ao longo dos trabalhos, no *desarrollo desde adentro* (desenvolvimento interno), em seguida, no regionalismo aberto a serviço da TPE e na integração regional via mercado (*desarrollo hacia fuera*). A mensagem da Cepal fica confusa e torna-se contraditória. A TPE deve favorecer o progresso tecnológico, mas o motor não será mais o Estado (via políticas industriais que promovam a educação, a tecnologia e a inovação) e sim a abertura dos mercados, as

reformas e a desregulamentação. Os autores neoestruturalistas não defendem que se recorra exclusivamente ao mercado e adotam uma atitude intermediária (*market friendly*) entre as posturas extremas (Bielschowsky, 1998 e 2009). No entanto, as políticas que defendem visam mais atenuar flutuações do ciclo financeiro do que questionar a abertura econômica e o peso do mercado. Assim, Marques-Pereira observa que a

(...) macroeconomia (neoestruturalista de J.A. Ocampo) poderia então reduzir a pobreza se permitisse ao Estado aplainar o ciclo financeiro e manter assim, ou até mesmo aumentar, os gastos públicos que impedem a destruição das capacidades de crescimento, humana e físicas. Não se trata de uma mudança de política econômica, mas de fornecer os meios de tomar as medidas para que a abertura econômica reestimele o crescimento (Salama, Marques-Pereira et al, 2003, p.35).

O Estado deveria concentrar-se em um número mais reduzido de setores para ser, segundo os trabalhos de Fukuyama (2005), mais eficaz. Assim, a tendência é uma redução das funções do Estado no setor das políticas industriais (em grande parte, abandonadas ao mercado via as parcerias público-privadas) e a transformação do social em alvo das funções do Estado. Ou seja, o inverso do que se tinha na América Latina durante o período de 1950-1970 (Salama, 2006, p.113 e s.).

O Estado pode “ser útil”, e a Cepal atualmente reconhece isso com frequência, mas principalmente para deixar claras as regras do jogo e permitir ao mercado agir de maneira eficaz reconsiderando, assim, alguns trabalhos do Banco Mundial (1993).

A divergência dos pontos de vista dos neoestruturalistas com os temas e a abordagem dos estruturalistas mostra a distância entre as duas abordagens.

## 5. Qual é a coerência da análise neoestruturalista cepalina?

Para as suas análises, os autores neoestruturalistas baseiam-se nas novas teorias do comércio internacional. A mobilização desse campo teórico raramente é explicitada pelos economistas dessa abordagem. No entanto, ela aparece claramente na obra de referência sobre as teses neoestruturalistas da Cepal escrita por Ffrench-Davis (1999). Como observa explicitamente esse autor:

(...) é evidente que um bom número de especialistas do mundo acadêmico neoclássico do hemisfério norte não compartilha diversos traços característicos do paradigma comumente chamado de neoliberal. As contribuições desses especialistas são numerosas e muito importantes (consequências da diferenciação dos produtos, economia de escala, aprendizagem, externalidades dinâmicas e os riscos dos mercados financeiros); por exemplo, Krugman, Rodrik e Stiglitz. Essas contribuições são muito pertinentes à abordagem neoestruturalista, pois podem colaborar para lhe dar uma estrutura mais formalizada. Em geral, as análises desses especialistas do Norte são ignoradas pelas recomendações neoliberais (Ffrench-Davis, 1999, p.20).

A abordagem neoestruturalista dá continuidade, então, as novas teorias do comércio internacional. Os objetivos econômicos dessa corrente permanecem, em certa medida, fiéis aos de seus predecessores estruturalistas no que diz respeito ao que se pretende alcançar, mas a incorporação de novos instrumentos teóricos (que, na verdade, são tipicamente ortodoxos e liberais, ao contrário da escola estruturalista da Cepal original) modifica sua mensagem e tem consequências globalmente negativas sobre a economia e as populações da região. Os neoestruturalistas trazem uma visão interessante e balanços pertinentes, que os diferenciam da ortodoxia, especialmente ao se preocuparem em privilegiar a questão da demanda, em apoiar uma política cambial ativa de miniajuste (ou flutuação administrada) regulada pelo Banco Central, em estabelecer um controle do movimento dos capitais e em conceber o sistema financeiro como essencial para captar a poupança e redistribuí-la via investimento no aparelho produtivo.<sup>17</sup> Todavia, para atingir esses alvos, mobilizam um instrumental teórico e metodológico que tem outros objetivos.

## 6. Conclusão

As teorias neoclássicas coabitam mal com conceitos resultantes de uma análise histórico-estrutural própria da América Latina (periferia), que se coloca como uma ruptura com as típicas teses liberais desenvolvidas nos e para os países do centro. Este é o novo campo de análise da Cepal a partir dos anos 1990: abertura e liberalização econômica, papel motriz do

<sup>17</sup> Ver Ffrench-Davis (1999, p.28-36), que expõe esses elementos opondo-os à visão neoliberal.

conhecimento e do progresso tecnológico. A abertura e as reformas deveriam ser combinadas de modo a corresponder a uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo e a uma TPE. A amplitude e a rapidez das reformas e da liberalização comprometeram muito essa “estratégia reformista” neoestruturalista de transformação produtiva por intermédio do mercado.

Como observamos anteriormente, uma coisa é adotar uma estratégia reformista no período das políticas keynesianas do pós-guerra, como a ISI em sua época; outra coisa é adotar uma estratégia reformista no período das políticas neoliberais sob a forma de políticas *market friendly*.

Explicitamos as relações teóricas entre as propostas da Cepal aplicadas ao tipo de integração regional e as novas teorias do comércio internacional. A teoria do crescimento endógeno e a nova economia geográfica influenciaram as abordagens neoestruturalistas da TPE e da integração regional. Salientamos que o choque entre esses dois *corpus* teóricos não foi gratuito e que uma incompatibilidade entre os fins e os meios pôs a abordagem neoestruturalista da Cepal em contradição com os preceitos herdados dos fundadores da abordagem histórico-estruturalista. Essas conclusões nos levam a perguntar, de maneira crítica, sobre a economia do desenvolvimento e seu papel na definição dos modos de inserção na economia mundial.

Os resultados relativos à vulnerabilidade, às crises, à fragilidade política e institucional e, sobretudo, ao panorama social desastroso nos obrigam a criticar os fundamentos econômicos liberais que emanam do FMI, do Bird e até, mas raramente é o caso, da Cepal neoestruturalista dos anos 1990 e 2000. Essa crítica foi o objeto deste texto.

### Referências bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. *Public spending and the poor: theory and evidence*. Washington DC, 1995.
- BEN HAMMOUDA, Hakim. “Le néostructuralisme entre critique du Consensus de Washington et fondement d’une stratégie alternative”. In: *Economie Appliquée*, t.LV (1), 2002.

- BERTHOMIEU, Claude; EHRHART, Christophe et al. "El neoestructuralismo como renovación del paradigma estructuralista de la economía del desarrollo", *Problemas del Desarrollo, Revista Latino-americana de Economía*, 36 (143), 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. "Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: una reseña". In: *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal, textos seleccionados*. 2 tomos. Santiago: FCE-Cepal, 1998.
- \_\_\_\_\_. "Sesenta años de la Cepal: estructuralismo y neoestructuralismo", *Revista de la Cepal*, n.97, 2009.
- \_\_\_\_\_; MUSSI, Carlos (Orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: Ipea e Escritório da Cepal no Brasil, 2002.
- CALCAGNO, Alfredo Eric; CALCAGNO, Alfredo Fernando. *El universo neoliberal*. Buenos Aires: Alianza, 1995.
- CEPAL. *Transformación productiva con equidad*. Libros de la Cepal, n.25, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado*. Libros de la Cepal, n.32, 1992.
- \_\_\_\_\_. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Libros de la Cepal, n.39, 1994.
- \_\_\_\_\_. *La brèche de l'équité. Amérique latine et Caraïbes et le sommet social*. Santiago, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal, textos seleccionados*. 2 tomos. Santiago, FCE-Cepal, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Equidad, desarrollo y ciudadanía*. Versão definitiva, Santiago, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Une décennie d'ombres et de lumières. L'Amérique latine et les Caraïbes dans les années 90*. Santiago, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Desarrollo productivo en economías abiertas*. Santiago, jun. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Objetivos de desarrollo del milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe*. Santiago, 2005b.

- CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *Estudio económico de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2006b.
- \_\_\_\_\_. *Panorama de la Inserción Internacional*. Santiago, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *La transformación productiva 20 años después. Viejos problemas, nuevas oportunidades*. Santiago, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2008-2009*. Santiago, 2009.
- DIXIT, Avinash; STIGLITZ, Joseph. “Monopolistic competition and optimum product diversity”, *American Economic Review*, n.67, 1977.
- EDWARDS, Sebastian. “Openness, productivity and growth: what do we really know?”, *Economic Journal*, n.108, 1998.
- ETHIER, Wilfred. “The new regionalism”, *Economic Journal*, n.108, 1998.
- FAJNZYLBER, Fernando. “Oligopolio, empresas transnacionales y estilos de desarrollo”. In: FAJNZYLBER, Fernando (Coord.). *Industrialización e internacionalización en América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- \_\_\_\_\_. *La industrialización trunca de América Latina*. Cidade do México: Nueva Imagen, 1983.
- \_\_\_\_\_. “Industrialización en América Latina: de la caja negra al casillero vacío”, *Cuadernos de la Cepal*, n.60, 1990.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. “Capital formation and the macroeconomic framework: a neostructuralist approach”. In: SUNKEL, Osvaldo (Org.). *Development from within: toward a neostructuralist approach for Latin America*. Londres/Nova York: Lynne Rienner/Boulder, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Macroeconomía, comercio y finanzas para reformar las reformas en América Latina*. Santiago: Cepal/McGraw Hill, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. *State building*. Londres: Profile Books, 2005.
- FURTADO, Celso. “El nuevo capitalismo”, *Revista de la Cepal*, edição de aniversário de 50 anos da Cepal, 1998.
- GIRALDO, Cesar. *Protección social y poder financiero*, tese de Doutorado, ms., Université Paris 13, 2006.

- GROSSMAN, Gene; HELPMAN, Elhanan. "Comparative advantage and long-run growth", *American Economic Review*, n.80 (4), 1990.
- GURRIERI, Adolfo. *La equidad: aspectos conceptuales y tareas futuras*. Santiago: Cepal, 1990.
- HOUNIE, Adela; PITTALUGA, Lucia et al. "La Cepal y las nuevas teorías del crecimiento", *Revista de la Cepal*, n.68, 1999.
- KATZ, Jorge; PEREZ, Carlota. "Las nuevas tecnologías. Una visión de conjunto". In: OMINANI, Carlos (Org.). *La Tercera Revolución Industrial: impactos internacionales del actual viraje tecnológico*. Rial: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.
- KRUGMAN, Paul. *Geography and trade*. Cambridge: Mass., MIT Press, 1991.
- MULDER, Nanno. "Weak links between exports and economic growth in Latin America and the Caribbean", *Serie Comercio Internacional de la Cepal*, n.91, 2009.
- OCAMPO, José Antonio. "Developing anti-cyclical policies in a globalized world", *Temas de Conyuntura*, n.13, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Latin America's growth frustrations: the macro and mesoeconomic links". Documento apresentado no seminário "Management of Volatility, Financial Liberalization and Growth in Emerging Countries", Cepal, abr. 2003.
- PEREZ, Carlota. "Cambio técnico, reestructuración competitiva y reforma institucional en los países en desarrollo", *El Trimestre Económico*, n.233, 1992.
- PINTO, Aníbal. "La concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano". In: PREBISCH, Raúl et al. *América Latina, ensayos de interpretación económica*. Santiago: Editorial Universitaria S.A., 1969.
- PREBISCH, Raúl et al. *América Latina, ensayos de interpretación económica*. Santiago: Editorial Universitaria S.A., 1969.
- RAWLS, John. *Théorie de la justice*. Paris: Seuil, [1971] 1987.
- ROMER, Paul. "Endogenous technical change", *Journal of Political Economy*, n.98, 1980.
- ROMER, Paul; RIVERA-BATIZ, Luis. "Economic integration and endogenous growth", *Quartely Journal of Economy*, n.106, maio 1991.
- ROMO, Hector. "De la pensée de le Cepal au néo-libéralisme, du néo-libéralisme au néo-structuralisme, une revue de la littérature sud-américaine", *Revue Tiers Monde*, t.XXXV (140), PUF, 1994.

- SALAMA, Pierre. *Le défi des inégalités. Amérique latine/Asie, une comparaison économique*. Paris: La Découverte, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Argentina, Brasil e México diante da crise internacional”, *Estudos Avançados*, v.23, n.65, 2009.
- SALAMA, Pierre; MARQUES-PEREIRA, Jaime et al. “Régime de croissance, vulnérabilité financière et protection sociale en Amérique latine”, *Serie financiamiento del desarrollo de la Cepal*, n.140, 2003.
- \_\_\_\_\_; VALIER, Jacques. *Pauvretés et inégalités dans le Tiers Monde*. Paris: La Découverte, 1994.
- SALUDJIAN, Alexis. “Del Mercosur al ALCA: críticas al modelo liberal de Nuevo Regionalismo de la BID”, *Problemas del Desarrollo, Revista Latino-americana de Economía*, n.141, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Hacia otra integración sudamericana: críticas al Mercosur neoliberal*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, Colección Ensayos, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Pour une autre intégration Sud-américaine: critiques du Mercosur néo-libéral*. Paris: L’Harmattan, 2006.
- SOLOW, Robert. “Technical change and the aggregate production function”, *Review of Economics and Statistics*, n.39, 1957.
- STIGLITZ, Joseph. *La grande désillusion*. Paris: Fayard, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Le cap des réformes. Vers un nouveau programme pour l’Amérique latine”, *Revista de la Cepal*, número especial, 2005.
- SUNKEL, Osvaldo (Org.). *Development from within: toward a neostructuralist approach for Latin America*. Londres/Nova York: Lynne Rienner/Boulder, 1993.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. Cidade do México: Siglo XXI, 1970.
- \_\_\_\_\_; ZULETA, Gustavo. “Neoestructuralismo versus neoliberalismo en los años 1990”, *Revista de la Cepal*, n.42, 1990.
- TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Desenvolvimento no Brasil: relembando um velho tema”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: Ipea e Escritório da Cepal no Brasil, 2002.



# Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos

**Fernando Prado**

**Monika Meireles**

Houve um clichê nas análises de conjuntura política da América Latina no primeiro lustro do novo século: a virada à esquerda dos governos da região. As sucessivas eleições de Hugo Chávez Frías na Venezuela desde 1998, a vitória no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e sua posterior reeleição em 2006, a chegada de Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003 e a continuidade com Cristina Fernández, o triunfo eleitoral da Frente Amplia representada por Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, a ascensão de Evo Morales à Presidência da Bolívia em 2006 e, nesse mesmo ano, as conquistas de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega na Nicarágua, além da disputa acirrada no Peru e da evidente fraude eleitoral no México, e, mais recentemente, a eleição de Fernando Lugo no Paraguai – todos esses processos políticos representam, é inegável, uma transformação de enorme importância para o quadro político latino-americano, marcado anteriormente pela investida neoliberal.

Após o relativo consenso sobre a mudança do panorama político latino-americano, alguns analistas políticos começaram a chamar a atenção à outra característica comum à maioria daqueles governos institucionalmente eleitos, a saber, o apelo ao desenvolvimento capitalista nacional como bandeira de ação. Um interessante texto nesse sentido é a análise realizada por Atilio Boron em seu artigo “Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina” (2007). Nesse texto, Boron mostra como, apesar dos reiterados ensinamentos da história, segue presente o mito do desenvolvimento nacional na maioria dos governos chamados de centro-esquerda na região. Conforme argumenta, o

caminho que tais governos pretendem percorrer em sua suposta marcha ao desenvolvimento de um “capitalismo nacional decente”, como expressou Kirchner, foi encerrado há tempos e tal prognóstico era, já nos anos 1970, revelado pelos estudos sobre a dependência. No início de sua crítica ao mito do desenvolvimento capitalista nacional, o próprio Boron (2007, p.39) destaca as teorias da dependência pela “crucial relevância dada ao caráter histórico do desenvolvimento capitalista, o papel de seus diversos agentes, a inserção dos países num mercado mundial caracterizado por profundas assimetrias e a centralidade da problemática política e estatal”.

Apesar de ressaltar a importância daquelas teorias como paradigma fundamental para a compreensão da América Latina, o objetivo do seu texto não é “examinar os alcances e limites das contribuições dos dependentistas”, para ele “bem conhecidas na região” (Boron, 2007, p.40). É certo que a geração à qual pertence Boron realmente viveu a própria formação da teoria da dependência e fez parte dos acalorados debates que dela surgiram até os idos dos anos 1970, mas isso não pode ser facilmente estendido para o ambiente acadêmico da nova geração de cientistas sociais latino-americanos, especialmente no Brasil, onde várias obras ligadas ao tema da dependência sequer foram publicadas. Nesse sentido, o resgate dessa tradição é fundamental, não apenas pela rigorosidade acadêmica, mas, essencialmente, para que da herança viva desses aportes se erija um aparato analítico que sustente, simultaneamente, a crítica consistente ao “novo-desenvolvimentismo” e aos “governos de centro-esquerda”, assim como a construção política de transformação social radical. Realizar um pequeno passo nessa direção é, precisamente, o objetivo geral deste ensaio.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De fato, a revisão das origens, das principais teses e das diferentes correntes das teorias da dependência não é tarefa solitária; pelo contrário, esse esforço está dentro de um contexto de crescente recuperação do pensamento crítico latino-americano dos anos 1960-1970. Nos anos 1980, enquanto na América Latina a perspectiva da dependência perdia forças – apesar de seguir explicando várias características da formação socioeconômica latino-americana –, nos EUA e em outras partes do mundo continuavam sendo publicados textos que buscavam extrair os fundamentos daquela teoria, ainda que nem sempre através de um panorama completo e justo (Seers [org.], 1981; Chilcote, 1981 e 1984; Shannon, 1989; So, 1990; Hettne e Blömstrom, 1984). Na América Latina, o trabalho pioneiro e de maior importância de resgate do pensamento crítico latino-americano foi a coleção em quatro tomos sobre *Teoría social latinoamericana* (Marini y Millán [coords.], 1994). Sobre o tema, ver também Theotônio dos Santos (2000), Martins (2003 e 2006), Osorio (2004), Sotelo Valencia (2005) e o trabalho coletivo realizado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Beigel et al, 2006).

Como se sabe, dentro do marco teórico da dependência não existe um pensamento homogêneo; não há uma única “teoria da dependência”, mas sim diferentes interpretações sobre o tema. De fato, a riqueza das análises sobre a dependência surgiu em grande medida como fruto de várias disputas teóricas – e, claro, políticas – realizadas durante as décadas de 1960 e 1970.<sup>2</sup> Precisamente pela diversidade teórica e metodológica, além das variadas filiações políticas, a tarefa de agrupar diferentes autores em determinadas correntes pode gerar controvérsias (Frank, 1992). Sem entrar no possível debate sobre qual seria a forma mais correta de enquadrar alguns autores em certas características, aqui se tomará a classificação de Cristóbal Kay (1989) em seu estudo das teorias latino-americanas sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois, além de oferecer um sólido suporte para fundamentar a crítica às atuais posturas novo-desenvolvimentistas, também permite, devido à facilidade expositiva, uma revisão adequada ao formato e alcance analítico de um artigo.

O autor propõe uma divisão simplificada em duas correntes: “dependentistas reformistas” e “dependentistas marxistas-revolucionários”. A diferença fundamental entre os grupos residiria na irreconciliável posição política derivada de suas análises: os dependentistas reformistas seriam orientados pelos preceitos modernizadores e desenvolvimentistas, enquanto, para os dependentistas marxistas, somente pela via da revolução socialista na América Latina seria possível a superação dos problemas intrínsecos à condição periférica.<sup>3</sup>

2 Para se ter uma ideia do tamanho do debate sobre a dependência na época, num texto de Theotônio dos Santos (1978) sobre *La cuestión de la dependencia escrito a finales dos años 1960*, pode-se contar, entre artigos e livros, mais de 65 referências sobre o tema.

3 Entre os principais autores da corrente dependentista reformista, segundo Kay, encontram-se: Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto. Entre os autores cujo trabalho se encaixa na visão marxista da dependência estariam Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Oscar Braun, Vania Bambirra, Aníbal Quijano, Edelberto Torres-Rivas, Tomás Amadeo Vasconi, Alonso García e Antonio García. Em relação aos marxistas, essa divisão de Kay, apesar de bem completa, deixa de fora alguns autores que, estando uns mais outros menos influenciados pela noção de dependência, fizeram parte dessa corrente. Além dos mencionados, outros intelectuais são lembrados por Nildo Ouriques (1995, p.90): Orlando Caputo, Marta Harnecker, Julio Lopez, José Valenzuela Feijóo, Roberto Pizarro, Cristian Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio García, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Marcelo García e Jaime Osorio.

A partir dessa ampla divisão, diante do profuso debate suscitado pelos estudos sobre o subdesenvolvimento e a dependência, e dado o curto espaço de um artigo, essa história intelectual se restringirá a contribuições particulares de alguns autores, consciente de que muito daquele rico debate – e, claro está, da mais relevante história concreta da luta de classes que o alimentava – será necessariamente descartado. Para realizar a tentativa de aproximação às teorias da dependência tendo em vista a nova conjuntura política latino-americana, aqui será revisada apenas, e de modo necessariamente sucinto, a corrente da teoria da dependência ligada à tradição marxista. Mais especificamente, abordaremos determinados escritos de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e, principalmente, Ruy Mauro Marini. Essa escolha se justifica, por um lado, pelo relativo desconhecimento de suas obras se comparadas à difusão que tiveram os autores considerados como reformistas e, por outro lado, pela agudeza de suas análises sobre a América Latina e a radicalidade de suas propostas políticas. A revisão mais detida da obra de Marini, por sua vez, deve-se à comum afirmação entre vários autores de que é com sua obra que se fundam as bases de uma teoria marxista da dependência (Kay, 1989; Ouriques, 1995; Osorio, 2004; Soletto Valencia, 2005), e também ao exemplo de militância intelectual que sua figura inspira.

Não sobra insistir no caráter de aproximação proposto neste artigo, isto é, de contribuição não a uma revisão completa do pensamento sobre a dependência, mas sim de deixar um convite à leitura e ao estudo sistemáticos de uma linha de análise sobre a América Latina que se mostra atualmente vigente. Nesse sentido, a partir da síntese de parte da obra daqueles autores, nas considerações finais a intenção é sugerir algumas questões que permitam resgatar e reabrir a teoria da dependência como marco necessário, ainda que não único, de interpretação da presente conjuntura política da América Latina, voltando à questão mais geral do desenvolvimento e, ainda que tentativamente, apontando para os limites e possibilidades do arcabouço teórico da dependência como base epistemológica para pensar a realidade atual.

## 1. A perspectiva marxista da dependência: a saída revolucionária

Dentro da tradição marxista, as reflexões realizadas através do conceito de dependência, mais que fruto de um exame das posturas desenvolvi-

mentistas da Cepal, surgiram como expressão teórica de uma crítica prática às posturas dos Partidos Comunistas (PCs) da América Latina.<sup>4</sup> Em linhas gerais, a ideologia dos Partidos Comunistas latino-americanos se apoiava numa teoria de etapas do desenvolvimento capitalista, pregando que os países do então chamado Terceiro Mundo se encontravam em estágios feudais ou semifeudais. O resultado político desse diagnóstico levava à ideia de que era necessário fomentar, através de uma aliança tática com as burguesias nacionais, o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos, pois estes teriam que passar por uma “revolução burguesa” antes de imaginar a posterior “revolução proletária” (Löwy, 2007). A Revolução Cubana, ao não se encaixar nos modelos supostamente marxistas definidos desde Moscou, abriu definitivamente as portas para a crítica tanto teórica como prática aos PCs. Foi precisamente no calor dessa crítica que os estudos marxistas da dependência fizeram sua entrada nas ciências sociais da América Latina (Osorio, 2004).<sup>5</sup>

O “encontro” da perspectiva marxista com a noção de dependência não foi casual. De fato, as análises que seguiram o caminho iniciado por Marx tenderam a observar o capitalismo como um sistema mundial; os exemplos mais diretos são os trabalhos de Hilferding, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lênin, Bukhárin e Trotsky (Santos, 1978, p.333-354; Kay, 1989, p.140-144).

Além das contribuições do marxismo europeu, a perspectiva marxista da dependência também se alimentou da tradição latino-americana de pensamento crítico em sua busca por formular uma teorização própria

<sup>4</sup> De acordo com Ruy Mauro Marini ([1990] 2005, p.66): “Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’ – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas”. Nesse sentido, mesmo reconhecendo a grande influência da abordagem histórico-estrutural cepalina, compreende-se melhor as análises e propostas daqueles teóricos que entraram no tema da dependência a partir da perspectiva marxista ao visualizar como se deu o desenvolvimento dessa corrente na América Latina. Sobre o itinerário do marxismo na América Latina, ver Löwy (2007) e Fernet-Betancourt (2001).

<sup>5</sup> No Brasil, uma das organizações políticas que formularam sólidas críticas ao então PCB foi a Organização Marxista Revolucionária-Política Operária (Polop), fundada em 1961, que abrigava, entre outros, intelectuais que posteriormente viriam a ser expoentes da teoria marxista da dependência, tais como Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini. Sobre a trajetória da Polop, ver Leal (1992), Mattos (2007) e Oliveira (2007).

para entender as especificidades da região e contribuir na construção de um arcabouço teórico que fundamente a prática revolucionária. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma linha formativa entre os aportes da teoria marxista da dependência e as reflexões realizadas por, para citar apenas dois exemplos, José Carlos Mariátegui e Julio Antonio Mella na década de 1920 (Ouriques, 1995).

No campo da história e historiografia latino-americanas, a crítica ao diagnóstico dos PCs se baseava, entre outros trabalhos, também na interpretação do “sentido da colonização” de Caio Prado Jr., para quem a entrada da América Latina no mercado mundial se realizou desde o princípio como parte de uma “vasta empresa comercial” ([1942] 2000, p.20), assim como na caracterização feita por Sergio Bagú da “economia da sociedade colonial” como essencialmente capitalista ([1949] 2005).

Junto a esse panorama esboçado a grandes traços – a Revolução Cubana, a crítica aos PCs, a tradição revolucionária latino-americana, a herança do próprio marxismo e das teorias criadas a partir dele em consonância com a luta política a partir da experiência russa, e os aportes historiográficos que buscavam analisar o papel da América Latina na consolidação do sistema mundial capitalista –, é necessário também recordar um acontecimento importante, que ajuda a explicar o surgimento inicial e a força teórica e política do que logo se tornou a vertente marxista da teoria da dependência: a reunião de uma série de intelectuais, muitos deles exilados de seus países de origem, no Chile desde meados da década de 1960 até o fatídico golpe militar contra Salvador Allende em 1973 (Bambirra, 1978; Osorio, 1995).

Como fruto e expressão de todo esse clima político e intelectual de finais dos anos 1960 e começo da década de 1970, surgiu uma obra que, por seu ataque direto às posturas dos PCs latino-americanos e às posturas desenvolvimentistas em geral, assim como por sua enorme difusão, causou tremendo impacto nas discussões acadêmicas e políticas da época: trata-se de *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*, de André Gunder Frank, publicado primeiramente em inglês em 1967, logo em espanhol 1970 e nunca editado no Brasil.

O objetivo principal de cada um dos cinco ensaios que formam o livro é explicitado já nas primeiras linhas do prefácio: “Esclarecer como a estrutura e o desenvolvimento do capitalismo, depois de haver permeado e caracterizado, desde há muito, a América Latina e outros continentes, continuam gerando, mantendo e fazendo mais profundo o subdesenvolvimento” (Frank, 1974, p.1).

Para sustentar essa tese, Frank parte de uma concepção sistêmica do mundo, dividindo-o já não entre centro e periferia (apesar de que utiliza esses termos em outros trabalhos), mas entre metrópoles e satélites mundiais, nacionais, regionais e locais. Sem se apegar formalmente a nenhuma teoria anterior, mas explicitamente influenciado por Paul Baran, Frank tenta demonstrar como, pela própria natureza exploratória do capitalismo, há uma tendência contínua e crescente de transferência do “excedente econômico” produzido nos satélites para as metrópoles. Essa estrutura se reproduziria desde o plano mundial ao local, formando uma cadeia em que o desenvolvimento de alguns países ou regiões se dava diretamente através do subdesenvolvimento de outros. Daí surgiu sua venturosa expressão sobre o que ocorria nos países satélites: “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Para o objetivo de síntese aqui proposto, mais que retomar e avaliar cada um dos textos que conformam o livro em questão, cabe apontar para as ideias gerais que ali se colocam. Nesse sentido, é possível se valer de uma boa síntese sobre o pensamento de Frank realizada por Carlos Eduardo Martins (2006, p.177).

O modelo de Frank se desenvolve por um sistema complexo de relações em que as nações são constituídas por metrópoles internas que sugam os excedentes de seus satélites, mas que podem estar submetidas a metrópoles exteriores que as descapitalizam, como é o caso das nações latino-americanas. Essas nações seriam capitalistas desde a conquista colonial e o resultado desse processo de inserção no sistema mundial foi o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para escapar dessa lógica de ferro e buscar o desenvolvimento, estas nações deveriam alcançar a autonomia e o socialismo.

Por um lado, o argumento de Frank foi alvo de severas críticas desde diferentes flancos.<sup>6</sup> Por outro, no entanto, sua obra levou muitos intelectuais a abordarem novos problemas e teve um impacto prospectivo tremendo. De acordo com Kay (1989, p.162) e Osorio (2004, p.137), a contribuição de Frank, mesmo sem ter representado um avanço substancial na construção de uma teoria marxista da dependência, e apesar de estar apoiada mais em ideias geniais que numa base teórica rigorosa, ajudou a

<sup>6</sup> Kay (1989, p.157-160) resume uma das principais discussões geradas pelo trabalho de Frank: a controvérsia sobre modos de produção (produção *versus* circulação), debate também conhecido por “endogenistas” *versus* “exogenistas”.

desviar o olhar do marxismo latino-americano para os problemas próprios da periferia, entendendo esta como parte do sistema mundial capitalista, além de ter apontado a questões fundamentais e oferecido um caminho político preciso.

É nessa atmosfera crítica que aparecem os trabalhos de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. De acordo com Martins (2006, p.178), “a contribuição pioneira [de ambos] será a de apresentar uma teoria capaz de perceber o dinamismo das relações entre o externo e o interno e, portanto, de oferecer uma visão madura da dependência”.

Theotônio dos Santos foi um dos mais prolíficos “dependentistas”.<sup>7</sup> Aqui vale destacar seu livro *Imperialismo y dependencia*, obra de grande importância no contexto dos debates sobre o tema – lançado muito tardiamente, somente em 1978, reúne diversos artigos escritos e publicados em diferentes lugares desde finais de 1960 a começos de 1970, e no Brasil teve a mesma sorte do livro de Gunder Frank antes mencionado, ou seja, nunca foi editado. Theotônio dividiu sua obra em três blocos temáticos: “Imperialismo y corporaciones multinacionales”; “La crisis de imperialismo”; e “Dependencia y revolución”. Nas duas primeiras partes, como coloca Theotônio (1978, p.26), a intenção foi “analisar as formações sociais dominantes, a economia política internacional na época do imperialismo monopolista integrado e os elementos básicos da crise geral do capitalismo”; na terceira, sua análise se volta às “características próprias da situação de dependência na economia internacional, as modalidades de estruturas socioeconômicas que se produzem, o caráter específico que assumem as leis de desenvolvimento capitalista destas formações e finalmente os comportamentos cíclicos que tendem a ter”. É principalmente nesta terceira parte que realiza um grande esforço por sistematizar a perspectiva teórica da dependência, resgatar as origens desse conceito no campo marxista e defini-lo mais apuradamente para a realidade latino-americana.

Após traçar o caminho de ascensão e queda das teorias do desenvolvimento, revelando suas limitações tanto teóricas como políticas, e mostrar como o modelo de desenvolvimento prevalecente entre 1930 e 1960 havia entrado em crise, Theotônio dos Santos se debruça especificamente

<sup>7</sup> Para um panorama completo da vida e obra de Theotônio dos Santos, ver o livro editado por Segre (1998).

na definição de um conceito de dependência e sua aplicação dialética ao contexto latino-americano. Nesse ponto aparece sua definição de dependência que se tornou uma referência:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes (Santos, 1978, p.305).

O que importa ressaltar neste ponto é que essa perspectiva – em consonância com as conclusões a que tinham chegado, no plano político, a própria esquerda revolucionária após a Revolução Cubana e, no nível teórico, as críticas formuladas por André Gunder Frank – alerta sobre as falsas esperanças do desenvolvimentismo reformista como caminho de superação da situação de dependência (Santos, 1978, p.309).

Além de propor uma definição específica para o conceito de dependência e buscar sistematizar os aspectos teóricos, metodológicos e políticos que esse conceito acarreta, Theotônio dos Santos gerou uma interpretação própria sobre as formas históricas de dependência da América Latina: i) a dependência colonial, comercial-exportadora; ii) a dependência financeiro-industrial; e, iii) a dependência tecnológico-industrial. Sua contribuição mais fundamentada se concentra na “nova dependência”, buscando compreender sua realidade contemporânea a partir de um apurado esquema teórico-histórico. As conclusões que alcança a partir da análise da “nova dependência” são fundamentais no sentido de criticar as ilusões do desenvolvimentismo e de instaurar toda uma linha de estudo, interpretação e conseqüente ação política que busque entender as relações estruturais de dependência da região latino-americana.

De forma resumida – e, portanto, limitada – pode-se dizer que Theotônio procurou, através do conceito de dependência, entender a especificidade histórica dos países periféricos – no caso, dos países latino-americanos – visualizando-os como parte integrante do sistema mundial

capitalista e se afastando de qualquer ilusão igualitária em relação ao desenvolvimento capitalista dentro desse sistema, o que o levou a apontar a luta pelo socialismo como a opção necessária. E foi precisamente no âmbito dessas premissas teóricas e políticas, mas desde um nível mais elevado de abstração e rigorosidade conceitual, que Ruy Mauro Marini, em seus diversos artigos, em particular no ensaio *Dialéctica de la dependencia*, elaborou as bases da teoria marxista da dependência.<sup>8</sup>

Como toda obra relevante, a de Marini pode ser lida de diferentes formas. Seria possível revisá-la através dos diferentes níveis de abstração de suas reflexões, o que implicaria localizar os textos em que analisa as tarefas imediatas da luta política, os escritos de exame de conjuntura, as contribuições em relação à história intelectual latino-americana, sua interpretação da formação do Estado capitalista na periferia e também sua formulação teórica em termos marxistas sobre as especificidades do ciclo do capital na América Latina. Essa forma totalizante é talvez a mais adequada, mas sua realização completa requer um trabalho específico e mais amplo sobre a obra de Marini. Outra possibilidade seria revisar cronologicamente seus escritos, independentemente dos temas tratados e dos graus de abstração de cada reflexão, o que poderia dar um panorama interessante da evolução histórica de seu pensamento, ainda que, por outro lado, gerasse uma sequência pouco contínua de exposição. De todo modo, esse tipo de revisão também requereria maior espaço.

Considerando o objetivo deste artigo, esta revisão se centrará em dois conceitos fundamentais presentes na obra de Marini: a superexploração do trabalho e o subimperialismo. Ao focar a atenção nesses dois conceitos, é possível demonstrar que na obra de Marini existe, por um lado, um cuidado conceitual valioso e, por outro, uma crítica radical às propostas desenvolvimentistas para a periferia do sistema mundial capitalista.

Ao se apartar tanto de uma suposta ortodoxia que acaba por desfigurar a realidade latino-americana para encaixá-la a um modelo abstrato que lhe é alheio quanto do ecletismo teórico que adultera os conceitos para melhor pintar a realidade, em *Dialéctica da dependência*, Marini

<sup>8</sup> Conforme lembra Nildo Ouriques (1995, p.98), já em 1965, num ensaio escrito originalmente para a revista cubana *Tricontinental* e logo editado em livro em 1969 (*Subdesarrollo y revolución*, outra obra nunca editada por completo no Brasil), Marini estabelecia a premissa fundamental das análises da dependência: “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema mundial capitalista” (1969, p.3).

desenvolve uma contribuição imprescindível na formação de uma teoria marxista da dependência. Sua intenção fundamental foi dar elementos para a determinação da “legalidade específica pela qual se rege a economia dependente” ([1973] 1991, p.99) e, com rigor metodológico, Marini chega ao que considera o fundamento da dependência latino-americana: *a superexploração do trabalho*.

Segundo Marini ([1973] 1991, p.18), a dependência é “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Nesse sentido, a formação de um capitalismo dependente *sui generis* deve ser compreendida “tanto em nível nacional como, principalmente, internacional”. E, nessa visão revolucionária, tal condição dependente somente poderia ser superada através da eliminação das relações de produção que a engendraram (Marini, 1969 e 2000; Kay, 1989, p.145).

Marini procura compreender a formação das economias latino-americanas em função do processo de acumulação do capital, observando a inserção da América Latina no mercado mundial através da oferta de alimentos e matérias-primas. Nesse sentido, tomando em conta a estreita consonância da evolução histórica da América Latina com a dinâmica do capitalismo mundial, o trabalho de Marini buscou demonstrar que a incorporação da região no mercado mundial foi imprescindível para o processo de transferência do eixo de acumulação nos países centrais da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, a acumulação de capital em tais países passou a depender menos da exploração simples do trabalhador que do aumento da produtividade de seu trabalho. Por um lado, a oferta de alimentos provenientes da América Latina proporcionou aos países centrais a redução do valor da força de trabalho, o que permitiu uma acumulação baseada na procura constante de maior produtividade. Por outro lado, a oferta de matérias-primas também oriunda em grande medida dos países latino-americanos retardou a tendência natural da acumulação à queda da taxa de lucro, na medida em que reduzia o valor não só da força de trabalho, mas também do capital constante. Porém, nesse processo, a produção latino-americana que contribuiu para essa mudança nos países centrais se deu fundamentalmente mediante uma superexploração do trabalhador. De acordo com Marini, é precisamente esse caráter contraditório do desenvolvimento latino-americano a essência da dependência.

A superexploração do trabalho nos países periféricos, segundo Marini, é a forma encontrada pelos capitalistas de contrapor-se à perda de mais-valia que se dá por meio da transferência de valor que ocorre no mercado mundial. Marini esboça três formas fundamentais que os capitalistas, na busca por aumentar a massa de valor realizada para se contrapor à transferência de valor, utilizam para aumentar a exploração do trabalhador: o aumento da intensidade do trabalho; o aumento da jornada de trabalho; e a redução do nível de consumo mínimo para a reprodução da força de trabalho. Marini chama a atenção para o fato de que, nesses três casos, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor, ou seja, há superexploração do trabalho.

Na medida em que grande parte da produção latino-americana é destinada para o mercado internacional e, portanto, a falta de consumo interno não representa obstáculo para a realização do capital, a superexploração do trabalho não constitui um problema para a acumulação nos países dependentes. Na busca por entender o ciclo do capital nas economias dependentes, Marini percebe que, mais que uma transformação essencial na lógica de acumulação baseada na superexploração do trabalho, o processo de industrialização gerou um “novo ciclo da espiral” em que a acumulação dependente segue baseada na superexploração do trabalho.

Ocorre nesse processo o que Marini chama de separação das etapas de produção e circulação no ciclo do capital das economias dependentes. Essa separação, por sua vez, dá origem a uma estratificação das esferas de consumo, sendo a esfera alta de consumo procedente da mais-valia não acumulada e suprida pelo comércio exterior, e a baixa esfera de consumo representada pelos trabalhadores e suprida pela produção interna das economias dependentes. É essa estrutura que irá fundamentar o processo de industrialização nos países dependentes e, portanto, dar-lhes características distintas dos países centrais. Ao contrário do que ocorreria nestes, a industrialização na América Latina se deu sobretudo em função da economia exportadora e da oferta para a alta esfera de consumo. Isto em nada afetava a acumulação. Em realidade, na medida em que os bens manufaturados produzidos nos países periféricos continham uma elevada proporção de mão de obra, a competitividade continuava baseada na remuneração abaixo do valor da força de trabalho. O processo de industrialização nas economias dependentes, conclui Marini, apesar de ter mudado sensivelmente o caráter destas economias, não transformou seu principal aspecto: a dependência e a superexploração do trabalhador. Em outras palavras, a

acumulação de capital na periferia continuou voltada, principalmente, para o mercado mundial, e a superexploração do trabalhador seguiu presente como seu fundamento último. Conforme indica ao final de seu ensaio, estreitamente ligada ao processo de superexploração do trabalho se encontra a questão do *subimperialismo* (Marini, 1991, p.75-76).

De acordo com Marini ([1990] 2005), a primeira utilização desse conceito foi por ele realizada no artigo “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”, publicado em 1965 pela revista estadunidense *Monthly Review*. Pouco depois, em “Dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil”, publicado em 1966 na revista *Cuadernos Americanos* e posteriormente incluído no livro *Subdesarrollo y revolución*, Marini volta à questão do subimperialismo. Nesse artigo, antes de chegar ao conceito, Marini oferece uma ampla explicação do golpe militar de 1964, na qual entram, muito bem entrelaçados, elementos da estrutura econômica e fundiária do Brasil (latifúndios exportadores, aumento dos preços agrícolas, poder político da atualmente chamada bancada ruralista), da conjuntura política interna e externa (lutas no campo e na cidade, perda salarial constante, ganho de peso político pelos sindicatos, Revolução Cubana, Guerra Fria etc.) e dos movimentos do poder político e do grande capital em nível mundial (expansão financeira, hegemonia estadunidense, investimentos externos diretos cada vez maiores e mais importantes econômica e politicamente etc.). Na explicação de Marini, esses elementos levam a um *impasse* na economia e na política brasileira que gera, em 1964, o golpe militar.

Naquele momento, o desenvolvimento da produção dado pelo investimento externo direto, controlado principalmente pelas multinacionais estadunidenses e que transforma toda a estrutura produtiva do país, é levado a cabo, contraditoriamente, mediante a restrição cada vez maior da participação dos salários na demanda, o que significa controle brutal da classe trabalhadora e superexploração do trabalho. A saída que os militares dão a essa situação é a associação subordinada aos interesses das multinacionais, isto é, ao imperialismo estadunidense, que se traduziu no linguajar diplomático de então em política de interdependência continental. O Brasil se apresenta, pois, como lugar de excelência para o investimento proveniente dos Estados Unidos, e se propõe a facilitar de diferentes formas a entrada do capital e a sua valorização.

Por que o prefixo “sub” ao caracterizar a política do governo militar conivente com o imperialismo estadunidense? Nas palavras de Marini:

Nisso se distingue a política externa brasileira que se pôs em marcha depois do golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave ([1977] 2000, p.67).

É interessante notar como Marini constrói sua argumentação: ainda que coloque como fundamental a especificidade do ciclo do capital nas economias dependentes, ressalta também o caráter conjuntural das opções que tomou a burguesia em conluio com os militares para que se figurasse plenamente uma política subimperialista. Além disso, Marini explica os movimentos próprios da sociedade brasileira tendo sempre em vista a dialética entre os fatores específicos da realidade latino-americana e as transformações do sistema mundial capitalista. E com base numa leitura atenta e rigorosa da realidade de sua época, Marini logra esboçar o conceito de subimperialismo como chave explicativa para a atuação do Brasil sobre a América Latina durante as décadas de 1960 e 1970, conceito que atualmente tem sido retomado para a análise do presente com grande pertinência.<sup>9</sup>

A breve revisão aqui proposta em torno dos dois conceitos fundamentais na obra de Marini – o de superexploração e o de subimperialismo – é apenas um primeiro passo na tentativa de resgatar as contribuições fundamentais desse intelectual que, mesmo sendo considerado por muitos o principal teórico ligado à tradição marxista da dependência, segue praticamente desconhecido para os novos cientistas sociais brasileiros. A partir de ambos os conceitos é possível gerar toda uma perspectiva analítica que mire para além dos critérios desenvolvimentistas. Conforme coloca Adrián Sotelo Valencia, um dos principais teóricos atuais ligados à teoria marxista da dependência:

(...) em sua versão mais radical, a teoria marxista da dependência não admite reformar o capitalismo como estratégia política de libertação e superação das desigualdades sociais e da exploração capitalista. Defende, pelo contrário, sua superação através de uma nova ordem econômica, social e política qualitativamente distinta desse sistema (2004, p.223).

<sup>9</sup> Entre os trabalhos que discutem o conceito de subimperialismo a partir da conjuntura atual, vale destacar o de Mathias Luce (2007) e de Fábio Bueno e Raphael Seabra (2009).

De fato, ao considerar a construção teórica de Marini – que se baseia, por sua vez, com rigor conceitual e metodológico, na obra de Marx, além de se inserir na tradição de luta revolucionária mundial e latino-americana, e para a qual o capitalismo dependente, atado ao movimento do sistema mundial capitalista, tem como elemento essencial a superexploração do trabalhador –, nada seria tão ilusório como seguir a crença de que, por intermédio de uma série de reformas em busca do desenvolvimento capitalista, seria possível resolver as contradições próprias da condição dependente e periférica da América Latina dentro do sistema mundial capitalista.

Pois bem, ao retomar essa perspectiva e pretender avançar criticamente dentro daquela construção teórica, não se pode ignorar, porém, que, como também lembra Sotelo Valencia em outro texto (2006, p.213), o próprio Marini advertia que “a teoria da dependência não era uma teoria acabada, como tantos críticos sustentaram erroneamente; senão um esboço e um projeto que era, e é, necessário desenvolver”. Portanto, ao mesmo tempo que é preciso resgatar constantemente sua obra e conhecer seus aportes, é fundamental também realizar uma leitura crítica, consciente de suas possibilidades e limitações. Esse é um trabalho pendente para as novas gerações de intelectuais críticos latino-americanos.

## 2. Considerações finais: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo

Num texto escrito em 1992, Ruy Mauro Marini visualiza no horizonte a volta ao ideário desenvolvimentista. Em seu ensaio, dedicado à compreensão e conseqüente superação da “crise teórica” que sofriram – e em parte ainda sofrem – as ciências sociais latino-americanas quando comparadas com o ambiente intelectual das décadas de 1960 e 1970 – período em que, nas suas palavras, “as ciências sociais experimentaram um auge sem precedentes na América Latina, que se manifestou na produção de um sem-número de obras significativas, no campo da literatura econômica, sociológica e política” (Marini, 1992, p.67) –, Marini conclui com uma análise sobre a política e a ideologia do momento, apontando a um processo que se confirmaria uma década depois, com especial força no Brasil:

De fato, depois da luta ideológica da segunda metade da década de setenta, em que os intelectuais da esquerda entraram divididos e em que intervieram os

que respondiam ao comando da grande burguesia, o pensamento social latino-americano não conseguiu retomar a elaboração crítica e original que vinha realizando, o que tornou difícil a formulação de uma alternativa de esquerda às pressões exercidas contra os povos da região. (...) Por parte das forças progressistas, que buscam expressar as aspirações das grandes massas, o que se está verificando é o recurso ao nacional-desenvolvimentismo tradicional e a certas teses da teoria da dependência, o que – pela falta de um referencial dinâmico – tende a representar, às vezes, uma simples volta ao passado (Marini, 1992, p.99-100).

Atualmente, esse quadro de “volta ao passado” dos ideais nacional-desenvolvimentistas se revela tanto no plano da política como na academia. Após a ofensiva neoliberal, que varreu a América Latina na década de 1990, e a posterior onda de contestação popular iniciada com o século XXI, que levou ao poder governos considerados na época em um sentido amplo de centro-esquerda, a ideia de desenvolvimento renasceu das cinzas, tanto nos discursos políticos como nos meios acadêmicos, dando espaço a uma nova variação do desenvolvimentismo. Passada a onda neoliberal e a ressaca promovida pela contestação popular, a maré atual é o novo-desenvolvimentismo.

No Brasil, o projeto novo-desenvolvimentista se concretizou no meio intelectual num livro prefaciado por ninguém menos que o empresário e vice-presidente José Alencar, e cujo título diz ao que veio: *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social* (Sicsú et al [Orgs.], 2005). Não cabe aqui resenhar as 17 contribuições que formam o volume; por ora basta apontar o fato de que em todas está presente a perspectiva de uma ampla aliança de classes que levaria ao desenvolvimento. As palavras do influente político e acadêmico Luiz Carlos Bresser-Pereira (2005, p.143) condensam a proposta:

O desenvolvimento, hoje, depende de uma grande e informal aliança entre empresários do setor real, técnicos públicos e privados, e trabalhadores – ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento técnico e organizacional, e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento.

Mesmo com tom remoçado e novo vocabulário adequado à violenta realidade atual – alguns falam da necessidade de “blindar a economia” –, não há muita novidade em relação ao velho desenvolvimentismo:

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e à classe média assalariada (Marini, 1992, p.79).

Não obstante sua pouca originalidade, o atual ideário novo-desenvolvimentista apresenta ao menos duas novas características, relacionadas entre si, que merecem destaque. A primeira se define pela constante limitação do debate ao binômio ortodoxo/heterodoxo bem particular da ciência econômica. Em contraste com as posturas dos autores ligados ao desenvolvimentismo inicial – Raúl Prebisch, Celso Furtado, Juan Noyola Vásquez, entre outros –, que procuravam elaborar suas análises através de uma reflexão que não se confinasse ao plano econômico e que tinham uma clara postura crítica em relação ao pensamento estabelecido, os autores atuais que propõem a construção de um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil se limitam à análise econômica tradicional, cujo traço essencial é o de camuflar, com conceitos da “economia vulgar”, os interesses capitalistas sob supostos “interesses nacionais”, sem entrar nunca em considerações de fundo sobre a natureza excludente do processo de acumulação de capital.

Além disso, e aqui aparece a segunda característica, as análises novo-desenvolvimentistas atuais têm como resguardo de possíveis críticas uma visão extremamente distorcida do que foram os debates sobre a dependência latino-americana. Se os ideólogos do desenvolvimentismo de então tinham que enfrentar minimamente o contrapeso político e teórico do marxismo, os novo-desenvolvimentistas atuais se colocam como pensadores quase radicais diante das diatribes neoliberais dos anos 1990 e, consciente ou inconscientemente, acabam por ignorar ou interpretar do modo mais raso possível as contribuições sobre a dependência latino-americana ligadas à corrente marxista. Em outras palavras, não obstante o fato de que tais contribuições, ao se verem confrontadas com a agudização da luta de classe, com o impacto da Revolução Cubana e com a crise do projeto desenvolvimentista original, geraram nas décadas de 1960 e 1970 um aparato analítico bastante crítico à ideia e à meta de desenvolvimento capitalista nacional, atualmente ainda causa confusão ou até mesmo susto tratar em termos marxistas da questão da dependência quando se fala em desenvolvimento na América Latina. Se essa caracte-

rística sobressai no Brasil é devido não só ao maior peso relativo da parte de sua burguesia que patrocina a contrapeso capitalista o neoliberalismo, mas também se explica pelo particular percurso que tiveram neste país as teses marxistas sobre a dependência.

Por essas e outras razões, a concepção novo-desenvolvimentista implícita ou explícita nas iniciativas de alguns governos da América Latina considerados de centro-esquerda retoma apenas parcialmente as questões teóricas pleiteadas pelos desenvolvimentistas de outrora. Os elementos trazidos à luz no novo debate constituem apenas uma parcela do que foi a discussão acerca do desenvolvimentismo. O que está sendo resgatado por alguns acadêmicos e integrantes dos gabinetes e das equipes econômicas dos chamados governos de centro-esquerda latino-americanos é somente o diagnóstico de que o “desenvolvimento” levará a maiores níveis de renda, quando comparado com o nível de renda de estruturas especializadas na monocultura de exportação. Essa não é a história toda. Ou seja, a proposta de reviver as teorias desenvolvimentistas seria mais sólida se realizada de maneira não enviesada, levando-se em conta os limitantes dessa estratégia que foram percebidos por vários intelectuais de então e que a própria história acabou por confirmar. Diante desse quadro, é, no mínimo, interessante notar que Atilio Boron tenha que repetir hoje algo que, há mais de 30 anos, foi explicado, tanto teórica como empiricamente, pelos autores que formaram o campo intelectual em torno da noção de dependência.

Não se trata, porém, de transportar, intocada e pura, a teoria marxista da dependência e aplicá-la ao momento atual. Nesse sentido, este ensaio é apenas um passo de revisão para oferecer elementos a uma postura crítica ao novo-desenvolvimentismo atual, que deve ser complementado futuramente com considerações também críticas àquela teoria, atualizando suas teses e confrontando as posturas políticas que lhe sustentavam com a realidade presente.

Sempre existirá a necessidade de dar esperanças aos países periféricos no sentido de que dentro do sistema mundial capitalista será possível alcançar uma melhor posição no “concerto das nações”. E para isso, nada melhor do que fomentar a ilusão do desenvolvimento. Precisamente para gerar uma base teórica mais sólida que ajude a superar tal ilusão, aqui se buscou mostrar que o apego à condição específica da América Latina e o sentido da práxis que tiveram os autores ligados à vertente marxista da dependência constituem aprendizados fundamentais para a geração que

nasceu nos anos 1980, cresceu nos 1990 bombardeada pela ofensiva neoliberal, teve os seus estudos formais sob a hegemonia do “pensamento único” nas ciências sociais aplicadas e atualmente vive importantes transformações na América Latina. Parte dessa geração busca entender e criticar as renovadas posturas desenvolvimentistas de governos como o de Lula no Brasil, sustentando no horizonte o ideal de construir outra política para outro mundo, e nessa busca parece se autoimpor uma diligente patrulha no sentido de não adentrar pela romântica trilha da iminência da revolução socialista – o que não significa, em absoluto, a descrença em sua possibilidade –, sem tampouco vacilar e incorrer pelo caminho do pessimismo imobilizador da análise acadêmica feita de maneira desapixionada.

As renovadas posturas novo-desenvolvimentistas de governos latino-americanos eleitos após o cataclismo neoliberal fazem pensar nas formas de mudança social radical. Essa ponderação se alimenta, por um lado, do descrédito do espírito reformista e, por outro, da falta de certezas que balançam as posições revolucionárias, em particular aquelas de caráter nacionalista e institucional. Esse incômodo lugar, se bem pode levar, através de um olhar superficial a posturas conservadoras, permite também a autoconsciência crítica e a renovação de contribuições que, na órbita da discussão sobre o desenvolvimento e a dependência, explicaram e ajudaram a transformar a realidade de seu tempo.

### Referências bibliográficas

- BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Cidade do México: ERA, 1978.
- BAGÚ, Sergio. *Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada*. Cidade do México: Conaculta, [1949] 2005.
- BEIGEL, Fernanda et al. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- BORON, Atilio. “Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina”, *Memoria*, n.218, Cidade do México, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Proposta de desenvolvimento para o Brasil”. In: SICSÚ, João; De PAULA, Luis Fernando; MICHEL, Renaut (Orgs.). *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

- BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. “A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea”, *Anais*, VI Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, 2009.
- CHILCOTE, Ronald. *Dependence and marxism: toward a resolution of a debate*. Boulder: Westview Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Theories of development and underdevelopment*. Boulder: Westview Press, 1984.
- FORNET-BETANCOURT, Raúl. *Transformación del marxismo: historia del marxismo en América Latina*. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2001.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. 3ª ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Latin American theories revisited: a participant review”. *Latin American Perspectives*, n.19, 1992.
- HETTNE, Bjorn; BLÖMSTROM, Magnus. *Development theory in transition*. Londres: Zed Books, 1984.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres/ Nova York: Routledge, 1989.
- LEAL, Leovegildo. *Política operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado, UFF, 1992.
- LÖWY, Michael (Org.). *El marxismo en América Latina. Antología: desde 1909 hasta nuestros días*. Santiago: LOM, 2007.
- LUCE, Mathias. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 - 2007)*. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. “Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo”, *Foro Internacional*, v.4, n.20, 1965a.
- \_\_\_\_\_. “Brazilian ‘interdependence’ and imperialism integration”, *Monthly Review*, v.17, n.7, 1965b.
- \_\_\_\_\_. *Subdesarrollo y revolución*. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.
- \_\_\_\_\_. “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, *Sociedad y Desarrollo*, vol.1, n.1, Santiago: mar. 1972.

- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª ed., corrigida e aumentada. Cidade do México: Siglo XXI, 1974.
- \_\_\_\_\_. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. Cidade do México: ERA, 1976.
- \_\_\_\_\_. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, *Cuadernos Políticos*, n.12, abr.-jun. 1977.
- \_\_\_\_\_. *Dialéctica de la dependencia*. 11ª ed. Cidade do México: ERA, 1991.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo, Página Aberta, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”. In: SADER, Emir (Org.). *Dialéctica da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Vozes, [1977] 2000.
- \_\_\_\_\_. “Memória: por Ruy Mauro Marini”. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2005.
- \_\_\_\_\_; MILLÁN, Mária (Coords.). *La teoría social latinoamericana*, IV tomos. Cidade do México: El Caballito, 1994.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, USP, 2003.
- \_\_\_\_\_. “O pensamento latino-americano e o sistema mundial”. In: BEIGEL, Fernanda et al. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Theotônio dos Santos: introducción a la vida y obra de un intelectual planetario”. In: SEGRERA, Francisco López (Org.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas: Unesco, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967)”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v.5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- OLIVEIRA, Joelma de. *Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unesp, 2007.
- OSORIO, Jaime. *Las dos caras del espejo*. México D.F.: Triana Editores, 1995.

- OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción de capital y dependencia*. Cidade do México: Universidad Autónoma de Zcatecas/Miguel Ángel Porrúa, 2004.
- OURIQUES, Nildo. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. Tese de doutorado, Facultad de Economía, Unam, 1995.
- PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1942] 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y dependencia*. Cidade do México: ERA, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SEERS, Dudley (Org.). *Dependency theory. A critical reassessment*. Londres: Francis Print, 1981.
- SEGRERA, Francisco López (Org.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas: Unesco, 1998.
- SHANNON, Thomas. *An introduction to the world-system perspective*. Colorado: Westview Press, 1989.
- SICSÚ, João et al (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SO, Alvin. *Social change and development: modernization, Dependency and world-system theory*. Califórnia: Sage, 1990.
- VALENCIA, Adrián SOTELO. *América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI*. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2005.
- \_\_\_\_\_. “La vigencia del pensamiento marxista de Ruy Mauro Marini y la teoría de la dependencia”. Disponível em: <<http://www.redem.buap.mx/adrian.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2006.

# O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano\*

**Rodrigo Castelo**

O debate brasileiro sobre desenvolvimento e “questão social”, assim como aconteceu durante a década de 1970 com as polêmicas em torno da teoria do crescimento do bolo, da marginalidade social e da heterogeneidade estrutural, voltou vigorosamente neste início do século XXI sob o patrocínio de setores da esquerda nacional (Ridenti, 2009). Uma ampla bibliografia cataloga as múltiplas visões sobre o tema. Não é o caso, aqui, de sumariar todo o volume editorial produzido. Podemos, todavia, reduzi-lo – sob pena de simplificarmos a riqueza do debate – a dois grandes blocos.

No campo conservador, investido de uma aura modernizadora, temos a visão da ortodoxia econômica. O consenso ortodoxo gira em torno de três linhas argumentativas: (1) o crescimento econômico, por si próprio, não trará a redução das desigualdades; (2) os gastos sociais no Brasil não são baixos; o que é preciso fazer é torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos e focalizando-os nos segmentos mais pobres; (3) propostas de desenvolvimento baseadas em investimento no “capital humano”, reformas microeconômicas, programas de microcrédito etc. (Henriques, 2000; Iets, 2001; Barros e Carvalho, 2003).

O pensamento econômico heterodoxo, por sua vez, começa a sair do estado de torpor no qual se encontrava e ensaia os primeiros passos de uma contraofensiva ideológica, apostando no aprofundamento da crise do neoliberalismo na América Latina. Tem-se, desse modo, a gradual

\* Artigo publicado originalmente na *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2009.

retomada de uma agenda de pesquisa voltada para temas como o desenvolvimento econômico e a equidade social. Alguns desses economistas falam na criação do novo-desenvolvimentismo.

Este artigo tem como objeto central a ideologia novo-desenvolvimentista e seus projetos de crescimento econômico com equidade social. O propósito do trabalho é duplo: de um lado, apresentar de forma objetiva as principais teses do novo-desenvolvimentismo; de outro, iniciar um debate crítico com essa tradição do pensamento social brasileiro, explicitando suas filiações teóricas e políticas e seus principais limites.

A estrutura do texto tem três seções, além desta introdução. Na primeira parte, apresentamos as teses centrais dos novo-desenvolvimentistas quanto ao desenvolvimento econômico e à “questão social”. Na segunda, fazemos um balanço crítico dessas teses, dando atenção especial aos debates sobre Estado e capital, frações da classe burguesa, centralização de capital, financeirização da riqueza e à incorporação da justiça social aos modelos de desenvolvimento. Para concluir, examinamos em que medida as teses dos novo-desenvolvimentistas fazem avançar o pensamento social latino-americano e quais suas contribuições, no plano da política, para a transformação dos modelos heterodoxos de desenvolvimento em alternativas efetivas ao *status quo* na América do Sul.

## 1. O novo-desenvolvimentismo: crescimento e equidade social

O novo-desenvolvimentismo é uma corrente contemporânea do pensamento brasileiro que nasce na esteira de uma tradição consolidada que remonta às décadas de 1940-1970. Nessa época, trabalhos seminais, gestados na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), começaram um processo intelectual de formulação de teorias explicativas das condições estruturais do subdesenvolvimento da periferia do sistema mundial, com ênfase nas especificidades da América Latina. Nascia o chamado nacional-desenvolvimentismo, termo consagrado nos trabalhos de autores como Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Candido Mendes entre outros.

A despeito da pluralidade das ideias e utopias presentes naqueles trabalhos, convencionou-se chamá-los por um nome comum – o nacional-desenvolvimentismo –, pois era possível identificar características similares a todos os seus autores, entre as quais: (i) a defesa da autonomia

e da soberania nacionais; (ii) a industrialização como meio mais eficiente para a superação dos entraves ao desenvolvimento da periferia; (iii) o Estado entendido como um agente estratégico promotor de políticas de planejamento e bem-estar social; e, (iv) a participação ativa de uma *intelligentsia* culta e bemformada na gerência de postos-chave do Estado.

Até aproximadamente 1960, o nacional-desenvolvimentismo gozou de enorme prestígio intelectual e político na América Latina, sendo considerado o pensamento hegemônico à época, pois convergia, no plano ideal, com o projeto político das burguesias industriais da região. O modelo de desenvolvimento preconizado pelos desenvolvimentistas, baseado fundamentalmente na industrialização, não alcançou, todavia, os resultados esperados em termos, por exemplo, da autonomia nacional e da modernização dos setores econômicos e sociais mais atrasados da população. Em poucas palavras, o subdesenvolvimento não foi superado e, em muitos casos, aprofundou-se.

Todo esse quadro referente à hegemonia do nacional-desenvolvimentismo e do relativo otimismo quanto às possibilidades de autodeterminação dos povos e nações da periferia desaparece, nos anos 1980, com o neoliberalismo e a emergência do regime de acumulação financeirizado. O neoliberalismo, aqui definido como uma estratégia ideopolítica das classes dominantes, atingiu todos os movimentos progressistas (reformistas e revolucionários), e o debate sobre desenvolvimento econômico e social saiu de cena para dar lugar à agenda política neoconservadora sobre liberalização e desregulamentação dos mercados, estabilidade dos preços e privatização dos bens públicos (Chesnais, 2002).

O contexto político sul-americano muda no final dos anos 1990 e início do século XXI. Nesse período, o neoliberalismo mostra sinais claros de esgotamento no plano econômico, com a persistência dos desequilíbrios macroeconômicos, a redução dos direitos sociais e o aumento do desemprego estrutural e do pauperismo relativo. A crise argentina de 2001 seria o mais claro exemplo do fracasso neoliberal. As reações populares não tardam a acontecer e a América do Sul vivencia um novo contexto histórico, indo em direção contrária do resto do mundo. Um a um, os países sul-americanos dão uma guinada à esquerda; antigos dirigentes dos projetos neoliberais locais são defenestrados do poder e novos governantes são eleitos com maciço apoio popular. Temos, assim, uma janela histórica que abre possibilidades de movimentos políticos e ideológicos contestatórios ao neoliberalismo.

É nessa ocasião que surge o novo-desenvolvimentismo no Brasil, embalado pela promessa de um governo progressista de Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>1</sup> O objetivo dos novo-desenvolvimentistas nos parece claro: entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideopolítica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado, na sua opinião, por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo.

Segundo Sicsú et al (2005), o nacional-desenvolvimentismo merece passar por uma revisão das suas medidas de promoção do desenvolvimento econômico e social, pois a realidade mudou, e muito, desde o período áureo daquela tradição clássica. O termo “desenvolvimentismo” foi uma expressão marcante de um passado não tão remoto, mas que, com as transformações sociais ocorridas nestas últimas três décadas, tornou-se antiquado, anacrônico. Logo, é preciso abandoná-lo, não somente no sentido terminológico, mas dar-lhe um sentido conceitual inovador, adequado às configurações do capitalismo contemporâneo. Para novos tempos, uma nova teoria; para novos desafios, um novo projeto nacional. Daí o termo “novo-desenvolvimentista”.<sup>2</sup>

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas.

Vários fatores concorrem para os altos níveis de incerteza das economias capitalistas, potencializados na periferia do mercado mundial. Não cabe

1 Os governos de Michele Bachelet, no Chile e, principalmente, Néstor Kirchner, na Argentina, são tidos pelos novo-desenvolvimentistas como modelos alternativos ao neoliberalismo, com políticas econômicas e sociais que conjugam desenvolvimento econômico e equidade social.

2 Em 2004, Luiz Carlos-Bresser Pereira, executor e mentor da Reforma Administrativa do governo FHC, que implementou o modelo neoliberal de Estado no Brasil, publicou um artigo na *Folha de S.Paulo* com o título “Novo-desenvolvimentismo”. A produção ideológica do economista não parou por aí, tendo prosseguimento em uma série de artigos acadêmicos sobre uma nova estratégia de desenvolvimento nacional (Bresser-Pereira, 2006). Bresser-Pereira e o coletivo de autores aqui em debate não usam apenas o mesmo nome para descrever seus planos de desenvolvimento. Comungam, segundo eles, dos mesmos ideais.

destacar todos eles; vale, contudo, dizer que o acento dos novo-desenvolvimentistas recai sobre a vulnerabilidade externa estrutural das nações subdesenvolvidas, considerada o fator essencial daquela incerteza.

As economias periféricas são constantemente assoladas por crises cambiais. Tais crises, na maior parte dos casos, têm como estopim a fuga de capital especulativo para os países de origem, localizados no centro do mercado mundial. A fuga de capitais desencadeia uma série de processos macroeconômicos – altas das taxas de câmbio e de juros, inflação, crise do balanço de pagamentos – que, no final da cadeia dos eventos, impacta no quadro social do país, particularmente nas classes subalternas.

Sicsú e outros explicam que uma crise cambial, ao produzir desequilíbrio nas principais variáveis macroeconômicas, aumenta o grau de incerteza na economia, o que, por sua vez, reduz a previsibilidade do cálculo econômico de rentabilidade dos capitalistas. Os grandes investidores, dessa forma, tendem a reter seus saldos monetários em portfólios financeiros ao invés de direcioná-los para a chamada economia real. O entesouramento da moeda impacta negativamente o pleno emprego da economia, pois nem toda renda recebida é gasta. Quando isso ocorre, a economia de uma determinada nação opera, no jargão dos economistas keynesianos, em pontos de equilíbrio com desemprego, com consequências diretas na renda dos trabalhadores. Em outros termos, o mercado, sem qualquer tipo de interferência externa nas escolhas privadas dos agentes econômicos, inevitavelmente promove o desemprego involuntário das classes assalariadas. Para acabar com essa situação, cabe ao Estado intervir na economia.

A função do Estado, no entendimento dos novo-desenvolvimentistas, é atuar no incentivo ao direcionamento dos ativos financeiros privados, retidos pelos investidores em momentos de turbulência econômica, política e social, para o investimento produtivo, a principal despesa capitalista criadora de renda e emprego para a população em geral. Luiz Fernando de Paula (2008, p.220) resume bem o objetivo da política econômica estatal de inspiração keynesiana:

A política keynesiana está relacionada à implementação de políticas econômicas que objetivam aumentar, em algum grau, a demanda agregada, de modo a criar um ambiente estável que estimule os empresários a efetuarem novos investimentos. De fato, o nível de emprego e a utilização da capacidade produtiva depende crucialmente dos determinantes da demanda agregada, em particular das decisões de investimento. Em outras palavras, a política econômica deve

afetar o investimento agregado privado, criando um ambiente seguro que estimule os empresários a fazerem escolhas mais arriscadas – mas que gerem lucros e mais empregos – em vez de acumularem ativos líquidos. Assim, a “boa” política é aquela em que os empresários são estimulados a investir em ativos de capital.

No caso da vulnerabilidade externa, os novo-desenvolvimentistas defendem a blindagem da economia por meio do controle dos fluxos externos de capital, sem incorrer em quebras de contrato ou mesmo desrespeitar os estatutos do FMI (Sicsú, 2005). O controle de capital deve ser acompanhado de um rol de medidas de política econômica, tais como a fixação da taxa de câmbio, a redução das taxas de juros, acúmulo de reservas internacionais, ampliação do crédito bancário e uma política fiscal expansionista. Não será somente uma medida tópica – no caso, a blindagem externa da economia – que mudará o quadro de incerteza, revertendo o quadro de baixo crescimento e iniquidade em que o Brasil está mergulhado nos últimos 25 anos.

Trata-se de um novo modelo de política econômica, incluindo-se medidas fiscais, cambiais e monetárias no melhor estilo keynesiano e desenvolvimentista. Mas não só: uma série de medidas, além das políticas econômicas tradicionais, são prescritas, tais como a constituição de um sistema avançado de educação básica e de inovação tecnológica, mecanismos endógenos e privados de financiamento do investimento produtivo e a segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada. Mas tudo isso seria vão se não existisse um empresariado nacional forte, considerado pelos autores um dos pilares do projeto novo-desenvolvimentista (Sicsú et al, 2007, p.515 e 521).

A intervenção do Estado na economia não é entendida por Sicsú e outros como uma intromissão indevida do setor público na iniciativa privada. Os novo-desenvolvimentistas defendem a tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, não no sentido de produzir bens e serviços diretamente a partir de empresas estatais, mas atuando como uma instância reguladora das atividades econômicas. O Estado seria uma espécie de ente político promotor de condições propícias para o capital investir seus recursos financeiros e gerar emprego e renda para a população em geral. Segundo José Carlos de Assis, defensor da “macroeconomia do pleno emprego”, o Estado deveria adotar uma nova postura diante da sua intervenção na economia, voltando-se mais para a estabilidade de preços, a redução dos juros e do superávit primário, o controle de capitais de curto prazo e, prin-

principalmente, atuar de forma decisiva com políticas fiscal e monetária na formação de demanda agregada, investindo dinheiro público e estimulando o investimento privado em conjunturas recessivas (Assis, 2005).

É preciso deixar patente que o combate à exclusão social, nos termos propostos pelos autores em debate, passa necessariamente pelo crescimento econômico a taxas, afirmam, acima de 5% (Silva e Michel, 2005, p.179). O principal meio para a redução das desigualdades sociais, dizem os novo-desenvolvimentistas, são as políticas econômicas de corte keynesiano – controle de capital, expansão do gasto público, câmbio fixo e redução das taxas de juro – e a promoção da equidade social, entendida como igualdade de oportunidades. A pena dos autores grifa, em tons fortes, que o crescimento econômico é o principal fator para a redução das desigualdades sociais. “O crescimento econômico deve ser tratado como o principal objetivo da política econômica para minorar o problema estrutural de desigualdade no Brasil” (Silva e Michel, 2005, p.179).

As políticas sociais são consideradas medidas necessárias; fala-se, inclusive, na necessidade de políticas sociais universalizantes para a inclusão social de segmentos desfavorecidos da nossa sociedade. Os novo-desenvolvimentistas, todavia, assinalam fortes críticas aos atuais programas assistencialistas e emergências de política social do governo brasileiro, como políticas de renda mínima (Sicsú et al, 2007, p.523), que, segundo eles, mostram-se insuficientes para minorar o quadro distributivo da economia nacional.

Em síntese, o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades.

Essa é, *grosso modo*, a utopia da *intelligentsia* novo-desenvolvimentista.

## 2. Uma crítica ao novo-desenvolvimentismo

A crítica que ora propomos ao novo-desenvolvimentismo concentra-se em três pontos nevrálgicos: as funções históricas do Estado burguês, a

dinâmica das lutas das frações de classe da burguesia e a integração dos aspectos sociais aos modelos heterodoxos de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, o novo-desenvolvimentismo defende a tese do Estado burguês como complementar ao mercado e promotor do bem-estar universal, sendo o Estado considerado um ente político-administrativo universal, acima dos interesses particulares das distintas classes sociais. Dessa forma, faz um retorno explícito e direto ao antigo nacional-desenvolvimentismo, no qual se advogava a conciliação entre capital e trabalho tendo em vista o “interesse nacional”, abstrata e voluntariamente colocado acima dos conflitos antagônicos de classes.

Desde a crítica de Marx à filosofia do direito de Hegel, a filosofia política radical reconhece uma dupla natureza do Estado burguês originário: de um lado, o caráter progressista da era dos direitos burgueses, que abole a servidão feudal e promove uma liberdade (formal) dos indivíduos diante do obscurantismo e à opressão do regime feudal; de outro lado, a sua natureza legitimadora das desigualdades e da exploração. As leis burguesas, que igualam os distintos indivíduos na figura do cidadão, mascaram a real fonte das desigualdades sociais, a saber, a existência da propriedade privada, a relação de assalariamento da força de trabalho e sua consequente exploração.

O Estado, no modo de produção capitalista, tem sua essência definida, entre outros fatores, pela atuação na defesa irrestrita dos direitos naturais dos indivíduos – os chamados direitos civis (do cidadão, agora protegido da barbárie do estado de natureza pelas leis do Estado) –, entre os quais figura com destaque o direito de propriedade privada. No plano político e econômico, o Estado é o guardião, em última instância, da ordem burguesa que produz e reproduz as desigualdades sociais de diversas formas, com central importância na existência da propriedade privada. O Estado, assim, desde a sua origem é complementar ao mercado, ou melhor, funcional ao capital na garantia de certos pressupostos legais para a acumulação de capital derivada da exploração das classes subalternas.

Vista desse ângulo, a proposta dos novo-desenvolvimentistas, na verdade, não tem como real objetivo gerar a complementaridade do Estado com o mercado, posto que ela já existe desde a gênese do Estado burguês e do modo de produção capitalista, mas uma forma concreta de atuação do Estado – visando os interesses dominantes sob a hegemonia da velha burguesia industrial – no capitalismo brasileiro do século XXI. O Estado nacional, por meio da correlação de forças favorável aos rentistas, que dominam

postos-chave da administração estatal (ministérios da Fazenda e do Planejamento, Presidência e diretorias do Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional etc.), extrai parcela significativa da renda real produzida nacionalmente (em torno de 37% do PIB no governo Lula) e direciona-a, em boa parte, para os rentistas nacionais e internacionais na forma de pagamento de juros da dívida pública (hoje na faixa de R\$140 bilhões/anuais).

Os novo-desenvolvimentistas, enfim, não colocam em tela a natureza do poder do Estado capitalista, nem sua estrutura classista, mas sim sua forma de atuação em favor dos rentistas. Na sua opinião, tal qual falavam os nacional-desenvolvimentistas, o Estado deve operar em comunhão com a burguesia industrial e os trabalhadores, pois, supostamente, ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva. Dessa forma, o Estado agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro.

Em segundo lugar, os novo-desenvolvimentistas estruturam toda a sua argumentação em torno da contraposição entre burguesia produtiva e burguesia rentista. Como vimos, suas propostas de política econômica e reformas políticas objetivam reduzir as incertezas do cenário econômico e atrair os excedentes de capital aplicados na esfera financeira para sua reinversão nos processos produtivos, gerando emprego e renda para os trabalhadores. Supõe-se um conflito distributivo e de interesses interno às classes dominantes, divididas entre frações rentistas e industriais. Enquanto os primeiros lucram com operações financeiras, gerando exclusão social, os segundos lucrariam com investimentos produtivos, gerando, de acordo com certas premissas macroeconômicas e políticas, renda e riqueza para as classes burguesa e trabalhadora.

O capitalismo, desde o final do século XIX, opera uma crescente concentração e centralização de capital nas mãos de poucos proprietários. Naquela época, chamada por muitos de capitalismo monopolista, iniciou-se um processo de fusão entre o capital bancário e o capital industrial naquilo que Hilferding consagrou como o capital financeiro. Foi também nessa época que Lênin constatou, a partir das transformações operadas na base produtiva, mudanças significativas na estrutura social das sociedades capitalistas com o aparecimento de novas frações de classe, como a aristocracia operária e os *rentiers*.

Secularmente, as tendências de concentração e centralização de capital e de agigantamento do capital financeiro vêm se confirmando. Na era neo-

liberal, elas são agravadas e aprofundadas do ponto de vista social, econômico e político. Recentes estudos sobre as configurações contemporâneas do capitalismo demonstram a crescente fusão das frações burguesas via a financeirização da riqueza e o projeto político neoliberal.<sup>3</sup> Na França, François Chesnais (2002) aponta para a imbricação entre os setores produtivos e financeiros tanto pela estrutura de propriedade das classes dominantes, com a hegemonia dos rentistas ativos, quanto pelo *modus operandi* da administração dos grandes oligopólios (a chamada governança corporativa).

José Carlos Miranda (1997, p.243) nos fornece elementos empíricos para refutar a tese de uma separação entre financistas e industriais quando ilustra que as empresas transnacionais detinham, em 1997, um estoque de US\$13 trilhões em ativos financeiros, superando bancos, seguradoras e fundos de pensão. José Carlos Braga (1997, p.214), por sua vez, nos informa que o lucro decorrente de atividades não operacionais – muitas vezes operações especulativas – superam, no balanço contábil dos grandes oligopólios (japoneses), o lucro das atividades operacionais, e esse fato pode ser extensível para outras nações desenvolvidas. No Brasil, um recente levantamento realizado pela consultoria Económica<sup>4</sup> mostra que as grandes corporações produtivas do país têm boa parte dos seus lucros advindos de atividades especulativas. Das 318 empresas que publicaram balanços contábeis no primeiro semestre de 2008, 80 obtiveram mais da metade do seu lucro de operações financeiras e, entre estas, 35 tiveram resultado financeiro maior do que o lucro líquido, o que demonstraria o alto grau de comprometimento orgânico dessas empresas com o mercado financeiro. Ou seja, a valorização do capital por meio da especulação financeira não é um atributo exclusivo das frações rentistas da burguesia; ao contrário, cada vez mais os grandes oligopólios e monopólios transnacionais produtivos operam segundo a lógica da financeirização, que se torna o padrão sistêmico de gestão da riqueza capitalista. Como aponta Claudio Katz (2007, p.54):

<sup>3</sup> Deve-se notar que essa fusão não é completa, no sentido de eliminar as frações de classe burguesa, nem põe fim às tensões, choques e conflitos internos às classes dominantes e suas frações, que lutam pelo poder político e pela crescente apropriação do excedente econômico. Sobre essa fusão, ver Miglioli (2006); sobre os conflitos intraburgueses (no Brasil, mais especificamente no governo Lula), ver Boito Jr. (2006).

<sup>4</sup> O estudo foi feito sob encomenda do jornal *O Globo* e parte dos seus resultados foi publicada no dia 19 de outubro de 2008 na p.31 (seção Economia) do diário carioca.

Mas será assim tão evidente a divisão entre neodesenvolvimentistas e neoliberais? Não existem inumeráveis vínculos entre os industriais e os financistas? As conexões entre ambos os setores têm sido muito estudadas e surpreende a sua omissão na hora de apostar num choque entre os dois grupos.

Existe, todavia, um aspecto da crítica aos novo-desenvolvimentistas que gostaríamos de explicitar: o uso do conceito de equidade social nas diretrizes do desenvolvimento econômico.

Herdado da tradição liberal clássica – presente na filosofia política de John Locke – e reaparecendo nos anos 1990 nos relatórios das agências multilaterais sobre a pobreza, como o Banco Mundial, o conceito é o pilar teórico do projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”. Nesse tocante, Sicsú e outros tratam da referida categoria de forma superficial e desenvolvem pouquíssimas linhas, remetendo o leitor ao texto cepalino *Transformação produtiva com equidade* (Cepal, [1990] 2000).<sup>5</sup>

O que significa, em linhas gerais, esse conceito? Significa, antes de mais nada, o deslocamento metodológico a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais. O seu ponto de vista é o indivíduo e a natureza. Segundo tal conceito, as desigualdades são explicadas a partir de uma suposta natureza humana. Cada indivíduo carrega dentro de si, de acordo com a distribuição aleatória da natureza, características inatas – como preguiça, indolência, ignorância ou então frugalidade, parcimônia e inteligência. Se o indivíduo for agraciado por estes últimos dons, resta-lhe a sorte de acumular riqueza, pois tais dons dão uma enorme capacidade ao indivíduo de trabalhar e, portanto, de se apropriar de frações substantivas da riqueza social na forma do dinheiro; caso seja amaldiçoado por aqueles vícios, resta-lhe acumular miséria, pois o ócio e a vagabundagem são as características típicas dessa massa de seres incapazes para a ética do trabalho capitalista.

<sup>5</sup> A referência a esse documento não é desprovida de sentido. Segundo Carcanholo (2006), o texto é o momento paradigmático da adesão da Cepal ao receituário neoliberal, que deixou de ser uma alternativa heterodoxa capaz de auxiliar as classes subalternas do continente na sua luta contra o subdesenvolvimento. Bielschowsky (2000, p.63), economista do escritório da Comissão no Brasil e um dos principais especialistas da história das ideias cepalinas, afirma que a Comissão “não colocou-se contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiá-la, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma ‘estratégia’ reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos”.

Em tempos (pós)modernos, o conceito ganha uma nova roupagem de tipo progressista, mas não perde suas características essenciais, que naturalizam as relações econômicas capitalistas e tomam o indivíduo e suas diferenças como unidade básica de análise. Hoje se admite amplamente que as diferenças naturais podem ser, em boa medida, neutralizadas por competências adquiridas através, por exemplo, da educação, que passa a ser instrumentalizada como um meio de capacitar seres humanos para a concorrência no mercado de trabalho.<sup>6</sup> Em termos políticos, os novo-desenvolvimentistas, ao se guiarem pelo conceito de equidade social, defendem a promoção da igualdade de oportunidades entre os indivíduos via educação. Esta, portanto, antes uma forma de emancipação humana, fica, de acordo com essa perspectiva, inteiramente subordinada aos requisitos de habilidades necessárias aos processos de produção de mercadorias comandados pelo capital. Nesse sentido, o novo-desenvolvimentismo se assemelha, e muito, às teses neoclássicas do capital humano,<sup>7</sup> pois ambas supõem a competição eterna dos indivíduos no mercado de trabalho, como se a condição assalariada do trabalhador fosse algo natural e não construída socialmente tal qual demonstraram, por exemplo, Karl Marx e Karl Polanyi. Assim, naturaliza-se o que deveria ser historicizado, procedimento típico da economia tradicional, seja ela clássica ou vulgar.

Expulso pela porta da frente com a retórica antineoliberal e suas propostas de política econômica keynesiana-desenvolvimentista, o liberalismo torna a entrar na cidadela novo-desenvolvimentista pela janela dos fundos com o uso do conceito de equidade,<sup>8</sup> categoria tributária da tradição liberal, que Norberto Bobbio (1996, p.42) afirma ser antitética ao igualitarismo:

<sup>6</sup> Sugere-se ao leitor o estudo do texto *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*, da Cepal/Unesco, no qual fica patente o caráter de instrumentalização da educação para os interesses e objetivos do capital. Em particular, destaca-se uma citação do referido texto: “No passado, muitas vezes se fez referência ao objetivo estratégico da cidadania, à equidade como delineamento das políticas e à integração nacional como motivação do esquema institucional. Nesses três planos, obtiveram-se avanços importantes; mas as insuficiências de cada um deles estão ligadas, pelo menos parcialmente, à omissão em que se incorreu com respeito aos outros três componentes da atual proposta estratégica: a competitividade como objetivo, o desempenho como delineamento político e a descentralização como componente do esquema institucional” (Cepal/Unesco, [1992] 2000, p.915).

<sup>7</sup> Sicsú et al (2007, p.515) apontam que “o desenvolvimento do capital humano através da educação pública” é um dos itens da agenda política dos novo-desenvolvimentistas.

<sup>8</sup> Basta vermos o que pensa John Williamson (2004, p.6), o formulador do Consenso de

Os liberais sempre acusaram os igualitários de sacrificar a liberdade individual, que se alimenta da diversidade das capacidades e das aptidões, à uniformidade e ao nivelamento impostos pela necessidade de fazer com que os indivíduos associados sejam tão semelhantes quanto possível: na tradição do pensamento liberal, o igualitarismo torna-se sinônimo de achatamento das aspirações, de compressão forçada dos talentos, de nivelamento improdutivo das forças motrizes da sociedade. Liberalismo e igualitarismo deitam suas raízes em concepções da sociedade profundamente diversas: individualista, conflitualista e pluralista, no caso do liberalismo; totalizante, harmônica e monista, no caso do igualitarismo. Para o liberal, a finalidade principal é a expansão da personalidade individual, abstratamente considerada como um valor em si; para o igualitário, essa finalidade é o desenvolvimento harmonioso da comunidade.

A incorporação dos valores da justiça social, na maior parte dos casos das ideologias burguesas – e esta advertência vale para os novo-desenvolvimentistas –, ocorre não como um fim em si mesmo, mas para legitimar ações de técnicos do planejamento econômico, em particular, e dos *policy makers*, em geral. O reformismo social keynesiano, um dos pilares fundadores do projeto novo-desenvolvimentista, assenta-se na tese de que “a redistribuição [da renda e da riqueza] representa uma parte secundária em sua filosofia social, e assim mesmo somente como parte do mecanismo da estabilização da macroeconomia, e não como meio para um objetivo ideal como a igualdade” (Skidelsky, 1999, p.59).

Os “aspectos sociais”, quando figuram em projetos heterodoxos de desenvolvimento, figuram em termos secundários, adjetivos, uma espécie de retórica da consciência moral e ética dos formuladores bem-intencionados de política econômica, que propõem intervenções na “questão social” ora para neutralizar opositores, à direita e à esquerda, ora para pacificar tensões sociais. Em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando

Washington, a respeito da questão da equidade na promoção do bem-estar social: “Uma terceira razão para o desapontamento com o desempenho da região [latino-americana] é que o principal objetivo da política de formação era excessivamente estreito. Quer dizer, a política permaneceu focada na aceleração do crescimento, não no crescimento junto com a equidade. Persistia uma pequena preocupação com a distribuição de renda ou com o social, apesar do fato de a renda da região ser mais concentrada do que a de qualquer lugar do mundo, excluindo-se alguns poucos países africanos”.

à superação do modo de produção capitalista, eternizado e naturalizado como o sistema social por excelência da natureza do *homo economicus*.

### 3. Considerações finais

O conceito de desenvolvimento ganhou, ao longo do tempo, inúmeros sentidos. Alvo de disputas que muitas vezes resvalam para o ecletismo teórico-metodológico e para uma ideologia destituída de rigor e objetividade científicas (Pinto, [1976] 2000, p.611-612), o conceito transmuta-se de acordo com essa contenda ideológica, condicionada sobremaneira pela consciência de classe dos autores e por conjunturas políticas, dado tratar-se de um conceito com implicações diretas nos planos da produção/reprodução materiais de uma determinada sociedade (Casanova, 1975).

Na sua gênese, o conceito surgiu no seio de setores conservadores da academia norte-americana e serviu de ponto de apoio às propostas políticas imperialistas para o crescimento econômico da periferia, que tinham como principal objetivo, no contexto bipolar da Guerra Fria, criar barreiras à expansão do comunismo no então chamado Terceiro Mundo (Frank, 1975, p.111 e 120-121). Os trabalhos teóricos de W.W. Rostow, em particular o seu manifesto anticomunista, e o projeto Aliança para o Progresso, patrocinado pelo governo de J.F. Kennedy, são exemplos ilustrativos da primeira fase do conceito de desenvolvimento e suas aplicações políticas. Os adeptos daquelas teorias usavam os padrões de desenvolvimento das economias centrais como arquétipo a ser alcançado ou emulado, desconsiderando as especificidades históricas da trajetória de cada um dos países e atendo-se somente a determinações econômicas generalistas. Nessa visão, o subdesenvolvimento era encarado como uma etapa arcaica, primitiva do desenvolvimento, que seria devidamente alcançada com o tempo caso as prescrições dos organismos multilaterais fossem seguidas à risca.

Anos depois, o conceito sofreria uma importante inflexão. Novos rumos ideológicos se delinariam para o conceito dentro da tradição do pensamento social latino-americano com os trabalhos seminais (Prebisch e Furtado) e tardios (Pinto e Sunkel) da Cepal e da Teoria Marxista da Dependência, que buscaram – cada um ao seu modo, mas sempre em uma chave crítica aos modelos evolucionistas e eurocêntricos de desenvolvimento – dar conta das diversas dimensões do fenômeno histórico do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, sua contraface na periferia do sistema mundial capitalista.

As teorias convencionais do desenvolvimento e da modernização não eram consideradas adequadas por seus críticos latino-americanos para retratar objetivamente as determinações estruturais do subdesenvolvimento. Foi por volta do início da década de 1970 que a crítica aos modelos teóricos e políticos convencionais de desenvolvimento ganhou suas tonalidades mais fortes no pensamento social latino-americano. Nem mesmo as teses clássicas da Cepal ficaram imunes a essa onda ideológica de radicalização. Não é para menos, pois, nesse período, a América do Sul passava por um momento político de fortalecimento das demandas das classes subalternas. Governos populares no Chile, Peru e Bolívia, impulsionados pelo sucesso econômico, político e social da Revolução Cubana e pela ascensão das lutas dos trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos, contestavam, na prática, o modelo de superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização capitalista (Boron, 2007).

A realidade fez ruir a teoria desenvolvimentista e sua utopia política. Propunha-se, naqueles países, vias não capitalistas de desenvolvimento e bem-estar social, sendo que, no Chile, falou-se abertamente na via do socialismo democrático. Colocavam-se, assim, importantes questões para a teoria desenvolvimentista: podem os países periféricos se desenvolver nos marcos da dominação imperialista? O capitalismo é capaz de reverter a pobreza à qual as massas populares são submetidas neste rincão do planeta?

Diante da conjuntura política na América do Sul e das novas configurações do mercado mundial, como a internacionalização da produção via empresas multinacionais, a Cepal produziu uma leva de trabalhos que revisavam boa parte das suas formulações originais. Até então, a Comissão da ONU acreditava que a industrialização levada a cabo pelos Estados latino-americanos, substituindo o modelo de desenvolvimento para fora e a inserção na divisão internacional do trabalho por meio da exportação de produtos primários, seria capaz de suplantar as barreiras do subdesenvolvimento e os países da região alcançariam padrões de vida iguais aos dos países do Norte.

O espírito da época era marcado por um clamor internacional de formulação de um enfoque mais amplo do desenvolvimento. O apelo pela fusão dos valores normativos da justiça social na temática do desenvolvimento gerou um posicionamento crítico das Nações Unidas, que aprovou, em 1969, por meio da sua Assembleia Geral, a Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento no Social. Um ano depois, veio a Estratégia Internacional de Desenvolvimento (EID) e, em 1973, a Cepal lançou a Avaliação de Quito sobre a EID. Todos esses documentos oficiais, por

mais que verbalizassem aquele clamor mediante uma linguagem um tanto ascética, típica dos fóruns internacionais, eram um indicativo da magnitude da pressão política de repúdio aos estilos tecnocráticos de desenvolvimento adotados em todo o mundo subdesenvolvido (Wolfe, [1976] [2000], p.731-734). Em alguns casos, a pressão política foi tão forte e intensa que não se exigiam alterações parciais nos estilos de desenvolvimento, mas transformações radicais no próprio sistema social, lutando-se pela superação do modo de produção capitalista. Se a revolução socialista não se concretizou na totalidade da periferia, ela rondou a América Latina como um espectro, gerando tensões, por sua vez, pela incorporação de certas demandas sociais aos antigos modelos de progresso econômico. Surgiam, assim, novos enfoques de desenvolvimento.

De acordo com a abordagem do *enfoque integrado do desenvolvimento*, que recebeu contribuições de autores da fase mais radical da Comissão, como Osvaldo Sunkel e Aníbal Pinto, as estratégias nacionais de desenvolvimento deveriam superar suas antiquadas concepções economicistas através de considerações normativas a respeito da justiça social, levando-se em conta as múltiplas facetas do tema, como a economia, por suposto, mas também as dimensões sociais, políticas e culturais. O objetivo central era fundir, em uma mesma estratégia de desenvolvimento, três elementos centrais: o crescimento econômico, a industrialização e a promoção do bem-estar social, particularmente para setores marginalizados pelos modelos tradicionais de desenvolvimento. Segundo Jorge Graciarena ([1976] 2000, p.692),:

As críticas às interpretações exclusivamente econômicas do crescimento já estavam em voga em meados dos anos 1950 e se mostraram particularmente contundentes desde então, tanto assim que provocaram correções de rumo nas estratégias e políticas de desenvolvimento. Isso é o que se evidencia nas tentativas de integração dos chamados “aspectos sociais” no corpo das principais doutrinas desenvolvimentistas. A concepção inicial dos “aspectos sociais” era sumamente restrita e incluía apenas os da educação, saúde, habitação e alimentação. Muito tempo ainda se passaria para que fosse admitido – e de maneira restrita – que algumas dimensões sociais não consideradas anteriormente, tais como as classes sociais, as relações de poder e a natureza política do Estado, tinham uma importância fundamental na orientação das estratégias de desenvolvimento, especialmente na América Latina.

Conforme descreve Graciarena, uma ampla gama de temáticas ficou de fora das primeiras formulações do enfoque integrado do desenvolvi-

mento. Questões fundamentais para o entendimento das complexas relações sociais que ligam países centrais desenvolvidos aos subdesenvolvidos, como as dimensões nacionais e internacionais das lutas de classes, a natureza classista do Estado e das ideologias, o imperialismo das corporações multinacionais e dos Estados centrais e o caráter exploratório e iníquo da acumulação de capital, foram solenemente ignoradas pelas declarações oficiais da ONU e mesmo da Cepal.

É preciso notar que, nessa época, diante da ameaça da revolução socialista e das lutas dos trabalhadores, foi feito um verdadeiro esforço de ampliação dos limites do pensamento econômico heterodoxo na América Latina, no qual se aprofundaram as críticas cepalinas aos modelos convencionais de desenvolvimento exportados pela academia norte-americana e por agências multilaterais. Avanços foram logrados, especialmente no que diz respeito ao rompimento da lógica economicista presente nos projetos desenvolvimentistas. Grande parte dos esforços teóricos e políticos voltou-se para a incorporação dos valores normativos da justiça social aos enfoques de desenvolvimento e a ampliação da participação política das camadas populares nos processos de tomada de decisões, antes restritas aos gabinetes dos técnicos do Planejamento<sup>9</sup> e da Fazenda. Tais esforços, contudo, não se efetivaram conforme haviam idealizado seus formuladores mais radicais. Diversos fatores – estruturais e conjunturais – concorreram para esse fracasso, como aponta Marshall Wolfe ([1976] 2000):

1. A ilusão do desenvolvimento capitalista autônomo ignorava os constrangimentos do mercado mundial.
2. A cooperação internacional, muitas vezes tida como um instrumento de ajuda, funcionava como uma das ferramentas da dependência.
3. Nenhum país latino-americano, com exceção dos já citados, adotou uma agenda de reformas estruturais; ao contrário, a contrarrevolução, por meio da autocracia burguesa, foi posta em prática com o apoio decisivo dos países centrais.
4. Simples formulações retóricas e apelos à consciência social dos grupos dominantes a um Estado supostamente a serviço da vontade geral, promotor

<sup>9</sup> Para uma crítica produzida nos anos 1970 ao planejamento estatal como instrumento do capital, ver Santos ([1978] 2007).

do bem-estar social, desconsiderando-se as estruturas reais de concentração de poder, dominação e exploração, não humanizam o desenvolvimento econômico capitalista.

5. Surgimento de novas formas de dependência externa, como as transnacionais.
6. Polarização socioeconômica que inviabiliza o aumento da participação das camadas populares nas esferas políticas.

Em suma, o debate latino-americano sobre o desenvolvimento e a superação do subdesenvolvimento arrasta-se por quase seis décadas e quando chega ao século XXI experimenta um grave retrocesso. As substantivas questões do debate, postas em tela nos anos 1970, foram suprimidas nas formulações dos novo-desenvolvimentistas,<sup>10</sup> que preenchem o vácuo ideológico criado pela crise do pensamento único com considerações tópicas a respeito de mudanças nas políticas econômicas<sup>11</sup> e sociais. Dessa forma, a disputa ideológica retrocede a um simples questionamento da ineficácia das políticas neoliberais e o desenvolvimento é visto novamente como uma questão de altas taxas de crescimento econômico, agora com uma (velha e ineficaz) preocupação adjetiva dos seus aspectos sociais.

Pudemos constatar que o novo-desenvolvimentismo não promove um debate sobre a natureza e as funções do Estado no modo de produção capitalista, uma avaliação da fusão dos interesses das classes dominantes em torno do capital financeiro e da financeirização da riqueza e dos estrangulamentos do mercado mundial à formação de um capitalismo autônomo, isso sem falar na total ausência das polêmicas sobre as atuais

<sup>10</sup> Fernando Prado, investigador do Iela/UFSC, forneceu-me uma valiosa referência sobre o tema da decadência ideológica do pensamento social latino-americano. Ruy Mauro Marini, no texto “Crise teórica”, publicado no livro *América Latina: dependência e integração* (São Paulo: Página Aberta, 1992), defendia tese semelhante e argumentava que o auge da teoria social crítica produzida na América Latina foi nos anos 1970. Nos anos 1990 verifica-se que “o recurso ao nacional-desenvolvimentismo tradicional e a certas teses da teoria da dependência (...) – pela falta de um referencial dinâmico – tende a representar, às vezes, uma simples volta ao passado”.

<sup>11</sup> Nesse sentido, fica claro que a vertente norte-americana do keynesianismo – o pós-keynesianismo de Paul Davidson e Hyman Minsky – é a principal influência teórica dos novo-desenvolvimentistas. Pode-se dizer que o nacional-desenvolvimentismo é uma fonte secundária da sua versão contemporânea citada, a nosso ver, como um recurso retórico de legitimação no debate econômico e político brasileiro, ainda fortemente marcado pela presença do antigo espírito do desenvolvimentismo.

configurações do mundo do trabalho e no papel das empresas transnacionais no novo imperialismo. Ao fazer isso, o novo-desenvolvimentismo não contribui somente para jogar água no moinho da decadência ideológica do pensamento burguês, tal qual se referia Lukács [1938] (1968), mas também para obscurecer as possibilidades revolucionárias de rompimento com os elos fortes do subdesenvolvimento na região, tal como vem ocorrendo na Venezuela, na Bolívia e no Equador com a luta dos seus povos pela construção do “socialismo do século XXI”.

### Referências bibliográficas

- ASSIS, José Carlos. “A macroeconomia do pleno emprego”. In: SICSÚ, João et al (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. “Desafios para a política social brasileira”. Texto para discussão n.985. Rio de Janeiro, Ipea, 2003.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- BOITO Jr., Armando. “A burguesia no governo Lula”. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (Orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- BORON, Atilio. “El mito del desarrollo capitalista nacional em la nueva coyuntura política de América Latina”. Disponível em: <[www.rebellion.org](http://www.rebellion.org)>. Acesso em: 20 fev. 2007.
- BRAGA, José Carlos de Souza. “Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. Disponível em: <[www.bresserpereira.org.br/](http://www.bresserpereira.org.br/)>. Acesso em: 17 jan. 2007.
- CARCANHOLO, Marcelo. “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova Cepal dentro do Consenso de Washington”, Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Vitória, 2006. Disponível em: <[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br)>.

- CASANOVA, Pablo. “A posição política dos autores e as categorias do desenvolvimento”. In: DURAND, José Carlos; MACHADO, Lia (Orgs.). *Sociologia do desenvolvimento*, v.II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- CEPAL. “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.2. Rio de Janeiro: Record, [1990] 2000.
- CEPAL/UNESCO. “Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.2. Rio de Janeiro: Record, [1990] 2000.
- CHESNAIS, François. “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”, *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v.11, n.1 (18), 2002.
- DE PAULA, Luiz Fernando. “Política econômica para o crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil”. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos (Orgs.). *Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FRANK, André Gunder. “Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia”. In: DURAND, José Carlos; MACHADO, Lia (Orgs.). *Sociologia do desenvolvimento*, v.II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GRACIARENA, Jorge. “Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.2. Rio de Janeiro: Record, [1976] 2000.
- HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- IETS. “Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil.” *Policy Paper* n.1, 2001. Disponível em: <[www.iets.org.br](http://www.iets.org.br)>. Acesso em: 25 fev. 2007.
- KATZ, Claudio. “Socialismo ou neodesenvolvimentismo?”, *Margem Esquerda*, n.9, jan.-jun. 2007.
- LUKÁCS, Georg. “Marx e o problema da decadência ideológica”. In: LUKÁCS, Georg. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1938] 1968.
- MIGLIOLI, Jorge. “Dominação burguesa nas sociedades modernas”, *Crítica Marxista*, n.22, 2006.

- MIRANDA, José Carlos. “Dinâmica financeira e política macroeconômica”. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PINTO, Aníbal. “Notas sobre o estilo de desenvolvimento na América Latina”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.2. Rio de Janeiro, Record, [1976] 2000.
- RIDENTI, Marcelo. “Desenvolvimentismo: o retorno”. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1022>>. Acesso em: jan. 2009.
- SANTOS, Milton. “Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza”. In: SANTOS, Milton. *Economia espacial*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, [1978] 2007.
- SICSÚ, João. “Blindando a economia brasileira: existe alternativa aos programas do FMI?”. In: SICSÚ, João et al (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SICSÚ, João et al. "Introdução". In: SICSÚ, João et al (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Por que novo desenvolvimentismo?”. *Revista de Economia Política*, v.27, n.4, out.-dez. 2007.
- SILVA, José Claudio Ferreira da; MICHEL, Renaut. “A macroeconomia da concentração de renda e da estagnação”. In: SICSÚ, João et al (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SKIDELSKY, Robert. *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- WILLIAMSON, John. “Uma agenda de trabalho para retomar o crescimento e as reformas”. In: KUCZYNSKI, Pablo; WILLIAMSON, John (Orgs.). *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- WOLFE, Marshall. “Abordagens do desenvolvimento: de quem e para quê?”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v.2. Rio de Janeiro: Record, [1976] 2000.

### **colofão**

Este livro foi composto com Minion 11/14 e Helvética;  
o miolo foi impresso em monocromia em papel pólen bold 90 g/m<sup>2</sup>;  
a capa foi impressa em policromia no papel triplex 250 g/m<sup>2</sup>  
com laminação fosca e aplicação de verniz UV;  
a encadernação foi feita em brochura com cadernos costurados.

Na abertura utilizou-se um caderno de 4 páginas 2/2 impresso em papel offset 120 g/m<sup>2</sup>.

Impresso na Geográfica em junho de 2010.